



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E FLORESTAS
PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO AGRO-PECUÁRIA FAMILIAR DE ANGOLA (MOSAP3)
PROJECTO Nº177305

PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)

Março, 2023

LISTA DE ABREVIATURAS

A&S	Ambiental e Social
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
AIC	Agricultura inteligente em Termos do Clima
BM	Banco Mundial
CP	Consultas Públicas
CPA	Consultas Públicas Adicionais
CRA	Constituição da República de Angola
DILA	Desenvolvimento de Irrigação Liderada pelo Agricultor
DPA	Direção Provincial de Agricultura
EAS/AS	Exploração, Abuso Sexual/ Assédio Sexual
ECA	Escolas de Campo
ETAS	Estudo de Impacte Ambiental e Social
EPIP	Equipa Provincial de Implementação do Projecto
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GdA	Governo de Angola
GEPE	Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística
IDA	Instituto de Desenvolvimento Agrário
IDF	Instituto de Desenvolvimento Florestal
IIA	Instituto de Investigação Agrária
IIV	Instituto de Investigação Veterinária
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISV	Instituto de Serviços de Veterinária
M&A	Monitorização e Avaliação
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MED	Ministério da Educação
MINAGRIF	Ministério da Agricultura, Florestas e Florestas
MINAMB	Ministério do Ambiente
MINEA	Ministério de Energia e Água
MININT	Ministério do Interior
MOP	Manual de Operação do Projecto

MOSAP 3	Projecto de Transformação Agropecuária de Angola
MSRR	Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações
NAS	Normas Ambientais e Sociais
OCB	Organizações Comunitárias de Base
ODP	Objectivo de Desenvolvimento do Projecto
ONG	Organizações Não-Governamentais
PAR	Plano de Acção de Reassentamento
PCAS	Plano de Compromissos Ambientais e Sociais
PDAC	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PGMO	Plano de Gestão de Mão-de-Obra
PGP	Plano de Gestão de Pragas
PIA	Pessoas Interessadas e Afectadas pelo Projecto
PO	Políticas Operacionais
QPME	Quadro de Planeamento de Minorias Etnolinguísticas
QAS	Quadro Ambiental e Social
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QPR	Quadro de Política de Reassentamento
TdR	Termos de Referência
UIP	Unidade de Implementação do Projecto
VBG	Violência Baseada em Género

ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. DESCRIÇÃO DO PROJECTO	2
1.2. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DO PROJECTO	3
1.3. BENEFICIÁRIOS DO PROJECTO	4
1.4. OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO & COMPONENTES.....	4
1.5. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO	9
2. QUADRO LEGAL PARA ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	11
2.1 QUADRO LEGAL NACIONAL	11
2.2 NORMAS DO BANCO MUNDIAL	14
2.3 RELAÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO NACIONAL E AS NORMA DO BANCO MUNDIAL.....	15
3. BREVE RESUMO DAS ACTIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PIA).....	16
3.1 CONSULTAS PÚBLICAS: 1ª FASE.....	16
3.2 CONSULTAS PÚBLICAS: 2ª FASE.....	18
3.2.1 CONCLUSÕES DA 2ª FASE DAS CONSULTAS PÚBLICAS INTERESSADAS	20
3.3 CONSULTAS ÀS MINORIAS ETNOLINGUÍSTICAS	23
4. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	23
4.1 DEFINIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO	24
4.2 INDIVÍDUOS E GRUPOS MARGINALIZADOS / VULNERÁVEIS.....	30
4.3 ANÁLISE DAS PESSOAS INTERESSADAS E AFECTADAS IDENTIFICADAS.....	32
4.4 NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJECTO	39
5. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	44
5.1 PRINCÍPIOS E ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	44
5.2 PROPOSTA PARA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA.....	46
5.3 PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA GRUPOS VULNERÁVEIS	47
5.3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE GÉNERO NOS PROCESSOS DE CONSULTA	47
5.4 ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA INCORPORAR A VISÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS	62

5.5	APRENDIZAGEM E FEEDBACK/RETORNO	63
5.6	FASES FUTURAS DO PROJECTO	64
6.	RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI	65
6.1	RECURSOS HUMANOS	65
6.2	RECURSOS FINANCEIROS	67
7.	MECANISMO DE SUGESTÕES E RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES (MSRR) 68	
7.1	OBJECTIVOS E ÂMBITO DO MSRR	68
7.2	ÂMBITO DO MSRR	68
7.3	PRINCÍPIOS-CHAVE E BENEFÍCIOS DO MSRR	69
7.4	TIPOLOGIA DE RECLAMAÇÕES E PRAZOS PARA O MSRR	70
7.4.1	CANALIS DE RECEPÇÃO E REGISTO DAS RECLAMAÇÕES	72
7.5	FLUXOGRAMA DO MSRR	74
7.5.1	ACTORES ENVOLVIDOS NO MSRR	76
7.5.1.1	EQUIPA DE COORDENAÇÃO E GESTÃO DO MSRR	77
7.5.2	CAPACITAÇÃO DAS EQUIPAS	77
7.5.3	DIVULGAÇÃO DO MSRR	78
8.	MONITORIA E RELATÓRIOS	79
8.1	ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS EM ACTIVIDADES DE MONITORIA	81
8.2	RETORNO DA COMUNICAÇÃO ÀS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	82
9.	REFERÊNCIAS	84
ANEXOS		86
	ANEXO 1: MODELO DE FICHA DE REGISTO DE /RECLAMAÇÕES USADO NO ÂMBITO DO PROJECTO	87
	ANEXO 2: FORMULÁRIO DA CONFIRMAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES	91
	ANEXO 3: RESUMO DA 1ª FASE DAS CONSULTAS PÚBLICAS (JAN-FEV.2022)	93
	ANEXO 4: RESUMO DA 2ª FASE DAS CONSULTAS PÚBLICAS (NOV-DEZ.2022)	138

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Cobertura Geográfica do Projecto: Componente 1 e 2.....	4
Figura 2: Arranjo Institucional do MOSAP 3.....	10
Figura 3: Fluxo do processo de reclamações.....	75

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Principais componentes e subcomponentes do projecto	5
Tabela 2: Resumo da 1ª Fase das Consultas Públicas (Jan-Fev.2022).....	17
Tabela 3: Resumo da 2ª Fase das Consultas Públicas (Nov-Dez.2022)	19
Tabela 4: Partes Interessadas e Afectadas pelo Projecto.....	26
Tabela 5: Formas de Engajamento	32
Tabela 6: Análise das Partes Interessadas e Afectadas pelo projecto.....	33
Tabela 7: Resumo das necessidades das partes interessadas do projecto	40
Tabela 8: Estratégia para envolver os grupos vulneráveis.....	48
Tabela 9: Estratégia de Relacionamento com as Comunidades	51
Tabela 10: Estratégia Proposta para a Divulgação de Informações	56
Tabela 11: Responsabilidades na Gestão do PEPI.....	65
Tabela 12: Orçamento para implementação do PEPI.....	67
Tabela 13: Indicadores de Monitoria.....	80

1. INTRODUÇÃO

Angola é um país rico em recursos naturais e em rápida expansão urbana, com uma população consideravelmente jovem e uma taxa de pobreza de 41% (INE, 2020). Graças aos seus recursos minerais, o país é a terceira maior economia da África Subsaariana (ASS) e o segundo maior produtor de petróleo da região. No entanto, o país tem ainda, uma estrutura económica pouco diversificada, concentrada nas actividades petrolíferas, baixa competitividade face às importações e estrutura das exportações muito concentradas nos produtos petrolíferos. Uma estratégia de crescimento inclusivo deverá estar baseada em actividades orientadas para a produção de bens que satisfaçam as necessidades básicas da população, mão-de-obra intensivas e geradoras de emprego, que potenciem a utilização de recursos naturais endógenos e dinamizem as cadeias de fornecimento nacionais (PDN, 2018).

O relatório divulgado pelo INE (2021) estima que Angola possui, actualmente, uma população de 32 milhões de habitantes, dos quais 45% tem menos de 15 anos de idade, assim como a população está a crescer a uma taxa anual de 3,3%. No mesmo relatório lê-se ainda que, após o fim da guerra civil em 2002, a população rural migrou para as cidades em busca de melhores oportunidades económicas, e como resultado, a população urbana agora representa cerca de 65% da população total, e ainda cresce em 4,5% ao ano, uma das taxas de urbanização mais rápidas do Continente.

A inexistência de infraestruturas rodoviárias, por exemplo, actua como uma grande restrição para a redução da pobreza rural e altamente correlacionada com o baixo acesso ao mercado, o que dificulta o escoamento dos produtos e o contacto com os bens e serviços necessários para o aumento da produtividade, o que gera um aumento da insegurança alimentar, desistências escolares e procura por cuidados médicos básicos nas cidades, em particular na Capital. Por outro lado, as alterações climáticas, que Angola tem enfrentado nos últimos anos, com especial atenção ao impacto da seca, outrora identificados apenas na região sul, mas que já se alastram para o resto do país, poderá aumentar o número de pessoas vulneráveis à insegurança alimentar.

Diante disso, o Governo de Angola (GdA) está, actualmente, a elaborar o Projecto de Transformação Agropecuária Familiar de Angola (invariavelmente referido por “Projecto/ MOSAP3”), que se encontra sob a tutela do Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF), com o objectivo de aumentar a produtividade e a resiliência climática, bem como promover a comercialização para pequenos agricultores nas áreas seleccionadas do projecto. O projecto aproveitará a experiência adquirida na implementação dos projectos MOSAP 1 e 2 e apoiará uma série de actividades do projecto a serem identificados no leque das actividades das diferentes componentes.

Nesta fase de preparação, os mutuários definiram um programa de actividades e intervenções para o projecto, de modo a atender às principais demandas identificadas, mas ainda de forma geral, sem avançar no detalhe exacto das áreas específicas de intervenção. O envolvimento das Partes Interessadas e Afectadas (PIA) é uma das actividades que deve ser levada a cabo durante todo o ciclo de vida do projecto, começando durante o processo de preparação, selecção, implementação e operação do projecto e dentro de um prazo que possibilite consultas relevantes às PIA sobre a concepção do projecto.

Desta forma, estabelece-se a necessidade de preparação do Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI) de forma inclusiva, para responder à Norma Ambiental e Social (NAS 10) do Banco Mundial e da legislação nacional sobre participação pública. O PEPI visa descrever o calendário e os métodos de envolvimento das partes interessadas durante todo o ciclo de vida do projecto. Irá igualmente descrever todo o leque de informação a ser comunicada, bem como os respectivos prazos, às partes afectadas pelo projecto e outras partes interessadas, e também o tipo de informação que se quer receber das PIA.

O plano será adaptado para ter em conta as principais características e interesses das PIA e os diferentes níveis de envolvimento e consulta que serão apropriados para diferentes PIA, definirá como a comunicação será tratada em toda a preparação e implementação do projecto. O PEPI apresenta as medidas usadas para remover os obstáculos à participação e como os pontos de vista dos diferentes grupos afectados serão considerados. Onde aplicável, o plano incluirá medidas diferenciadas para permitir a participação efectiva dos indivíduos identificados como desfavorecidos ou vulneráveis. Para que os diferentes grupos afectados possam obter as informações necessárias sobre as questões que potencialmente os afectarão, poderão ser necessárias abordagens específicas e um aumento da quantidade de recursos.

1.1. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

No presente capítulo é efectuada uma descrição e caracterização sumária do projecto, indicando as componentes, objectivos, fase do ciclo do projecto e principais trabalhos associados a cada fase ou ciclo de projecto que possam gerar impactos e/ou riscos ambientais e sociais. É ainda apresentada a avaliação ambiental e social, avaliação das capacidades institucionais e apresentação do quadro institucional, por parte do mutuário, previsto para a implementação do projecto, em que se pretende minimizar a principal debilidade apontada pela avaliação ambiental e social, e que deu origem à classificação do grau de risco ambiental e social como substancial. A agricultura é essencial para promover o desenvolvimento nacional e a diversificação económica. No entanto, o seu potencial permanecerá inexplorado se a produtividade não aumentar significativamente, se a resiliência climática não for fortalecida e se os incentivos do mercado não estiverem alinhados. Embora a produção agrícola tenha aumentado nos últimos anos, os rendimentos das culturas permanecem muito baixos, em comparação com outros países da região. Existe um escopo substancial para aumentar os rendimentos e a produção de culturas através da intensificação sustentável, da utilização de tecnologias e práticas de agricultura inteligente em termos climáticos (AIC). Isso exigirá apoiar agricultores na adopção de tais práticas e tecnologias de AIC, realizando o desenvolvimento participativo e aumentando a área de irrigação, entre outras intervenções.

O MOSAP3 foi concebido para ultrapassar dois constrangimentos críticos ao desenvolvimento da agricultura e pecuária de pequenos agropecuaristas em Angola. Uma das formas será por meio do aumento do acesso à extensão agrícola, através das Escolas de Campo do Agricultor (ECA), que serão institucionalizadas no MINAGRIF e expandidas a nível nacional, numa abordagem faseada. A outra forma é a promoção da adopção, por pequenos produtores, da agricultura inteligente para o clima (AIC) e

Agricultura Inteligente para a Nutrição (NSmartAg) aumentando, assim, a resiliência, a produtividade e a nutrição, além de promover co-benefícios climáticos graças ao acesso a melhores tecnologias de produção, insumos e serviços de extensão.

O foco do projecto está centrado na promoção da adaptação às mudanças climáticas em Angola, com o objectivo de construir a resiliência dos pequenos agricultores a (i) seca perenes, (ii) mudanças nas estações chuvosas, que são mais curtas, pois começam mais tarde e terminam mais cedo e (iii) aumento da água.

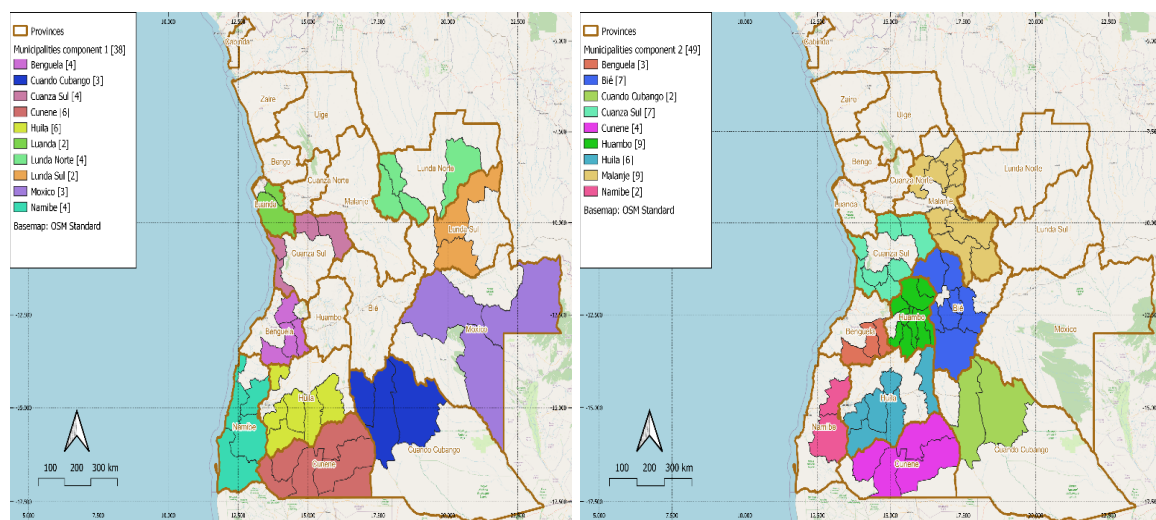
De salientar que o projecto proposto se baseia nas experiências de outros projectos do Banco Mundial, particularmente no MOSAP2. O Projecto tem como escopo geográfico 13 províncias e 68 municípios. Ainda no âmbito das lições aprendidas, o MOSAP3 difere do MOSAP2 na medida em que apresenta um maior alcance em termos de financiamento absoluto, inclusão do apoio à pecuária e às actividades de irrigação, bem como o apoio robusto de capacitação ao MINAGRIF através do estabelecimento de uma Unidade Escolar de Campo de Agricultores no IDA (Instituto de Desenvolvimento Agrícola) que será responsável pelo processo de institucionalização das ECA.

A estratégia de implementação do Projecto é baseada numa abordagem em fases, a fim de sequenciar a implementação com base nas prioridades, nível de complexidade técnica e celeridade para implementação. Durante a primeira fase de implementação (anos 1-2), o Projecto vai concentrar-se principalmente em adoptar uma abordagem simples de implementar intervenções escaláveis; paralelamente, apoiando a finalização dos estudos e Projectos técnicos mais complexos para os maiores investimentos em infraestrutura e assistência técnica (AT). Durante a segunda fase (anos 3 a 6), o Projecto apoiará a execução das actividades das componentes nas províncias abrangidas. Ao longo do ciclo de implementação do Projecto (anos 1-6), o Projecto apoiará esforços de fortalecimento institucional, bem como o desenvolvimento socioeconómico, incluindo acções para enfrentar a Violência Baseada no Género (VBG) nas áreas de intervenção.

1.2. Localização da Área do Projecto

O projecto é concebido através de uma abordagem faseada de implementação ao longo do seu ciclo de vida. Enquanto a componente 1 cobrirá 10 províncias e 38 municípios, a componente 2 cobrirá 9 províncias e 49 municípios (alguns dos quais abrangidos também pela componente 1). De salientar que a escolha das províncias e municípios foi baseada nos seguintes critérios: disponibilidade de, pelo menos, um técnico no IDA/ISV, disponibilidade de pelo menos uma infraestrutura no IDA/ISV em funcionamento, municípios beneficiados pelo MOSAP II, áreas mais impactadas por seca, e áreas com maior extensão de rede hidrográfica. A Figura 1 apresenta a abrangência do MOSAP3.

Figura 1: Cobertura Geográfica do Projecto: Componente 1 e 2



Fonte: MOSAP3

1.3. Beneficiários do Projecto

Espera-se que os principais beneficiários do projecto sejam cerca de 200.000 pequenos agricultores nas áreas do projecto, dos quais pelo menos 30% serão mulheres. Os pequenos agricultores são definidos como aqueles que estão engajados em sistemas agrícolas simples ou mistos, envolvendo produção agrícola, pecuária e pastoril. Além disso, o projecto irá reforçar a capacidade dos quadros das instituições nacionais e provinciais que trabalham na agricultura e pecuária, bem como do sector privado e das ONG que actuam no sector.

1.4. Objectivo de Desenvolvimento do Projecto e Componentes

Com base no objectivo de desenvolvimento do projecto (ODP) de aumentar a produtividade e promover a resiliência climática para pequenos agricultores nas áreas seleccionadas do projecto, existem quatro componentes, a saber: Componente 1 - Capacitação e desenvolvimento institucional; Componente 2 - Resiliência Agrícola e Pecuária, Intensificação e Articulação do Mercado; Componente 3 - Gestão de projectos e Componente 4 - Contingente de Resposta a Emergências (CERC). As localizações específicas das actividades previstas nestes componentes ainda não estão definidas e serão seleccionadas durante a fase de implementação de acordo com as macro-localizações geográficas já definidas e seguindo critérios de selecção definidos durante a preparação do projecto. A **Tabela 1** apresenta as quatro componentes e subcomponentes do projecto assim como a previsão dos respectivos níveis de afectação de fundos.

Tabela 1: Principais componentes e subcomponentes do projecto

COMPONENTES	SUBCOMPONENTES	FINANCIAMENTO (USD)	OBJECTIVOS
Componente 1: Capacitação e Desenvolvimento Institucional.	NA	US\$ 100 milhões	O objectivo desta componente é fortalecer as instituições envolvidas no desenvolvimento da agricultura e pecuária de pequeno porte, com foco em organizações de pequenos agricultores, incluindo organizações de mulheres, cooperativas e associações de agricultores, organizações não governamentais (ONG), agências governamentais, prestadores de serviços (como serviços de extensão) e o sector privado. Espera-se que um total de 150.000 pequenos agricultores beneficiem desta componente, dos quais 30% serão mulheres.
	Fortalecimento da capacidade dos pequenos agricultores.	US\$ 50 milhões	O objectivo desta subcomponente é fortalecer as habilidades técnicas, institucionais, gestão e de marketing dos beneficiários directos por meio da abordagem das ECA, que se baseia na experiência bem-sucedida do MOSAP I e II, esperando-se que cerca de 150.000 beneficiários sejam treinados em pelo menos 5.000 ECA locais (entre 20 a 30 participantes por escola).
	Fortalecimento da Capacidade Institucional das Unidades Locais, Provinciais e Nacionais	US\$ 20 milhões	O objectivo desta subcomponente é fortalecer a capacidade institucional do MINAGRIF a nível nacional e descentralizado, de modo a fornecer os serviços complementares necessários para os investimentos

COMPONENTES	SUBCOMPONENTES	FINANCIAMENTO (USD)	OBJECTIVOS
	do MINAGRIF e Capacitação das Organizações Não Governamentais.		implementados no âmbito do projecto.
Componente 2: Resiliência da Agricultura e Pecuária, Intensificação e Ligações de Mercado	NA	US\$ 206 milhões	Esta componente beneficiará cerca de 200.000 pequenos agricultores, dos quais 30% serão mulheres. A maioria dos pequenos agricultores visados tem acesso a cerca de 0,25 a 2,5 ha de terras agrícolas e estão envolvidos principalmente em culturas anuais e algumas actividades pecuárias, com excepção das províncias do Sul onde a pecuária tende a ser a actividade principal. A presente também apoia o investimento em equipamentos e tecnologias de irrigação por agricultores individuais ou pequenos grupos de agricultores por meio de doações, de acordo com a abordagem de Desenvolvimento de Irrigação Liderada pelo Agricultor (DILA). Esta inclui a construção de estruturas de extracção de águas subterrâneas, como poços rasos e poços tubulares, tecnologias de elevação, bombas de pedal, bombas motorizadas, tecnologias de energia solar/eólica, transporte eficiente de água e meios de aplicação, mangueiras e tubos, tecnologias de gotejamento e aspersão.

COMPONENTES	SUBCOMPONENTES	FINANCIAMENTO (USD)	OBJECTIVOS
	Melhor Acesso a Tecnologias e Práticas Inteligentes sobre Clima e Nutrição	US\$ 174 milhões	O objectivo desta subcomponente é fornecer apoio ao investimento aos beneficiários elegíveis para aumentar a sua produtividade (culturas e produtos de origem animal) por meio de um melhor acesso às tecnologias e práticas AIC e NSmartAg, que incluem tecnologias de irrigação, insumos (sementes resistentes ao clima, mudas e raças; serviços de consultoria e extensão; serviços financeiros), infraestrutura resiliente e mercados, e fortalecimento de sinergias e integração entre agricultura e pecuária (por exemplo, por meio da gestão de esterco e tracção animal).
	Reabilitação de Esquemas de Irrigação	US\$ 31 milhões	O objectivo desta subcomponente é aproveitar os recursos hídricos existentes nos municípios seleccionados para aumentar a resiliência das culturas e a produção ao longo das duas campanhas agrícolas.
Componente 3: Gestão de Projectos e Monitoria e Avaliação.	NA	US\$ 20 milhões	Os objectivos desta componente são (i) garantir uma gestão eficiente do projecto, que incluirá o uso eficiente e direccionado dos recursos, de acordo com os objectivos, procedimentos e directrizes fiduciárias do projecto e gestão eficiente de contratos, entre outros; e (ii) construir o sistema de M&A do projecto capaz de informar sobre o progresso e metas alcançadas, apoiar a tomada de decisão com recurso ao uso de dados e

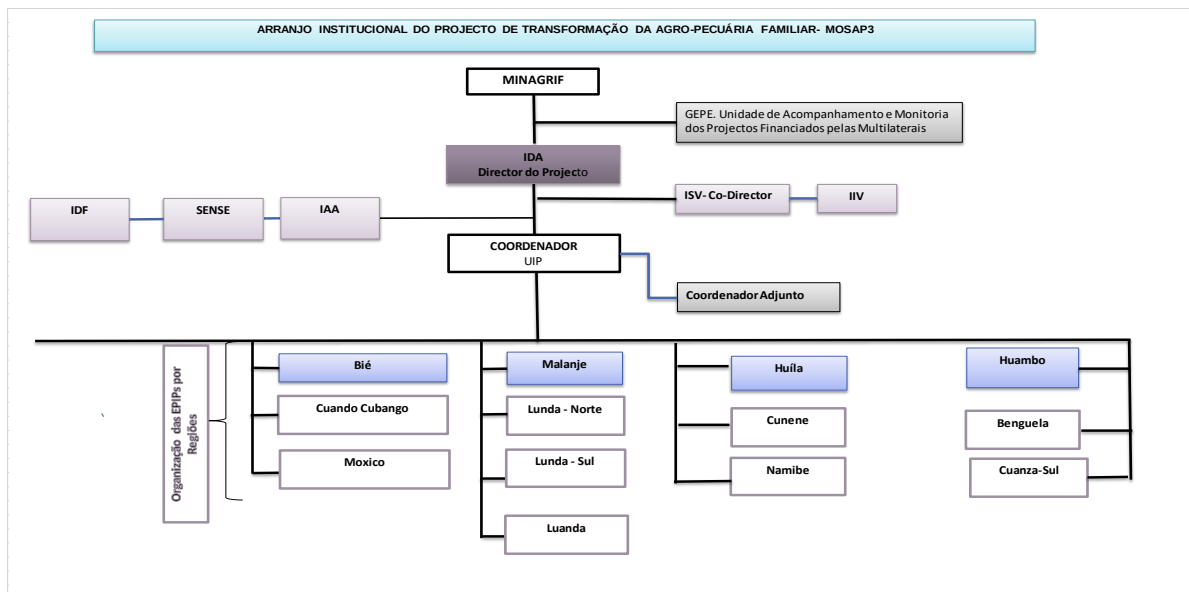
COMPONENTES	SUBCOMPONENTES	FINANCIAMENTO (USD)	OBJECTIVOS
			relatórios de qualidade e em tempo hábil.
Componente 4: Componente de Resposta a Emergências Contingentes	NA	US\$ 4.5 milhões	Esta componente fornece resposta imediata às emergências elegíveis. Como tal, no caso de tal emergência elegível, conforme definido no manual operacional de Resposta de Emergência de Contingência (CERC) preparado e adoptado pelo Governo de Angola, esta componente financiará actividades e despesas de emergência por meio da realocação de fundos do Projecto.

1.5. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO

Angola possui uma legislação ambiental e social bem desenvolvida, que define que todas as actividades públicas e privadas que possam causar impactos ambientais significativos devem ser objecto de licenciamento ambiental adequado, incluindo estudos de avaliação ambiental para identificar possíveis impactos, bem como planos de gestão, visando minimizar e mitigar os impactos previstos. O país também possui requisitos legais para gerir questões de reassentamento, consultas públicas, incluindo audiências públicas com a participação das partes interessadas e afectadas para validar estudos de impactos ambientais e sociais. O Governo de Angola (GdA) implementou vários projectos financiados pelo Banco Mundial (BM), bem como projectos financiados por outros doadores que seguem políticas ambientais e sociais análogas e têm uma experiência considerável com os requisitos de gestão ambiental e social do Banco Mundial.

O projecto será implementado pelo MINAGRIF, que também implementou o projecto MOSAP2 (P154447) e o ainda em curso PDAC (P159052), e coordenará o projecto por meio da direcção do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) e em consulta directa com o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) para garantir que as actividades do projecto estejam alinhadas com as políticas nacionais e os requisitos do Banco Mundial. O arranjo de implementação do projecto e o organograma institucional são mostrados na Figura 2.

Figura 2: Arranjo Institucional do MOSAP 3



O MINAGRIF estabeleceu uma UIP (Unidade de Implementação do Projecto) no IDA, chefiada por um director de projecto, com os sistemas e procedimentos de gestão necessários, incluindo um coordenador de projecto auxiliado por uma equipe para: (i) coordenar a gestão, implementação e supervisão do projecto, gestão fiduciária e salvaguardas e género, e M&A, de acordo com os padrões e requisitos do Banco Mundial; e (ii) gestão do projecto com base nos documentos legais, por exemplo, PAD, Manual de Operações do Projecto (MOP), Acordo Financeiro, etc. O projecto nomeou um coordenador de projecto para a UIP e recrutou um especialista ambiental e um especialista social e de género para apoiar na preparação e implementação do projecto. Os especialistas ambiental e social têm experiência na avaliação e gestão de riscos e impactos ambientais e sociais.

2. QUADRO LEGAL PARA ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Este PEPI tem em conta a legislação angolana relativa aos níveis e modelos de participação das partes interessadas e afectadas (PIA) por projectos, e pela Norma Ambiental e Social 10 do Banco Mundial relativa ao Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações do Banco Mundial.

2.1 QUADRO LEGAL NACIONAL

Tal como muitos outros países em desenvolvimento e particularmente os africanos, depois da Conferência do Rio, de 1992, sobre Desenvolvimento Sustentável, o país iniciou uma significativa reforma legislativa e institucional para integrar as noções de desenvolvimento sustentável nos seus modelos de planificação e actuação.

A reforma tem estado em implementação sob a forma de: (a) adesão e adopção de uma série de convenções e protocolos internacionais e regionais de protecção ambiental e de conservação em matérias sociais e de direitos humanos; (b) a aprovação de um conjunto significativo de legislação com implicações directas e indirectas sobre a protecção do ambiente e de desenvolvimento social e ampliação do leque de diplomas em matéria de direitos económicos, sociais e culturais; (c) criação de instituições públicas específicas ou fortalecimento das instituições existentes dedicadas à gestão ambiental e social. Um aspecto a destacar, incluso nos sistemas e dispositivos da reforma, assenta na valorização da participação e envolvimento do público nas acções de desenvolvimento e gestão de recursos e modos de vida das pessoas.

A Constituição da República de Angola (CRA), através dos nºs 1 e 2 do artigo 23 (Princípio de Igualdade) estabelece que todos são iguais perante a Constituição e a lei e ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica, social ou profissão.

A mesma constituição (CRA 2010), no seu artigo 20º, sobre responsabilidades fundamentais do Estado Angolano, assegura e incentiva a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais. Ainda no seu artigo 40º, determina que todos têm o direito de exprimir, divulgar e partilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações.

O Artigo 39º da CRA consagra o direito ao ambiente e declara o direito dos cidadãos a viver em ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. O mesmo Artigo, igualmente exige ao Estado que adopte as medidas necessárias à protecção do ambiente e das espécies da flora e da fauna em todo o território nacional, à manutenção do equilíbrio ecológico, à correcta localização das actividades económicas e à exploração e utilização racional de todos os recursos naturais, no quadro de um desenvolvimento sustentável e do

respeito pelos direitos das gerações futuras e da preservação das diferentes espécies. Igualmente exige a punição dos actos que ponham em perigo ou lesem a preservação do ambiente.

No Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril - Regulamento Geral de Avaliação de Impacto Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental, o processo de consulta pública é uma actividade obrigatória para todos os projectos das Categorias A, B e C.

No que tange às modalidades específicas de participação dos cidadãos na Administração Local do Estado, legalmente consagrados no ordenamento jurídico angolano no âmbito municipal pode-se apontar: o Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade, o Conselho Municipal de Concertação Social, o Conselho Municipal de Vigilância Comunitária e a Comissão de Moradores. A Lei n. 7/16, de 1 de Junho, veio estabelecer a organização e o funcionamento das Comissões de Moradores. Esta lei definiu o regime jurídico das comissões, que são pessoas colectivas de direito público, resultantes da união voluntária e organização de pessoas residentes numa determinada rua, quarteirão, bairro, aldeia ou povoação. São apartidárias e sem fins lucrativos e visam promover uma cultura de associativismo e promover o princípio da participação dos cidadãos na sua respectiva circunscrição territorial ou administrativa. As comissões de moradores representarão os moradores daquela circunscrição territorial, podendo exercer o direito de petição perante órgãos do governo, direito de resolver pela via da conciliação conflitos entre membros da comunidade, promover acções culturais, desportivas, recreativas, de preservação ambiental e qualidade dos espaços públicos, dentre outras.

A Lei nº 15/16, de 12 de Setembro, estabelece os princípios e normas de organização e funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado. Esta lei substituiu os antigos Conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACS), anteriormente criados pelo Decreto-Lei nº 02/2007, de 3 de Janeiro, que foi posteriormente revogado pela Lei nº 17/10, de 29 de Julho. Entretanto, após a mudança legislativa os antigos CACS (Conselhos Municipais de Auscultação e Concertação Social) foram extintos, e substituídos pelos: a) Conselho Municipal de Auscultação da Comunidade; b) Conselho Municipal de Concertação Social; e c) Conselho Municipal de Vigilância Comunitária.

No que diz respeito à promoção da Igualdade de Género, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN 2018-2022), estabelece acções específicas para a mulher com vista à promoção da igualdade de oportunidades e à valorização do papel da mesma no domínio familiar, social, político, económico e empresarial, bem como na perspectiva de assegurar, de forma sustentável, o empoderamento da jovem mulher e da mulher na zona rural.

No PDN 2018-2022 o foco para a igualdade de género e o empoderamento da mulher está centrado no Eixo i) desenvolvimento humano e bem-estar, cujos programas e projectos contemplam: o Programa de Promoção de Género e Empoderamento da Mulher, o Programa de Prevenção e de Apoio à Vitima de Violência Doméstica, o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, que incorporam acções de empoderamento da mulher em todos os municípios, o Programa de Inclusão Produtiva e Geração de Renda, com maior incidência em famílias chefiadas por mulheres; o Programa de Municipalização da Acção Social e o Programa das Transferências Sociais Monetárias.

No processo de revisão do PND 2018-2022, a sensibilidade para a transversalização da abordagem de género nos diferentes eixos aumentou, assim como a discussão com os actores-chave para uma integração da abordagem sensível ao género no processo de planificação.

Por sua vez, a Lei Contra a Violência Doméstica (Lei nº 25/11, de 14 de Julho), considera que a família é o núcleo fundamental da sociedade, exigindo protecção redobrada e especial, de acordo com os princípios consagrados na Constituição da República de Angola. Reconhecendo que a violência doméstica é um flagelo social que contribui para a desestruturação e instabilidade emocional das famílias e, consequentemente da sociedade. No seu artº 1º, a Lei estabelece o regime jurídico de prevenção da violência doméstica, de protecção e de assistência às vítimas.

Ainda no âmbito das questões sociais, o Governo Angolano aprovou vários outros instrumentos legais que visam a promoção da Igualdade e Equidade de Género, de modo a responder de forma sustentável e multisectorial ao combate da Violência Baseada no Género, nomeadamente: Decreto Presidencial nº 124/13 de 28 de Agosto, que regula a Lei Contra a Violência Doméstica; Decreto Presidencial nº 222/13, que aprova a Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, Lei nº 38/20 de 11 de Novembro, que aprova o Código Penal Angolano e a Estratégia de advocacia e mobilização de Recursos para implementação e monitorização da política.

Pode-se acrescentar a recentemente aprovada Lei Orgânica da Provedoria de Justiça e o Estatuto do Provedor de Justiça (Fevereiro de 2020). A temática da participação pública tem um carácter transversal que também atravessa tantos outros temas transversais como é o caso do ambiente em geral, as questões de género e da pobreza. Ainda que nem sempre alinhadas com o previsto nas NAS do BM, os dispositivos acima listados entendem a consulta e a participação das PIA, como essenciais ao desenvolvimento.

No ano de 2020, foi aprovada a Estratégia Nacional dos Direitos Humanos (Decreto Presidencial nº 100/20, de 14 de Abril), assim como o Plano de Acção Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (Decreto Presidencial nº 95/20 de 14 de Fevereiro), que faz parte da Estratégia Nacional dos Direitos Humanos.

De diferentes maneiras preveem acções de promoção e defesa dos Direitos Humanos, informação, educação, sensibilização, promoção de consentimentos e consensos, acompanhamento e monitorização das acções de desenvolvimento, intermediação incluindo recurso a tribunais em caso de diferendos entre os promotores das iniciativas de desenvolvimento e as pessoas afectadas, interessadas e/ou de outro modo envolvidas. Também preveem que as pessoas afectadas por iniciativas de desenvolvimento sejam compensadas por eventuais perdas que possam sofrer.

Os requisitos estabelecidos neste conjunto de instrumentos legais deverão ser seguidos no processo de engajamento das PIA, principalmente no que tange à realização das consultas públicas durante a elaboração de instrumentos específicos de gestão ambiental e social das actividades do projecto.

2.2 NORMAS DO BANCO MUNDIAL

A Norma Ambiental e Social (NAS 10) do Banco Mundial reconhece a importância de um processo de envolvimento aberto e transparente das partes interessadas como elemento essencial das boas práticas internacionais. Segundo esta norma, o envolvimento eficaz das partes interessadas pode melhorar a sustentabilidade ambiental e social dos projectos, melhorar a aceitação e oferecer contribuições significativas para a concepção e implementação eficaz do projecto.

A NAS10 aplica-se a todos os projectos apoiados pelo Banco Mundial pelo Financiamento de Projecto de Investimento (IPF). Segundo esta Norma os implementadores de projectos deverão consultar as partes interessadas, como parte fundamental do processo de avaliação ambiental e social e de implementação do projecto. Conforme estabelecido na NAS 10 o processo de engajamento de pessoas interessadas inclui:

- Identificação partes interessadas e afectadas.
- Avaliar o nível de suporte das partes interessadas pelo projecto
- Planeamento sobre o envolvimento das partes interessadas, promovendo e fornecendo mecanismos para que as considerações das partes interessadas sejam consideradas no desenho do projecto e no desempenho ambiental e social do projecto.
- Assegurar o efectivo e inclusivo engajamento das partes interessadas incluindo sempre as partes com necessidades especiais.
- Divulgar a informação sobre os riscos e impactos ambientais e sociais e respectivas medidas de mitigação as partes interessadas e afectadas de forma antepada e acessível.
- Consulta das partes interessadas.
- Promover um mecanismo de diálogos e reclamações.
- Divulgação de resultados.

Segunda a NAS 10 a consulta relevante é um processo de duas vias que tem as seguintes características:

- Começa no estágio inicial do processo de planeamento do projecto para receber opiniões iniciais sobre a proposta do projecto e informar a concepção do projecto.
- Incentiva os comentários das partes interessadas, especialmente, como uma forma de prestar informações sobre a concepção do projecto e o envolvimento das partes interessadas na identificação e mitigação de riscos e impactos socioambientais.
- Continua de forma ininterrupta à medida que surjam riscos e impactos.
- Baseia-se na divulgação e disseminação prévia de informações relevantes, transparentes, objetivas, significativas e de fácil acesso num prazo que possibilite consultas relevantes com as partes interessadas e em um formato culturalmente apropriado, em idioma(s) local relevante e compreensível para as partes interessadas.
- Analisa e responde aos comentários.

- Apoia o envolvimento ativo e inclusivo das partes afectadas pelo projecto.

2.3 RELAÇÃO ENTRE A LEGISLAÇÃO NACIONAL E AS NORMA DO BANCO MUNDIAL

Nos Termos da legislação angolana, o engajamento das partes interessadas se verifica desde as fases iniciais da concepção do projecto, diversas actividades de desenvolvimento. O Decreto Presidencial nº 117/20 de 22 de Abril - Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental, o processo de consulta pública é uma actividade obrigatória para todos os projectos das Categorias A, B e C. Por outro lado, a NAS 10 estabelece que um Mutuário tem de engajar as partes interessadas como parte integrante da avaliação ambiental e social de um projecto e da concepção e implementação do projecto. A natureza, o âmbito e a frequência do compromisso devem ser proporcionais à natureza e à escala do Projecto. As consultas com as partes interessadas e afectadas (PIA) têm de ser significativas e basear-se na identificação e análise das PIA, nos planos sobre como engajar as PIA, na divulgação de informação, nas consultas reais, bem como nas respostas às reclamações das PIA, e nos relatórios às PIA, a legislação angolana menciona a necessidade de participação, obrigatoriedade em alguns processo como mencionado acima, mas não de forma estruturada onde por exemplo a identificação das PIA e principalmente a atenção que deve ser dada aos grupos vulneráveis é fundamental.

O Regulamento não exige o estabelecimento de um mecanismo de resolução de reclamações. Então, deve-se seguir o processo da legislação nacional para o processo de licenciamento ambiental, e para os casos da implementação do projecto deve-se seguir o plasmado na NAS10.

3. BREVE RESUMO DAS ACTIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PIA)

O Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF) possui uma estrutura que permite, de alguma forma, engajar, a todos os níveis, os principais parceiros que compõem o espaço jurisdicional do país, através das suas representações nas províncias, as Direcções Provinciais de Agricultura (DPA). No projecto MOSAP 3, o MINAGRIF contou com o suporte da Unidade de Implementação do Projecto (UIP) do MOSAP 2 e representações do Estado nas províncias (GEPE, IDA, IIA, IIV, Gabinete Provincial da Agricultura e Gabinetes Provinciais de Infraestruturas) cobertas pelo projecto.

Nas acções preparatórias do MOSAP 3, o MINAGRIF realizou reuniões de divulgação e informação sobre o projecto, a nível das províncias, municípios e comunas cobertas pelo projecto. Foram realizadas reuniões direccionadas com instituições do governo local, e instituições de cariz social e comunitário (IDA, ISV, Direção Provincial da Agricultura, Administração Municipal, EDA, Direcção de Infraestrutura, EDA, Protecção Civil), com intuito de comunicar às PIA informações sobre o projecto promovendo, assim, a sua participação.

O projecto irá capitalizar a estrutura organizativa do MOSAP 2 e PDAC que, além da experiência com projectos financiados pelo BM, tem estabelecidas e asseguradas actividades de envolvimento das PIA através das unidades orgânicas definidas para o efeito. Contudo, é preciso considerar ameaças potenciais relacionadas com o surgimento de movimentos e organizações contrários à implementação do projecto, principalmente das actividades que geraram manifestações e alto nível de expectativa, aquando do desenvolvimento das actividades de melhoria do sistema de abastecimento de água, bem como possibilidade de reassentamentos.

3.1 CONSULTAS PÚBLICAS: 1ª FASE

O processo de consultas públicas do MOSAP3 obedeceu a dois momentos diferentes, sendo o primeiro entre 15 de Janeiro e 12 de Fevereiro de 2022, em que foram visitadas 10 províncias (Cunene, Namibe, Huíla, Benguela, Malanje, Bié, Cuanza Sul, Cuanza Norte, Huambo e Cuando Cubango) das 13 abrangidas pelo MOSAP 3¹.

Diante dos factores já mencionados, foi definida uma metodologia estratégica para o alcance dos objectivos do programa das consultas, que consistiu na aplicação de um processo híbrido (presencial e online). A definição da estratégia teve em consideração o nível de intervenção do projecto nas províncias. No entanto, a especificidade das actividades das componentes 1 e 2, associada ao potencial de causar impacto substancial nas províncias abrangidas, permitiu definir como presencial a modalidade das consultas nas províncias do Cunene, Namibe, Huila, Benguela, Kwanza Sul, Kwanza Norte, Bié, Cuando Cubango Malanje e Huambo. As consultas abrangeram um total de 766 pessoas, das quais 515 são homens e 251 mulheres, conforme Tabela 2:

¹ Vide em anexo 3, Resumos da 1ª Fase das Consultas Públicas realizadas para o MOSAP3.

Tabela 2: Resumo da 1ª Fase das Consultas Públicas (Jan-Fev.2022)

Província	Município	Data	Total de Participantes	Participante s desagregad os por sexo		Comentários
				F	M	
Processo de Consultas Públicas (PCP)						
Cunene	Ombadja	18-01-2022	55	20	35	das Consultas Públicas: 1ª Fase
	Cuanhama	18-01-2022	28	2	26	
Namibe	Moçâmedes	19-01-2022	58	27	31	
	Bibala	19-01-2022	25	8	17	
Huíla	Cacula	21-01-2022	50	16	34	
Benguela	Benguela	24-01-2022	86	34	52	
Cuanza Sul	Ucu-Seles		85	24	61	
Malanje	Kangandala	01-02-2022	72	25	47	
Kwanza Norte	N'dalatando	02/02/2022	19	02	17	
Cuando Cubango	Menongue	07-02-2022	88	25	63	
Bié	Cuito	08-02-2022	125	51	74	
Huambo	Bailundo	09-02-2022	73	17	56	
Sub-Total - 1			764	251	513	

Os temas discutidos foram:

- Componentes do projecto e as actividades associadas.
- Plano de engajamento das partes interessadas.
- Capacidade do sector agropecuário para assistências das comunidades diante da seca e outros.
- Estado das Infraestruturas de irrigação e armazenamento de água, bem como a necessidade de construção e reabilitação para fazer face às mudanças climáticas.
- A questão de exclusão dos grupos vulneráveis (em particular as mulheres) aos benefícios do projecto.
- Riscos e impactos do projecto.
- Expectativas e preocupações relativas ao projecto.

- Questões de reassentamento.
- Necessidade de inclusão dos PIAs, em todo o processo.

Dada a situação da pandemia do COVID 19 e em cumprimento da legislação publicada na altura que, entre outras disposições, obrigava ao isolamento social e proibia a aglomeração de pessoas, as reuniões de consulta foram realizadas respeitando o número máximo de participantes, excepto para alguns locais em que o número foi excedido, tendo a equipa privilegiado o distanciamento social de pelo menos 1, 5 metros entre os presentes. Para além disso, todos os participantes foram obrigados a usar máscaras e a fazer a desinfeção das mãos com água e sabão ou com álcool gel. Informações mais detalhadas sobre as consultas públicas realizadas podem ser encontradas nos escritórios do MINAGRIP, em Luanda, e no respectivo site.

3.2 CONSULTAS PÚBLICAS: 2ª FASE

O relatório produzido na primeira fase de consultas (Janeiro e Fevereiro de 2022), indica que os grupos consultados eram heterogéneos em vários aspectos: i) do ponto de vista institucional (Instituições Públicas, privadas, ONG, Associações, Cooperativas, Autoridades Locais, Autoridades Tradicionais), ii) do ponto de vista do sexo (homens e mulheres no mesmo espaço, sendo que, no meio rural, as mulheres tendem a não falar na presença dos homens) e iii) do estatuto dos participantes.

Decorreu entre os dias 22 de Novembro e 06 de Dezembro de 2022 em 10 municípios² (dois por província) de cinco (5) províncias: do Cuando Cubango, Cunene, Huíla, Namibe e Benguela uma nova fase de Consultas Públicas. Esse trabalho permitiu colmatar a informação em falta e assegurar, particularmente, o envolvimento das pessoas residentes nas províncias que englobam os onze municípios de arranque do Projecto, com especial ênfase em quatro (4) grupos habitualmente expostos a maior vulnerabilidade: mulheres, jovens, idosos e pessoas com deficiência. Na ocasião foi possível apresentar-lhes a análise e avaliação dos potenciais riscos e impactos do Projecto e garantir que as suas preocupações e expectativas estarão devidamente reflectidas na implementação do projecto.

As consultas tiveram ainda outros impactos de suma importância, que foram a divulgação do Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR), disponível durante todo o tempo de vida do Projecto (vide capítulo 7 deste PEPI) e a oportunidade de sensibilização para as questões de Exploração e Abuso Sexual (EAS), de Assédio Sexual (AS) e Violência Baseada no Género (VBG), sendo que o risco de VBG do projecto foi categorizado como substancial.

Todo o processo de identificação e convite à participação dos diferentes grupos presentes nos municípios foi definido no Plano de Consultas previamente enviado para os Governos Provinciais e divulgados pelas Administrações Municipais, sob coordenação das Direcções

² Menongue, Cuchi, Namacunde, Cuvelai, Gambos, Chibia, Virei, Bibala, Chongoroi e Cubal

Provinciais da Agricultura. Em todos os encontros estiveram representantes do IDA central, do IDA e ISV a nível local e uma especialista da UIP.

Os encontros presenciais foram realizados em diferentes locais (salas de reuniões, auditórios, espaços abertos). Nas reuniões foram utilizados diferentes materiais de comunicação que foram especificamente preparados atendendo aos diferentes grupos. Nos encontros com os Grupos Institucionais, sempre que as condições permitiam, era utilizada uma apresentação (Power-point) com recurso a um projector.

Em todos os encontros os instrumentos do quadro Ambiental e Social foram apresentados de forma simples, utilizando linguagem clara, recorrendo-se para tal ao desdobrável (distribuído por todos os participantes) que contém uma síntese da informação dos principais impactos sócio-ambientais negativos e positivos, bem como o Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR) e respectivos canais de comunicação. Por outro lado, as reuniões realizadas em espaços abertos (grupos vulneráveis) foram utilizadas cartazes com informações do Projecto.

Nesta 2ª Fase das consultas públicas, foram abrangidas um total de 1467 pessoas, das quais 1305 são homens e 926 mulheres, incluindo autoridades locais, organizações da sociedade civil e comunidades. A Tabela 3, apresenta as datas das reuniões, locais e número de participantes.

Tabela 3: Resumo da 2ª Fase das Consultas Públicas (Nov-Dez.2022)

Província	Município	Data	Total de Participantes	Participantes desagregados por sexo	
				F	M
Cuando Cubango	Menongue	22-11-2022	103	28	75
	Cuchi	23-11-2022	485	230	255
Cunene	Namacunde	25-11-2022	63	21	42
	Cuvelai	25-11-2022	34	13	21
Huíla	Gambos	28-11-2022	205	150	55
	Chibia	29-11-2022	82	29	53
Namibe	Bibala	30-11-2022	163	100	63
	Virei	01-12-2022	86	34	52
Benguela	Cubal	05-12-2022	158	38	120
	Chongoroi	06-12-2022	88	32	56
Total Geral			Data	675	792

Total de Participante (%)		100	46	54
----------------------------------	--	------------	-----------	-----------

A nível institucional fizeram partes dos encontros representantes de diferentes instituições entre as quais governamentais e respectivos departamentos provinciais (Ministério da Agricultura e Florestas - MINAGRIF, Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher - MASFAMU, Ministério do Ambiente - MINAMB, Ministério da Educação - MED, Ministério de Energia e Águas - MINEA, Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social - MAPTSS e Ministério do Interior - MININT); representantes locais do Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDA), Instituto de Serviços Veterinários (ISV), Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Instituto de Investigação Veterinária (IIV), Gabinete de Estudo, Planeamento e Estatística (GEPE), Instituto de Investigação Agronómica (IIA); representantes de cooperativas e associações agro-pecuárias, autoridades tradicionais, membros da sociedade civil e grupos vulneráveis (Idosos, mulheres, Jovens e pessoas com deficiência).

De salientar que, uma vez que as PIA conhecem melhor seus arredores económicos, sociais e biofísicos, as consultas são úteis para a formulação de medidas de mitigação ambiental ou opções de reassentamento que equilibram as necessidades e capacidades das PIA, com os requisitos técnicos das opções. No entanto, as PIA do projecto devem ser continuamente consultadas pelo Projecto, de modo a assegurar que as partes interessadas e afectadas (PIA) sejam informadas sobre o projecto e tenham oportunidade de apresentar as suas preocupações e expectativas, bem como fazer recomendações desde a fase de desenho do projecto e durante todo o seu ciclo de vida.

3.2.1 CONCLUSÕES DA 2ª FASE DAS CONSULTAS PÚBLICAS

Durante as consultas com várias PIA, os participantes indicaram que estão dispostos a apoiar o projecto, uma vez que oferece vários benefícios para os membros da comunidade, dentro e ao redor da área do projecto. As PIA apreciaram a importância do MOSAP3, visto que contribui para a melhoria do bem-estar, e apresentaram algumas preocupações, aqui agrupadas por temas:

- **Seleção de beneficiários e abrangência do projecto:** falta de transparência nos critérios de seleção dos beneficiários; receio de que sejam seleccionados poucos beneficiários por município.
- **Recrutamento e gestão da mão-de-obra para as actividades do Projecto:** receiam a falta de transparência nos processos de contratação a nível local;
- **Infra-estruturas de apoio:** Inexistência de sistemas de água para apoiar a irrigação; Reabilitação e Redimensionamentos de Sistemas de Irrigação (Açudes, Furos e Chimpacas); Mangas de vacinação, Tanques banheiros e Matadouros; Câmaras de conservação (frescos e secos).

- **Articulação com o mercado:** o mau estado das vias de acesso dificulta a deslocação dos produtores e o escoamento dos produtos; falta de meios de transporte
- **Uso da Terra:** Falta de clareza, para as comunidades, sobre os procedimentos em caso de necessidade de uso de terra ou património da comunidade; Procedimentos não claros sobre a ocupação de terras das comunidades; dúvidas e preocupação sobre como será feita a compensação por possíveis perdas de bens e/ou terras; dúvidas sobre as salvaguardas dos interesses das comunidades nos processos de negociação; preocupação com a dificuldade na obtenção de títulos de terra.
- **Impactos Ambientais e Sociais:** Desmatamento (devido a produção de carvão); Risco de apropriação de bens por partes de quem implementa o projecto; Conflitos sociais por falta de meios de trabalho; Redução da fertilidade do solo por consequência de más práticas agrícolas.
- Do mesmo modo, foram também feitas algumas sugestões, conforme descrito abaixo:
- **Recrutamento e gestão da mão-de-obra para as actividades do Projecto** Que se priorize mão-de-obra local; que haja responsabilidade na monitorização da implementação das medidas de saúde e segurança dos trabalhadores; que todos os trabalhadores tenham um Contrato de Trabalho; que as empresas que intervirem nas áreas de implementação do Projecto, desenvolvam de acções de responsabilidade social;
- **Benefícios do projecto:** que, na escolha das culturas, o Projecto tenha em conta os hábitos locais; que o Projecto reforce a distribuição de insumos agrícolas e de pecuária; que o Projecto implemente Caixas Comunitárias.
- **Desenvolvimento Institucional:** Nas reuniões institucionais sugeriu-se que haja um reforço da capacidade técnica; Prioridade de enquadramento dos técnicos (Facilitadores e Extensionistas, entre outros) que já participaram noutros projectos; Meios de trabalho; Falta de disponibilidade de Técnicos por Agregado Familiar, Preocupação com os municípios que não têm EDA.
- **Assistência Técnica:** que haja acompanhamento técnico aos produtores agro-pecuários durante todo o ciclo produtivo; que haja disponibilidade de assistência técnica para os agricultores e pecuaristas; que haja capacitação dos produtores em práticas agrícolas e de pecuária.
- **Impactos Cumulativos:** No rescaldo de outros projectos nas áreas de implementação do MOSAP 3, em que há efeitos negativos do funcionamento de várias pedreiras na região do Virei e da Chibia, quer em termos de poluição sonora e do ar, quer em termos de degradação das vias de acesso devido ao movimento contínuo dos camiões que transportam as pedras, as PIA sugerem que, em forma de responsabilidade social, haja acções de compensação por parte das empresas que exploram as pedreiras.
- **Divulgação e Envolvimento:** Foi sugerido que haja transparência de comunicação entre o Projecto e as comunidades e que a implementação de acções tenham em

consideração os hábitos e realidades locais. Sugerem também que o Projecto reflecta a incorporação das suas sugestões, dadas no âmbito das consultas públicas efectuadas.

- **Género:** Considerando que, por norma, os requisitos de acesso têm prejudicado as mulheres e que há poucos apoios no sector agro-pecuário direccionados às mulheres, sugerem mais capacitação técnica, incluindo alfabetização, gestão alimentar, etc.; sugerem também que se faça uma maior promoção da necessidade de existência de Cooperativas dirigidas por mulheres.
- **VBG/EAS/AS:** sugerem que haja um maior trabalho de esclarecimentos e sensibilização junto de todos os intervenientes em relação a estas questões.
- **MSRR:** sugeriram que fossem feitos todos os esforços para garantir o sigilo do reclamante.
- No que respeita aos Grupos Focais com maior exposição à vulnerabilidade, foram igualmente manifestadas preocupações específicas à sua condição. A título de exemplo:
- **Grupo de Mulheres:** preocupa-as a dificuldade de escoamento e conservação da produção, a falta de insumos, a falta de formação em boas práticas agro-pecuárias, a falta de projectos direccionados para as mulheres, bem como acções de formação desenhadas para as mulheres. Referiram o pouco envolvimento dos companheiros na partilha das tarefas domésticas, especialmente no transporte de água (muitas vezes os companheiros têm motas ou outros meios de transporte mas não se disponibilizam para apoiar nessa tarefa); queixaram-se das grandes distâncias percorridas das residências até aos pontos de colecta de água. As mulheres casadas falaram da grande insegurança sobre a posse de terra (é muito comum as mulheres perderem a terra a favor da família do parceiro em caso de morte ou separação) e sobre a gestão dos benefícios do casal (é muito comum o parceiro pegar nos lucros da produção do casal e investir em efectivo animal bovino, o qual se tornam herança da família do marido em detrimento dos filhos deste). Mencionaram também o fraco envolvimento das mulheres nos processos de auscultação e tomada de decisão. Sugerem que se aumente o número de campanhas de sensibilização sobre questões relacionadas com VBG/ EAS/ AS.
- **Grupo de Idosos:** preocupa-os a falta de insumos, a falta de assistência técnica, meios de transporte para escoamento dos produtos e a falta de infra-estruturas de apoio à prática da actividade agro-pecuária.
- **Grupo de Jovens:** reclamam da pouca divulgação dos projectos e de oportunidades de emprego, bem como da falta de transparência nos processos de recrutamento e contratação. Preocupa-os o fraco envolvimento dos jovens nas estratégias de desenvolvimento do sector agro-pecuário, a nível local, assim como as poucas oportunidades de benefícios (projectos) para os jovens.
- **Grupo de Pessoas com Deficiência:** reclamaram da falta de Insumos, da falta de meios de locomoção adaptados à sua condição, da falta de equipamentos agrícolas

adaptados às diferentes necessidades. Sugerem que haja mais capacitação técnica para pessoas com deficiência, bem como material de divulgação e formação adaptado às diferentes deficiências.

3.3 CONSULTAS ÀS MINORIAS ETNOLINGUÍSTICAS

Relativamente, às reuniões de consultas realizadas com as Minorias Etnolinguística ou historicamente desfavorecidos (comunidades de povos minoritários San, comunidades pastoris semi-nómadas) as aspirações levantadas foram todas relacionadas com melhorar a saúde, particularmente entre as crianças, melhorar o acesso à água, para a comunidade em geral, e melhorar as oportunidades de subsistência. De salientar que a grande preocupação levantada foi a sustentabilidade da manutenção dos investimentos em infraestrutura do projecto, e ainda o facto de poderem não beneficiar diretamente do projecto, sendo que continuam a sofrer pressões e barreiras por falta de água disponível, especialmente água potável para beber.

As Minorias Etnolinguísticas foram alvo de consultas específicas no âmbito da elaboração do Quadro de Planeamento das Minorias Etnolinguísticas (QPME), e é nesse instrumento que podem ser encontrados os detalhes dos problemas e preocupações associadas à implementação do projecto.

Adicionalmente serão realizadas consultas ao longo do ciclo de vida do projecto, a fim de permitir que as opiniões das partes interessadas e afectadas sejam continuamente tidas em consideração. Com a realização das consultas públicas ficam garantidas uma série de vantagens para a implementação tranquila do projecto, as quais são brevemente discutidas a seguir. Outrossim, fornecer informações contínuas sobre o projecto e, ao mesmo tempo, pedir ao público sugestões construtivas, acabará por deixar as comunidades locais prontas para se sentirem donas e apoiarem os aspectos benéficos do projecto. Para manter o equilíbrio social e a confiança da população local, todas as informações sobre os prováveis impactos positivos e negativos do projecto serão divulgadas ao público.

4. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

Esta seção identifica as principais partes interessadas que serão informadas e consultadas sobre as actividades do Projecto. As principais PIA para o projecto, incluem aqueles indivíduos, comunidades, grupos e agências do sector público, sociedade civil que serão afectados ou têm interesse nas actividades do Projecto nas fases de implementação e operação. Este PEPI é preparado de acordo com os requisitos da NAS10.

As actividades de interesse para o presente PEPI, incluem os estudos de viabilidade técnica, ambiental, social e económica das actividades propostas, o desenho dos projectos que terá uma componente de participação forte, implementação de diversos planos de gestão ambiental e social (PGAS) dos projectos propostos, os instrumentos ambientais e sociais específicos do local que requerem consulta pública como estudos de impacto ambiental e social (EIAS), o

Plano de Acção de Reassentamento (PAR) e a elaboração e implementação do Plano de Prevenção e Resposta aos riscos de EAS/AS, sobretudo nas actividades de obras civis.

4.1 DEFINIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

A identificação das PIA foi feita com base nas actividades propostas no Projecto de Transformação Agropecuária de Angola ("Projecto MOSAP3) e na localização destas actividades, onde estão inseridas as instituições, públicas e privadas, rotas de transportes públicos, áreas potencialmente afectadas pelos impactos cumulativos ou desenvolvimentos não-planeados, espaços públicos e privados onde serão implantadas actividades. A análise demonstra o nível de engajamento das partes interessadas, especificamente o grau de influência nos resultados do Projecto, o grau de Impacto (positivo e negativo) que o projecto terá sobre eles e a sua posição perante o projecto (a favor ou oposição). Para efeitos de engajamento eficaz as PIA foram divididas nas seguintes categorias principais:

- **Partes Afectadas** - Pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projecto que são directamente influenciadas (efectiva ou potencialmente) pelo projecto e que foram identificadas como mais susceptíveis a mudanças associadas ao projecto, e que precisam de estar estreitamente engajadas na identificação dos impactos e do seu significado, bem como na tomada de decisões sobre as medidas de mitigação e de gestão.
- **Partes Interessadas** - Indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer os impactos directos do projecto, mas que consideram ou percebem que os seus interesses são afectados pelo projecto e/ou que podem afectar o projecto e o processo da sua implementação de alguma forma.
- **Grupos Vulneráveis** - Os grupos vulneráveis ou desfavorecidos são um segmento da população que apresenta algumas características específicas que as colocam em maior risco de cair na pobreza do que outros que vivem em áreas visadas por um projecto. Portanto, é particularmente importante entender se os impactos do projecto podem recair desproporcionalmente sobre indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, que muitas vezes não têm voz para expressar as suas preocupações ou compreender os impactos de um projecto e para garantir que a consciencialização e o envolvimento das partes interessadas com os desfavorecidos ou indivíduos ou grupos vulneráveis sejam adaptados para levar em consideração, tais grupos ou indivíduos, sensibilidades, preocupações e sensibilidades culturais específicas e para garantir uma compreensão completa das actividades e benefícios do projecto. O envolvimento com os grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade, frequentemente requer a aplicação de medidas específicas e assistência visando a facilitação da sua participação na tomada de decisão relacionada com o projecto, de modo que a sua consciência e contribuição para o processo geral sejam proporcionais às das outras partes interessadas.

Deste modo, constituem PIA do Projecto, todas as pessoas e grupos de pessoas com interesse no projecto e/ou com capacidade para influenciar os resultados do projecto, instituições, organizações que são directa ou indirectamente afectadas pela intervenção que irá ocorrer no

âmbito da implementação do Projecto. Neste caso específico, a identificação das PIA relevantes foi realizada com base nas componentes do Projecto tendo em conta todos os aspectos referidos (ver Tabela 4).

Tabela 4: Partes Interessadas e Afectadas pelo Projecto

ITEM	COMPONENTES E SUBCOMPONENTES	PARTES INTERESSADAS PELO PROJECTO	PARTES AFECTADAS PELO PROJECTO	GRUPOS VULNERÁVEIS
1	Componente 1 - Capacitação e Desenvolvimento Institucional.	• Ministério de Agricultura e Florestas (MINAGRIF) – gestor do projecto em nome do governo de Angola. • Gabinete de estudos, Planeamento e Estatísticas (GEPE). • Instituto de Investigação Agrária (IIA). • Instituto de Investigação Veterinária (IIV). • Instituto de Serviços de Veterinária (ISV) • Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) – gestor técnico/representante do MINAGRIF na gestão do projecto • Governos Provinciais abrangidos. • Gabinete Provincial de Agricultura. • Gabinete Provincial de Infraestruturas. • Órgãos de Comunicação. • Banco Mundial. • Organização das Nações Unidas para Alimentação e	• Lideranças Comunitárias nas Zonas Rurais Abrangidas. • Habitantes das zonas de incidência do projecto/agregados familiares (seus membros (homens, mulheres, crianças) e outras entidades publicas e privadas. • ECA. • Agricultores e pecuaristas. • ONG's • Cooperativas e associações de camponeses	• Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar. • Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. • Minorias Etnolinguística • Pessoas com deficiência • Pessoas que sofrem de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria. • Pessoas portadoras de doenças crónica. • Pessoas idosas.

ITEM	COMPONENTES E SUBCOMPONENTES	PARTES INTERESSADAS PELO PROJECTO	PARTES AFECTADAS PELO PROJECTO	GRUPOS VULNERÁVEIS
		Agricultura (FAO). • Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). • Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) • Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA). • ONG's (ADRA, FMJIG, etc.) • Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola (FMEA) • Federação Angolana das Pessoas com Deficiência (FAPED) • Academia (Faculdade de Ciências Agrárias e Faculdade de Ciências Veterinárias do Huambo; Institutos Médios Agrários em todas as Províncias; Universidades com cursos agrários) • Associações Profissionais organizadas (ex: Ordem dos Médicos Veterinários) • Igreja (Federação Luterana		

ITEM	COMPONENTES E SUBCOMPONENTES	PARTES INTERESSADAS PELO PROJECTO	PARTES AFECTADAS PELO PROJECTO	GRUPOS VULNERÁVEIS
		Mundial, CICA) Órgãos da Comunicação Social		
2	Componente 2 - Resiliência Agrícola, Intensificação e Ligações de Mercado.	- Ministério de Agricultura e Florestas (MINAGRIF) – gestor do projecto em nome do governo de Angola. - Ministério de Energia e Águas. - Ministério do Ambiente. - Gabinete de estudos, Planeamento e Estatísticas (GEPE). - Instituto de Investigação Agrária (IIA). - Instituto de Investigação Veterinária (IIV). - Instituto de Serviços de Veterinária (ISV) - Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) – gestor técnico/representante do MINAGRIF na gestão do projecto. - Órgãos de Comunicação. - Governos Provinciais abrangidos. - Gabinete Provincial de	- Lideranças Comunitárias nas Zonas Rurais Abrangidas. - Habitantes das zonas de incidência do projecto/agregados familiares (seus membros (homens, mulheres, crianças) e outras entidades publicas e privadas. - Trabalhadores do Projecto. - Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto mesmo que temporariamente. - Associação de Usuários de Água. - Empresa Provincial de Água e Saneamento. - Grupo de Agricultores.	- Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar. - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza. - Minorias Etnolinguística - Pessoas com deficiência (visual, física, mental). - Pessoas que sofrem de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria. - Pessoas portadoras de doenças crónica. - Pessoas idosas.

ITEM	COMPONENTES E SUBCOMPONENTES	PARTES INTERESSADAS PELO PROJECTO	PARTES AFECTADAS PELO PROJECTO	GRUPOS VULNERÁVEIS
		Agricultura. Gabinete Provincial de Infraestruturas.		
3	Componente 3 - Gestão de Projectos e Monitoria e Avaliação.	- Ministério de Agricultura e Florestas (MINAGRIF) – gestor do projecto em nome do governo de Angola. - Gabinete de estudos, Planeamento e Estatísticas (GEPE). - Instituto de Investigação Agraria (IIA). - Instituto de Investigação Veterinária (IIV). - Instituto de Serviços de Veterinária (ISV) - Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) – gestor técnico/representante do MINAGRIF na gestão do projecto - Governos Provinciais abrangidos. - Banco Mundial.	NA	NA

4.2 INDIVÍDUOS E GRUPOS MARGINALIZADOS / VULNERÁVEIS

É particularmente importante entender se os impactos do projecto podem recair desproporcionalmente sobre indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, que muitas vezes não têm voz para expressar suas preocupações ou compreender os impactos de um projecto e para garantir que a consciencialização e o engajamento das partes interessadas desfavorecidas ou indivíduos/grupos vulneráveis devem ser adaptados para levar em consideração as necessidades de tais grupos ou indivíduos, suas preocupações e sensibilidades culturais, e para garantir uma compreensão completa das actividades e benefícios do projecto. A vulnerabilidade pode resultar da origem da pessoa, sexo, idade, condição de saúde, situação econômica e situação financeira, situação de desvantagem na comunidade (por exemplo, minorias ou grupos marginais) ou dependência de outros indivíduos e / ou do estado. O engajamento com grupos e indivíduos vulneráveis frequentemente requer a aplicação de medidas específicas e assistência visando a facilitação de sua participação na tomada de decisão relacionada ao projecto, de modo que sua consciência e contribuição para o processo geral sejam proporcionais às de outras partes interessadas. Neste projecto, os grupos vulneráveis ou desfavorecidos podem incluir, mas não se limitam aos seguintes:

- **Mulheres/ mulheres chefe de agregados familiares** - As mulheres podem ser afectadas, por um lado, pela destruição das áreas agrícolas e infraestruturas relacionadas com abastecimento de água, uma vez estarem profundamente envolvidas na produção agrícola para subsistência. Por outro lado, como principal cuidadora do agregado familiar e em conjunção com sua função e/ou necessidades de saúde reprodutiva, as mulheres têm necessidades específicas na agricultura, gestão da água, bem como no acesso à saúde. Contudo, as mulheres são tradicionalmente excluídas dos processos de tomada de decisão devido às estruturas socioculturais e políticas patriarcais e patrilineares, participar nas consultas publicas, compreender informações específicas sobre o projecto (dificuldades de acesso aos locais de consulta, de língua, de literacia, de rotinas que podem dificultar a participação, etc.). Ainda no âmbito das mulheres, de referir que nas comunidades sem acesso a águas, as mulheres e raparigas normalmente são as responsáveis por encantar a água, pelo que dedicam um tempo relevante em esta tarefa.
- **Crianças e crianças chefes de família** - As crianças são frequentemente afectadas de forma prejudicial em situações expropriação de terra, recursos produtivos, formas informais de sustento. Famílias chefiadas por crianças enfrentam vulnerabilidades devido não só a falta de canais através dos quais possam ser ouvidas, exclusão, violência psicológica e as vezes física, ficando seus interesses aquém de serem assegurados.
- **Idosos e idosos chefes de agregados familiares** - Os agregados familiares são constituídos de formas diferenciadas e muitos acomodam ou possuem pessoas idosas chefes de agregado familiar. Estes idosos geralmente são dependentes de membros do agregado familiar ou de sistemas de interajuda ao nível familiar ou comunitário. Agregados chefiados por pessoas idosas constituem agregados vulneráveis por diversos factores. Estes podem necessitar de assistência técnica associadas as vulnerabilidades

durante a implementação do Projecto. Então, o projecto deve reverir acções estratégicas para acomodar este grupo, bem como garantir a disseminação de informação sobre os direitos a este grupo com vista ao direccionamento.

- **Pessoas com deficiência** - A implementação do Projecto pode constituir constrangimento à participação de pessoas com deficiência. Pessoas com deficiência podem enfrentar dificuldades em participar de actividades ligadas ao Projecto nomeadamente em aceder fisicamente ao processo de sensibilização, de auscultação e consultas públicas e outros mecanismos para tomada de decisão. Estes podem necessitar de assistência técnica associadas as vulnerabilidades durante a implementação do Projecto. Então, o projecto deve reverir acções estratégicas para acomodar este grupo, bem como garantir a disseminação de informação sobre os direitos a este grupo com vista ao direccionamento.
- **Pessoas vivendo com doença crónica** - Estas são particularmente vulneráveis a situações de mudanças estruturais onde as redes estabelecidas para sua sobrevivência são colocadas em risco, como por exemplo, a expropriação de terra e consequente reassentamento ou a interrupção de formas de subsistência e corte nas redes sociais pode levar ao risco de interrupções em seus tratamentos e consequente risco no acesso a medicação e cuidados de saúde. Estes factores podem dificultar o seu engajamento e consequente acomodação dos interesses deste grupo no Projecto.
- **Indivíduos ou Grupos de Minorias Etnolinguísticas/Vulneráveis** - Podem incluir pessoas com deficiências, crianças, pessoas analfabetas, bem como as comunidades locais tradicionalmente carentes e/ou famílias chefiadas por tais pessoas, incluindo os San ou outras minorias etnolinguísticas no sul de Angola³. Em geral, esses grupos sociais enfrentam obstáculos em termos de participação em reuniões de consulta pública; mesmo que participem delas, eles podem não entender os impactos dos projectos apresentados devido a barreiras linguísticas (ou sentirem-se inibidos devido ao seu estatuto na comunidade) e, portanto, nem sempre são capazes de expressarem livremente as suas preocupações e interesses sobre o projecto.

³ Para as Minorias Etnolinguísticas, consultar o Quadro de Planeamento de Minorias Etnolinguística com medidas específicas.

4.3 ANÁLISE DAS PESSOAS INTERESSADAS E AFECTADAS IDENTIFICADAS

Após a identificação das PIA foi realizada uma análise das mesmas para determinar o seu nível de influência e interesse no projecto, e ainda as suas necessidades, de forma a prever as formas de engajamento no projecto, conforme a tabela 5 e 6, abaixo.

Tabela 5: Formas de Engajamento

INFORMAR	Fornecer informação objectiva para auxiliar na compreensão do processo de implementação do projecto, oportunidades de parcerias, fortalecer o relacionamento, actuando proactivamente no esclarecimento de dúvidas e garantindo a adequada exposição do projecto nos veículos de comunicação.
CONSULTAR	Obter feedback das partes interessadas sobre alternativas, oportunidades e soluções, fortalecer o relacionamento por meio do diálogo permanente, valorizando o papel da sociedade como parte interessada no Projecto.
ENVOLVER	Trabalhar directamente com partes as interessadas para garantir que todas as questões são entendidas e todas as oportunidades e soluções são consideradas.
COLABORAR	Estabelecer parcerias com partes interessadas para identificação de soluções e desenvolver alternativas adequadas para o projecto.

Tabela 6: Análise das Partes Interessadas e Afectadas pelo projecto

GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	CARACTERÍSTICAS E INTERESSE DOS PIA	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	FORMA DE ENGAJAMENTO	ABORDAGEM APROPRIADA DE ENGAJAMENTO
Ministério da Agricultura e Florestas	Parte interessada responsável pelo sector da água e saneamento e pela coordenação do projecto. (Alto interesse).	Alto	Cofinanciamento e gestão	Liderança da gestão do projeto. Monitoriza através de encontros de coordenação.
Ministério de Energia e Água	Parte interessada e responsável pela formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento nacional nas áreas da água, saneamento e energias. A água é necessária para a agricultura, e o projecto irá trazer mais-valia para a agricultura. Para além disso, existe interesse que o projecto não impacte as terras agrícolas negativamente. (Médio interesse).	Alto	Consultar na fase de preparação e de implementação do projecto deve envolver representações do MINEA a diversos níveis, bem como identificar impactos o uso de água durante as fases de projecto.	Reuniões de consulta pública, Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação.
Ministério do Ambiente.	Parte interessadas responsável pela coordenação de toda a política e estratégia em matéria de cultura, turismo e ambiente para o desenvolvimento sustentável. Pode apoiar na aprovação das licenças ambientais em fase de implementação do projecto, e questões de impacto ambiental	Médio	Consultar na fase de preparação e de implementação do projecto (por exemplo nos processos de licenciamento ambiental na fase de implementação dos projectos de obras civis e em situações adversas que	Reuniões de consulta pública, Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	CARACTERÍSTICAS E INTERESSE DOS PIA	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	FORMA DE ENGAJAMENTO	ABORDAGEM APROPRIADA DE ENGAJAMENTO
	adverso. (Médio interesse).		impactem o ambiente.	
Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.	Parte interessadas responsável pela formulação, proposição, coordenação, execução e fiscalização das políticas públicas e programas sectoriais nas áreas de administração pública, administração do trabalho e previdência social. Pode não ser a sua área de interesse directo, no entanto pode ter algum interesse em melhorar as condições de trabalho e segurança social dos trabalhadores do projecto. (Médio interesse)	Baixo	Consulta e envolvimento por exemplo nos processos de fiscalização das condições de trabalho durante a implementação do projecto.	Cartas, email, material de informação.
Ministério da Administração Territorial e Reforma do Estado (MAT)	Parte interessadas responsável pela formulação, coordenação, execução e avaliação da política do Executivo em matéria de Administração Local do Estado, Administração Municipal, organização e gestão territorial, autoridades e comunidades tradicionais. Pode ter algum interesse, no entanto visto que os governos provinciais e as administrações municipais estão mais envolvidas, pode não estar envolvida directamente com o	Baixo	Consulta durante a preparação do projecto.	Email, carta e material de informação do projecto.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	CARACTERÍSTICAS E INTERESSE DOS PIA	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	FORMA DE ENGAJAMENTO	ABORDAGEM APROPRIADA DE ENGAJAMENTO
	projecto. (Médio interesse)			
Ministério da Inclusão Social Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)	Parte interessadas responsável pela formulação, coordenação, execução e avaliação da política do Executivo em matéria de políticas de inclusão social, família e questões de igualdade de género. Pode ter interesse na melhoria das condições de vida das famílias e das mulheres em particular através da melhoria do acesso à água, e iniciativas de prevenção da Violência Baseada no Género (VBG). (Médio interesse)	Médio	Consulta durante a preparação do projecto. Colaboração durante a implementação do projecto, sobretudo na implementação do Plano de Acção de Prevenção e Resposta aos risco de EAS/AS.	Reuniões de consulta pública, encontros de coordenação, Email, carta e material de informação do projecto.
Governos Provinciais e Administrações municipais abrangidas	Administradores da província onde o projecto está localizado. Beneficiários directos. Terra representa uma necessidade básica da população e do desenvolvimento. Municípios necessitam de emprego e melhores condições de vida para a população. (Alto interesse).	Alta	Consultar na fase de preparação, implementação e avaliação do projecto. Parcerias para facilitar questões administrativas e técnicas a nível local, emitindo autorizações e licenças, e facilitar o processo de reassentamento e questões de impacto ambiental e social.	Consultas públicas na fase de preparação e de implementação do projecto, Encontros de coordenação. Parcerias de colaboração na fase de implementação (por exemplo nos processos de reassentamento, implementação da estrutura do MSRR, e na monitoria

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	CARACTERÍSTICAS E INTERESSE DOS PIA	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	FORMA DE ENGAJAMENTO	ABORDAGEM APROPRIADA DE ENGAJAMENTO
			Monitoria do projecto a nível local.	social e ambiental).
Gabinetes Provinciais de Agricultura	Gestores da agricultura e pesca nas províncias onde o projecto está localizado. Representações do MINAGRIF a nível provincial. Beneficiários directos. Melhorias na produção e representa uma necessidade básica para a sua actividade e sustentabilidade. (Alto interesse).	Alta	Consultar na fase de preparação, implementação e avaliação do projecto. Parcerias para facilitar questões administrativas e técnicas a nível local, emitindo autorizações e licenças, e facilitar o processo de reassentamento e questões de impacto ambiental e social. Monitoria do projecto a nível local.	Consultas públicas na fase de preparação e de implementação do projecto, Encontros de coordenação. Parcerias de colaboração na fase de implementação (por exemplo nos processos de reassentamento, implementação da estrutura do MSRR, e na monitoria social e ambiental).
Organizações da Sociedade Civil	Organizações da sociedade civil em Angola, interessadas pelo projecto e os benefícios que trarão as comunidades nas províncias abrangidas. Médio interesse: sendo a sua intervenção garantir a interrelação com as actividades básicas da população, pode melhorar as condições de vida das famílias e das mulheres em particular através da melhoria na agricultura.	Médio	Consulta durante a preparação do projecto. Colaboração durante a implementação do projecto, com boas práticas e conhecimento adquirido sobre as comunidades.	Reuniões de consulta pública, encontros de coordenação, Email, carta e material de informação do projecto.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	CARACTERÍSTICAS E INTERESSE DOS PIA	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	FORMA DE ENGAJAMENTO	ABORDAGEM APROPRIADA DE ENGAJAMENTO
Comunidades locais na área do projeto.	Pessoas interessadas em diversas oportunidades do projecto. Beneficiários finais. (Alto interesse).	Médio	Consultar durante a fase de preparação, implementação e avaliação do projecto. Colaborar para implementar o MSRR e ações de comunicação e mudança de comportamentos com as comunidades (líderes locais)	Consultas públicas, grupos de foco, encontros individuais, ações de formação de lideranças locais, informação e comunicação. Material de informação elucidativo, rádio.
Pessoas / famílias / grupos vulneráveis, como famílias chefiadas por mulheres.	Pessoas interessadas em diversas oportunidades do projecto. Beneficiários finais. Procuram melhoria das condições de vida. Podem enfrentar diferentes barreiras sociais, linguísticas e culturais o que significa que o engajamento deve ser adaptado de uma maneira culturalmente apropriada que possa acomodar suas necessidades específicas. Com muitos indivíduos vivendo em áreas de difícil acesso, deve-se prestar atenção aos custos de transporte e outras necessidades para participação no projecto. (Alto interesse).	Baixo	Consultar durante a fase de preparação, implementação e avaliação do projecto através de medidas e condições específicas. Colaborar para implementar o MSRR e ações de comunicação e mudança de comportamentos com as comunidades (líderes locais)	Consultas públicas, grupos de foco, encontros individuais, ações de formação de lideranças locais, informação e comunicação. Material de informação elucidativo, rádio. identificar e consultar ONG ou organizações comunitárias que representam mulheres pobres, pessoas portadoras de deficiência e grupos minoritários para parcerias no trabalho com esses grupos. Acomodar as suas necessidades específicas na gestão do projecto.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

GRUPOS DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	CARACTERÍSTICAS E INTERESSE DOS PIA	NÍVEL DE INFLUÊNCIA	FORMA DE ENGAJAMENTO	ABORDAGEM APROPRIADA DE ENGAJAMENTO
Trabalhadores do Projecto	Alto interesse: projecto representa oportunidade de emprego e melhoria das condições de vida	Alto	Projeto depende muito do trabalho eficaz e eficiente dos seus colaboradores. Envolver durante a implementação do projecto para capacitar.	Encontros de coordenação, ações de sensibilização e formação.

4.4 NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJECTO

Conforme referido acima, pelo grau de risco do projecto, as PIA identificadas através da participação informada e auscultada sobre o projecto, deverão ser chamados a contribuir nas fases de preparação e implementação do projecto. Quanto às formas de engajamento que foram acima descritas, as PIA terão de ser engajadas de acordo com as especificidades de cada um em aceder e envolver-se no processo. As pessoas afectadas e vulneráveis devem ser priorizadas tendo em conta o tipo de participação das partes afectadas exigidas por lei e outros requisitos, e quem exatamente será negativamente afectado pelos potenciais impactos ambientais e sociais.

Desta forma, dependendo das PIA, devem ser identificadas formas apropriadas para notificação, divulgação de informação e auscultação, para que todas as partes afectadas e interessadas tenham acesso à informação sobre as várias formas de engajamento propostas incluindo os meios para a consulta apropriada. Os dados relacionados com as necessidades das partes interessadas serão inseridos na Tabela 7, abaixo.

Tabela 7: Resumo das necessidades das partes interessadas do projecto

GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	OBJECTIVO DE ENGAJAMENTO	NECESSIDADES EM TERMOS DE IDIOMAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
- Instituições do governo. - Administrações municipais.	Informar, auscultar, envolver e colaborar	Idioma Oficial (Português)	- Notas direccionadas, reuniões colaborativas, fórum de consulta as partes interessadas, envio de relatórios periódicos. - Meios de comunicação social (Rádios, TV jornal), redes sociais (Facebook, Instagram, Twiter) e-mail, workshop de consultas, Linha Verde, - Reuniões de trabalho. - Rádios comunitárias visitas das estruturas ao local do projecto, capacitações.	Devido à situação pandémica da COVID 19, será privilegiada a comunicação por via das plataformas virtuais.

GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	OBJECTIVO DE ENGAJAMENTO	NECESSIDADES EM TERMOS DE IDIOMAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
• Pessoas Afectadas pelo projecto. • Grupos de minorias etnolinguísticas • Mulheres. • Estruturas comunitárias. • Associações de base comunitária e outras associações.	Informar, auscultar e envolver	Idioma Oficial (Português) e Língua local	• Avisos em rádios comunitárias, quadro de aviso da comunidade, cartazes e folhetos. • Mobilização comunitária. • Reuniões Comunitárias, pECA de teatro informativos. • Apresentações de filmes publicação de resumos simplificados, explicações não técnicas de base ou acesso a especialistas locais.	• Para estes grupos as necessidades especiais serão os horários dos encontros com maior adesão, reuniões com os grupos de forma específica (ex. grupos de mulheres, grupo de pessoas com deficiência), local acessível para realizar as reuniões, tradução para o idioma local; reuniões pequenas e específicas para que os grupos vulneráveis fiquem mais à vontade para fazer perguntas ou manifestar as suas preocupações. • Tradução de informação em língua local, transformação da informação em linguagem apropriada a estes grupos. • Para as minorias etnolinguistas haverá consultas específicas no âmbito do IPPF.

GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	OBJECTIVO DE ENGAJAMENTO	NECESSIDADES EM TERMOS DE IDIOMAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
Sector Privado	Informar, auscultar, envolver e colaborar	Idioma Oficial (Português)	- Notas direccionadas, reuniões colaborativas, fórum de consulta as partes interessadas, envio de relatórios periódicos. - Meios de comunicação social (Rádios, TV jornal), redes sociais (Facebook, Instagram, Twiter) e-mail, workshop de consultas, Linha Verde. - Reuniões de trabalho. - Rádios comunitárias visitas das estruturas ao local do projecto, capacitações.	Devido à situação pandémica da COVID 19, será privilegiada a comunicação por via das plataformas virtuais.

GRUPO DE PARTES INTERESSADAS	OBJECTIVO DE ENGAJAMENTO	NECESSIDADES EM TERMOS DE IDIOMAS	MEIOS DE NOTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	NECESSIDADES ESPECÍFICAS
• Sociedade Civil. • ONG e associações do sector de agricultura e pesca. • Órgãos de Comunicação Social • Agentes económicos.	Informar e Envolver	Idioma Oficial (Português)	• Meios de comunicação (Rádios, TV jornal) social, email, workshop de consultas, telefones. • Releases, coletivas de imprensa, visita a área de implementação do projecto. • Meios de comunicação (Rádios, TV jornal) social, Workshop de consulta, telefone e reuniões comunitárias.	• Devido a situação pandémica da COVID 19, - serão privilegiadas as plataformas virtuais; - nas reuniões comunitárias serão obrigatório o uso de máscaras e a disponibilização de álcool-gel

5. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

5.1 PRINCÍPIOS E ABORDAGEM METODOLÓGICA

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas:

- **Abertura e abordagem do ciclo de vida:** as consultas para o(s) projecto(s) serão organizadas durante todo o ciclo de vida do projecto, realizadas de forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação.
- **Participação informada e feedback:** as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado, oportunidades são fornecidas para comunicar o feedback das partes interessadas, para analisar e abordar comentários e preocupações.
- **Inclusão e sensibilidade:** a identificação das partes interessadas é realizada para apoiar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nas actividades do projecto é inclusivo. Todas as partes interessadas são incentivadas a se envolver no processo de consulta. Acesso igual à informação é fornecido a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à seleção de métodos de engajamento.
- **Atenção especial deve ser dada aos grupos vulneráveis:** em particular, mulheres, pessoas com deficiência, jovens, idosos e pessoas com doenças crónicas. Ao planificar o engajamento devem ser tidos em conta:
 - diferentes níveis de educação e analfabetismo, falta de compreensão de um processo de consulta;
 - consultas com consciência de género e também consultas culturalmente apropriadas. É necessária atenção para garantir a representatividade de diferentes grupos socioeconómicos, classes, grupos étnicos e religiosos. O estado civil e a idade também podem ser factores importantes. Pode também ser considerada a possibilidade das colaboradoras do sexo feminino realizarem consultas com mulheres, meninas e famílias chefiadas por mulheres. Também pode ser útil identificar e consultar ONG ou organizações comunitárias que representam mulheres ou grupos minoritários.
- **Compromisso:** demonstrado quando a necessidade de entender, engajar e identificar as partes interessadas é reconhecida e posta em prática no início do processo.
- **Integridade:** ocorre quando o engajamento é conduzido de maneira que promova o respeito e confiança mútuos.
- **Respeito:** criado quando os direitos, crenças culturais, valores e interesses das partes interessadas e das comunidades afectadas são reconhecidos e tidos em conta.

- **Transparência:** demonstrada quando as preocupações da comunidade são respondidas de maneira oportuna, aberta, eficaz e com o conhecimento de todos os intervenientes.
- **Confiança:** alcançada por meio de um diálogo aberto e significativo que respeita e defende as diferenças expressas nas crenças, valores e opiniões da comunidade.

Para a interação com cada um dos grupos das PIA deve considerar-se a selecção de técnicas de engajamento apropriadas e clareza na apresentação do propósito de engajamento. Antes de qualquer evento de engajamento, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- Preparação de “perguntas e respostas” padrão adaptadas para tipos de partes interessadas específicas com base na análise e questões comuns levantadas em engajamento anterior, se houver.
- Acordar sobre os papéis das partes durante as actividades de engajamento.
- Selecção de partes interessadas individuais/de grupo com as quais o engajamento ocorrerá com base na significância do impacto do subprojecto sobre o grupo/categoria de partes interessadas, ou o nível de influência de uma determinada parte interessada no subprojecto.
- Selecção de métodos para engajamento e divulgação de informações (incluindo tópicos como formato, idioma e tempo).
- Selecção de local e horário para actividades de engajamento, para PIA, evitando horários de trabalho ocupados quando actividades especiais podem estar ocorrendo.
- Acordar mecanismos para garantir a participação das partes interessadas nas actividades de engajamento.

5.2 PROPOSTA PARA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA

Dado o contexto atual resultante de medidas implementadas pelo Governo para fazer face à pandemia da COVID-19 e o cronograma em que o projecto está sendo preparado, há oportunidades limitadas disponíveis para envolver e consultar as partes interessadas durante a preparação do projecto. As restrições à realização das reuniões presenciais, restringirão os processos de engajamento das partes interessadas do projecto e exigirão a implementação de métodos inovadores de divulgação e consulta. Dada a ampla gama de PIA neste projecto, uma estratégia robusta de comunicação e engajamento das partes interessadas envolverá técnicas diversificadas, incluindo as seguintes:

- **Encontros formais:** apresentação de informações do projecto para as PIA, com vista a captação de opiniões, bem como construção de uma relação aprofundada e impessoal com as PIA.
- **Consultas públicas:** apresentação de informações do Projecto para um grande grupo de PIA (de acordo com o permissível), especialmente comunidades directamente afectadas, permitindo que o grupo possa fornecer pontos de vista sobre aspectos do Projecto que constituam preocupação.
- PowerPoint e pósteres (elucidativos para engajamento dos participantes iletrados), responder aos comentários e perguntas de forma mais clara possível e registar as discussões e participações.
- **Reuniões individuais:** com o intuito de buscar opiniões que permitam que as PIA falem livremente sobre questões delicadas, como por exemplo representatividade das lideranças, violência baseada no género, compensações, entre outros aspectos.
- **Grupos focais de discussão:** partilha de informações sobre o ciclo de vida do projecto e respectivas implicações, bem como discussão sobre os impactos sobre a expropriação, posse e/ou propriedade terras e bens afectados e respectivas medidas de compensação.
- **Folheto sobre o projecto:** constando breve informação específica sobre o Projecto com actualizações regulares, como por exemplo para divulgação e gestão do Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR).
- Uso de correspondências eletrónica e comunicação telefónica e distribuição de informação a funcionários públicos e do governo nacional provincial e distrital pertinentes, de ONG, organizações / agências pertinentes. Irá também ser usada para cartas formais para convite às PIA para as reuniões e acompanhamento.
- Outros, como telefone (através de SMS alerta com texto padronizado para o efeito), peças teatrais, cartazes, folhetos e spots de Rádio e TV, em línguas nacionais locais sempre que necessário.

5.3 PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA GRUPOS VULNERÁVEIS

Dadas as especificidades destes grupos, as abordagens recomendadas para a divulgação de informações do projecto aos grupos vulneráveis são:

- **Reuniões individuais:** para buscar opiniões que permitam as PIA falar livremente sobre temas delicados, como representatividade de lideranças, violência baseada no gênero, visão sobre o projecto, impactos específicos a aquele grupo vulnerável, entre outros aspectos
- **Grupos focais:** partilhar informação sobre o Projecto e instrumentos ambientais e sociais (QGAS, QPR, PGP, PGMO) do projecto, sobre o ciclo de vida do projecto e suas implicações (positivas e negativas), partilhando informação sobre a duração das obras e aspectos relacionados, nomeação e articulação com pontos focais dos diferentes PIA. Essa metodologia é adequada para engajar grupos vulneráveis, pois representa baixo risco de interferência de outros grupos de PIA dominantes.
- **Consultas públicas:** os representantes dos grupos vulneráveis têm capacidade de expressar as preocupações dos grupos que representam, mesmo em reuniões públicas, nestes casos o moderador deve encorajar a sua participação nestes processos.
- O estabelecimento de canais de comunicação anônimos pode ajudar grupos vulneráveis a se expressarem livremente.
- Sempre que grupos vulneráveis estiverem organizados em associações, recomenda-se que a divulgação de informações a esses grupos seja feita através da associação, sempre que possível.
- Meios de comunicação social, tais como rádio e televisão, são importantes para a divulgação de informação do projecto, podendo fazendo chegar informação aos grupos vulneráveis com dificuldades de mobilidade por várias razões.

5.3.1 Considerações Sobre Género nos Processos de Consulta

O projecto deverá continuar a prestar atenção à participação activa das mulheres nos processos de envolvimento e consulta, procurar formas de assegurar que as mulheres se sintam confortáveis para participar. Por exemplo a consulta “culturalmente apropriada” pode significar que as mulheres se sentem mais confortáveis conversando com outras mulheres. As equipes do projecto a trabalhar na comunidade, devem incluir membros do sexo feminino que possam conduzir discussões e entrevistas ou receber reclamações de mulheres quando necessário, assegurar a participação de mais mulheres na sala escolhendo, por exemplo, o horário, data e local convenientes para as mulheres; usar as Organizações Comunitárias de Base (OCB), predominantemente formadas por mulheres, para incentivarem os seus membros a participar.

Devem ser realizadas reuniões separadas adoptando medidas para criar um local no qual as questões e as preocupações próprias das mulheres sejam levantadas, incluindo a realização de reuniões com grupos de interesse com mulheres, convocar reuniões com mulheres separadas das dos homens. Na Tabela 8 abaixo é apresentada uma abordagem preliminar da estratégia a usar para envolver os grupos vulneráveis.

Tabela 8: Estratégia para envolver os grupos vulneráveis

PIA Vulneráveis e Interessadas dos Bairros e Zona Periurbana Desprovidos de Infraestrutura Básica e Pouca Escolaridade	• Informação traduzida para a língua local. • Disseminação da informação através das rádios comunitárias em língua local. • Envolvimento a nível comunitário. • Envolvimento das ONG locais que trabalham com pessoas vulneráveis ao nível da comunidade para ajudar a disseminar a informação e organizar consultas. • Peças teatrais. • Discussões em grupos focais com grupos vulneráveis distintos. • Consultas individuais e ao domicílio.
Mulheres, Jovens Mulheres, Adolescentes (Meninas e Meninos), Idosos	• MOSAP III deve organizar sessões de consulta separadas (por exemplo, reuniões e discussões em grupos focais) e identificar mulheres como facilitadoras. • Discussões em grupos focais com menores e de género, onde mulheres e meninas e idosas estão à vontade para falar e em horários adequados para eles, apos os seus compromissos. • Disponibilização de diferentes formas de comunicação, incluindo associações ou organizações comunitárias de mulheres (caso existam), para se conseguir formar grupos femininos e sensibilizá-las a se expressarem. • O projecto usará várias medidas, incluindo sensibilização, empoderamento da comunidade e prestação de serviços de aconselhamento para abordar as questões de género e VBG entre as mulheres.

	• Consultas individuais e ao domicílio. • Uso da língua local.
Pessoas com Deficiência	O projecto usará diferentes formas de comunicação para chegar às partes interessadas e afectadas com deficiência. • As informações serão partilhadas através das organizações de apoio às pessoas com deficiência. • Envolvimento das ONG locais que trabalham com pessoas com deficiência ao nível da comunidade para ajudar a disseminar a informação e organizar consultas. • Consultas individuais e ao domicílio • Discussões em grupos focais se aplicável • Uso da língua local • Garantir a acessibilidade aos locais de reunião • Garantir a interpretação em Língua Gestual Angolana (LGA) ou em Braille para as pessoas surdas ou cegas, respectivamente.

Papel da Estrutura Tradicional na Interação com as PIA

O papel das estruturas comunitárias da comunidade é fundamental para mobilização das PIA e divulgação da informação nas comunidades, o MOSAP 3 deve usar diversos métodos de identificação de líderes e seguir sistemas e processos que promovam a responsabilização dos líderes identificados como representantes da comunidade. Essa consideração pode levar em conta o grau de autoridade e legitimidade que têm esses representantes, e verificar se esses indivíduos representam, de facto, os pontos de vista das comunidades afectadas pelo projecto, e se eles facilitam o processo de comunicação de forma adequada e assegurar que transmitem, de forma precisa e oportuna, as informações fornecidas pelo MOSAP 3 às comunidades e os comentários e preocupações de tais comunidades para os Mutuários.

A estrutura comunitária será fundamental no mapeamento das PIA, divulgação e envolvimento dos indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis a necessidade de preencher as lacunas nas mensagens em relação língua tradicional falada na comunidade entendida de forma mais abrangente pelas pessoas com os níveis de alfabetização mais baixo podem ser acauteladas pela estrutura local, traduzindo.

Estratégia de Relacionamento com Comunidades – Diálogo Social

O objectivo é promover a participação dos Bairros abrangidos pelo projecto, favorecendo a discussão de questões de interesse colectivo, com vista a alcançar objectivos comuns e criar mecanismos para considerar diferenças de expectativas e interesses em relação ao projecto nas suas várias fases. Por meio de acções de diálogo social, o MOSAP 3 irá buscar prestar e receber informações. Desta forma, conhecer as preocupações, expectativas e demandas dos diferentes grupos e potencializar os impactos positivos e/ou minimizar impactos adversos, evitando conflitos com as comunidades; esclarecer temores e gestão expectativas. Toda informação obtida nas actividades de relacionamento com a comunidade, nas visitas a comunidade para encontros, estudos e diagnósticos devem ser consideradas no planeamento e execução das acções e estratégias de comunicação, conforme as Tabelas 9 e 10 abaixo.

Tabela 9: Estratégia de Relacionamento com as Comunidades

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS /REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
Elaboração do QGAS⁴ e QPR	Divulgação de informação sobre potenciais impactos ambientais e sociais ligados às actividades de projecto, bem como MSRR e Plano de Prevenção e Resposta aos EAS/AS.	- Instituições Governamentais (incluindo o MINAMB). - Parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e sector privado, ONG e associações. - PIA. - Pessoas Vulneráveis.	Consulta Publica	A reunião deve ser tornada pública 15 dias antes da data da sua realização	- Documento de Informação de Base de Base do QGAS. - Documento de Informação de Base de Base do QPR. - Esta informação deve estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião.	- Carta Convite. - Jornais de maior circulação do País. - Email - Mobilização comunitária. - Quadro de aviso nos Bairro. - Rádio comunitária. - Carta Convite.	UIP e UIIP

⁴QGAS – Quadro de Gestão Ambiental e Social

QPR – Quadro de Políticas para o Reassentamento

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS /REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
Avaliação do Impacto Ambiental (TdR para o EIA e EPDA)	Apresentação e discussão dos conteúdos do Draft do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) e dos Termos de Referência (TdR) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA).	Instituições Governamentais	Duas Consultas Públicas	A reunião deve ser tornada pública 15 dias antes da data da sua realização.	- Draft do Estudo de Pré-Viabilidade Ambiental e Definição do Âmbito (EPDA) - Termos de Referência (TdR) do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). - Apresentação de informação prévia nas reuniões	- Carta convite - Jornais de Maior circulação do País. - Email. - Mobilização comunitária. - Quadro de aviso do Bairro. - Rádio comunitária. - Grupos Focais. - Encontros individuais.	- Consultor Ambiental - UIP e EPIP
		Parceiros de desenvolvimento, sociedade civil e sector privado.					

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS /REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
		- Partes afectadas Projecto. - Pessoas Vulneráveis.			comunitárias - Informação deve estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião. - Website do MINAGRIF e UIP.		
EIA (Estudo de Impacto Ambiental)	Primeira consulta de apresentação do draft do Estudo de Impacto	- Instituições Governamentais - Parceiros de desenvolvi	Três Consultas Publica	A reunião deve ser tornada publica 15 dias antes da data da	- Draft do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). - Versão Final	- Carta – Convite. - Jornais de Maior circulação do País.	Empresa de Consultoria Contratada para o EIA.

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS /REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
	Ambiental (EIA). Segunda consulta apresentação da versão do EIA a ser submetida ao MINAMB.	mento, sociedade civil e sector privado. Partes interessadas e afectadas pelo projecto.		sua realização	do EIA. - Informação deve estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião. - Apresentação de informação prévia nas reuniões comunitárias.	- Mobilização comunitária. - Quadro de aviso do Bairro. - Rádio comunitária. - Grupos Focais. - Encontros individuais.	UIP e EPIP
Plano de Acção do Reassentamento (PAR)	Terceira e quarta consultas voltadas a recolha e observações,	Instituições Governamentais Parceiros de desenvolvimento sociedade civil e sector privado.	Duas Consultas Publicas	A reunião deve ser tornada publica 15 dias antes da data da	- Draft do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) - Versão Final	- Carta – Convite. - Jornais de Maior circulação do País.	Empresa de Consultoria Contrata da para

ÂMBITO DE CONSULTA	OBJECTIVO	PARTES INTERESSADAS ALVO	NÚMERO DE CONSULTAS /REUNIÕES	PRAZO DE NOTIFICAÇÃO	MATERIAL DE CONSULTA PRÉVIA	MEIOS DE CONVOCAÇÃO	RESP.
	sugestões ou recomendações em relação ao PAR. • Informar os interessados sobre objectivos, pertinência e impacto de Reassentamento. • Discussão de alternativas de reassentamento e compensação. • Firmar acordos com as pessoas afectadas.	Pessoas Afectadas. Pessoas Vulneráveis.	Quatro Consultas Publicas	sua realização	do EIA • Apresentação de informação prévia nas reuniões comunitárias. • Informação deve estar disponível para consulta 15 dias antes da realização da reunião, nos locais de reunião.	• Mobilização comunitária. • Quadro de aviso do Bairro. • Rádio comunitária. • Carta-Convite. • Grupos Focais. • Encontros individuais.	elaboração do PAR. • UIP e EPIP

Tabela 10: Estratégia Proposta para a Divulgação de Informações

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
Preparação do projecto.	Divulgar e informar as partes interessadas e afectadas acerca do projecto e Desenho dos programas Sociais.	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	• Reuniões organizadas e / ou discussões de grupos focais. • Notificação pública (rádio, TV, jornal), • Redes sociais. • Email. • WhatsApp, notais direccionadas.	Antes de início das actividades e estudos de viabilidade do projecto.	• UIP e EPIP
	Divulgar QGAS e QPR.	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	• Página Web dos Mutuários e do Banco Mundial. • Jornal de maior circulação do País, rádio, TV, jornal. • Redes sociais. • Email. • Relatórios disponíveis nas secretarias das comunas.	Fase preparatória do projecto.	

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
Fase de Implementação	Divulgação do PAR e PGA.	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	• Página Web dos Mutuários e do Banco Mundial. • Jornal de maior circulação do País, rádio, TV, jornal. • Redes sociais. • Email, rádio comunitária, relatórios disponíveis nas secretarias das comunas.	Antes do início das obras.	
	Informar sobre início da implementação do projecto.	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	• Reuniões organizadas e / ou discussões de grupos focais. • Notificação pública (rádio, TV, jornal, mobilização comunitária). • Redes sociais • Email, rádio comunitária, relatórios disponíveis nas secretarias das comunas. • Peças de teatro.	Antes do início das obras.	

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
	Implementação de Mecanismos de Resolução de Reclamações.	Partes interessadas e afectadas no geral.	Plataforma de reclamações (linhas verdes, reuniões comunitárias, formulários, SMS, email, contacto directo).	Durante a implementação das actividades.	
	Implementação de Mecanismos de Resolução de Reclamações.	Trabalhadores directos e contratos no âmbito do MOSAP 3.	Linha Telefónica e correio eletrónico, SMS, contacto directo.	Durante a implementação das actividades.	UIP e EPIP
	Implementação de Plano de Prevenção e Resposta aos riscos de EAS/AS	Pessoas potencialmente afectadas pela Violência Baseada no Género (VBG) e EAS/AS	Linha telefónica para denúncia, SMS, contacto directo.	Todo ciclo do projecto.	UIP e EPIP
	Monitoria sobre o desenvolvimento da implementação do projecto	Mutuários, administração local das províncias cobertas pelo projecto, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local, público em geral.	Reuniões de apresentação de resultados a nível central e local.	Durante a implementação das actividades.	UIP e EPIP

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
	Saúde e segurança comunitária.	Estruturas comunitárias, membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras.	• Peças teatrais. • Spots de rádio. • Reuniões comunitárias.	Durante a implementação das actividades.	Empreiteiro, UIP e EPIP
	Uso de pessoal de segurança no projecto.	Estruturas comunitárias, membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras.	• Reuniões comunitárias e grupos focais.	Durante a avaliação de risco de uso da segurança no projecto.	Empreiteiro, UIP e EPIP
	Condições laborais e de segurança.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras. Estrutura local, sector do trabalho.	• Reuniões de Obra. • Folhetos informativos.	Durante a implementação das actividades.	Empreiteiro, Fiscal, UIP e EPIP
	Proteção do Património Cultural.	Consultar as PIA, incluindo indivíduos tenham utilizado o património cultural como parte da memória viva e outras PIA, que podem incluir autoridades reguladoras nacionais ou locais ou ONG responsáveis pela protecção do património	• Reuniões de apresentação de resultados a nível central e local. • Envio notas e pedidos de pareceres.	Durante o desenho e implementação das actividades.	UIP e EPIP

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
		cultural.			
	Combate ao Trabalho Infantil e EAS/AS - Violência Baseada de Género.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, especial atenção aos grupos vulneráveis.	• Reuniões de Obra. • Folhetos informativos. • Reuniões comunitárias.	Durante a implementação das actividades	Empreiteiro, Fiscal, UIP e EPIP
	Relacionamento com a comunidade.	Fiscais e trabalhadores das obras, sector do trabalho.	• Reuniões de início de actividades. • Folhetos informativos. • Reuniões comunitárias.	Início e durante a implementação das actividades	Empreiteiro, Fiscal, UIP e EPIP
	Restrição de Acessos.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, estrutura local, sector dos transportes.	• Informação e mobilização da comunidade. • Quadro de avisos.		Empreiteiro, Fiscal, UIP e EPIP
	Contratação de Mão-de-Obra.	Membros da comunidade local, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, sector do trabalho, estrutura local.	• Informação e mobilização da comunidade.		Empreiteiro, Fiscal, UIP e EPIP

PERÍODO DO PROJECTO	OBJECTIVOS	PARTE INTERESSADA ALVO	FORMAS DE COMUNICAÇÃO	PERÍODO/FREQUÊNCIA	RESP.
FASE DE OPERAÇÃO	Consultas para avaliar se os requisitos do PCAS (Plano de Compromisso Ambiental e social)	Membros da comunidade local afectada e interessada pelo projecto, empreiteiros, fiscais e trabalhadores das obras, estrutura local, instituições do governo e sociedade civil.	• Reuniões comunitárias para reporte. • Workshop para informação acerca do ponto de situação da implementação do PCAS. • Resumos não técnicos.	Anual	UIP e EPIP
	Informação sobre o fim da implantação e início da operação.	Conselho Municipal, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local.	• Reuniões comunitárias • Produção de material institucional do projecto pronto para operação (veicular na rádio, TV, jornal, mobilização comunitária).	No início da operação.	UIP e EPIP
	Elaboração do Plano de Comunicação para apoio a operação dos actividades do projecto.	Conselho Municipal, sociedade civil, ONG, Sector Privado, Instituições do governo, estruturas comunitárias, membros da comunidade local.	• Uniãoes comunitárias • Produção de material institucional do projecto pronto para operação (veicular na rádio, TV, jornal, mobilização comunitária).	No início da operação.	UIP e EPIP

5.4 ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA INCORPORAR A VISÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS

Mecanismos apropriados serão criados para garantir que mulheres, idosos, pessoas com deficiência, grupos etnolinguísticos minoritários e outros grupos vulneráveis participem dos processos consultivos e que as suas opiniões e sugestões sejam tidas em conta na concepção e implementação do Projecto. Para o efeito, além de consultas gerais à comunidade, deverão ser realizadas reuniões específicas com grupos vulneráveis, em forma de grupos focais de discussão, pois as pessoas em seus grupos de pares tendem a ser mais abertas e francas nas reuniões de consulta exclusivamente limitadas a seus pares.

Por exemplo no caso dos grupos de minorias etnolinguísticas (como os Koisan/San) são definidas várias actividades no Quadro de Planeamento de Minorias Etnolinguística (denominadas minorias etnolinguísticas em Angola ou povos historicamente desfavorecidos) para que a sua participação seja efectiva e a sua opinião seja tida em conta, por exemplo caso seja necessária a aquisição de terras que afectem estes grupos, o consentimento livre, prévio e informado será utilizado através de um processo de consulta de acordo com as directrizes da Norma 7, ou a criação de grupos/comités comunitários em que esses povos participam activamente, em articulação com os sobas, lideranças tradicionais, administrações municipais e comunais. De salientar que as consultas referentes as minorias etnolinguísticas foram realizadas em paralelo com as do PEPI e detalhes referentes aos resultados e estratégias de divulgação podem ser observados no Quadro de Planeamento de Minorias Etnolinguísticas (QPME) deste projecto.

É importante ter em conta, no âmbito da SARS- Covid 19, outros métodos de consulta, que não exijam a participação física nas reuniões, como redes sociais, radiodifusão, para garantir que se possa cumprir com os protocolos definidos contra a SARS Covid 19 e também para que os grupos que não podem estar fisicamente presentes nas reuniões possam participar. Uma avaliação social investigará mais necessidades específicas de grupos vulneráveis durante o processo de Avaliação de Impacto Ambiental e Social, e na preparação dos Planos de Gestão Ambiental e Social dos actividades do projecto, e o PEPI irá acomodar as mudanças necessárias conforme os resultados das avaliações forem recebidos.

Tendo em vista a promoção da igualdade e equidade de participação de género, deve-se envolver as mulheres em grupos específicos de forma contínua ao longo do ciclo de vida do projecto. Devem ser incentivadas discussões de mulheres expressando as suas preocupações e contribuindo no processo de tomada de decisão em questões diversas tais como subsistência, receptores sensíveis, infraestruturas comunitárias, representatividade, etc., em diferentes fora de discussão, sejam eles comunitários, locais, institucionais, governamentais, entre outros onde existe domínio masculino.

Deverão ser tidas em conta medidas adicionais para permitir a maior participação das mulheres chefes de famílias, tais como: providenciar o meio de transporte para os locais das reuniões caso seja distante; marcar as reuniões em horários apropriados que facilitam a sua participação; assistência/cuidados dos menores que acompanham as mães caso haja

necessidade; tradução nas línguas locais e garantir a representatividade deste grupo em reuniões.

5.5 APRENDIZAGEM E FEEDBACK/RETORNO

O feedback é essencial no processo de engajamento das partes interessadas. É responsabilidade da equipe dos especialistas do projecto garantir que os comentários e contribuições sejam respondidos adequadamente em língua nacional e/ou local e com antecedência e manter uma linha de feedback aberta para as partes interessadas.

Os membros da equipa técnica de implementação do Projecto nas suas diferentes subcomponentes irão reunir todos os comentários e contribuições provenientes de reuniões comunitárias, de grupos focais, comentários constantes no MSRR e outros mecanismos definidos para auscultação e consulta. As informações recolhidas, por sua vez, serão submetidas à equipa dos especialistas A&S da UIP para garantir que o Projecto tenha informações gerais sobre a percepção das PIA e outros intervenientes do Projecto.

Ao nível das EPIP abrangidos pelo projecto será necessário que os técnicos sejam capacitados continuamente sobre os instrumentos ambientais e sociais e outra informação imprescindível para gestão das PIA. Para o Projecto receber de forma consistente e sistemático o retorno das PIA deverá:

- Estabelecer de forma sistemática os mecanismos de informação e feedback das partes interessadas, inclusive por meio do monitoria das redes sociais, percepções da comunidade, conhecimento, atitude e pesquisas de prática, e diálogos directos e consultas.
- Operacionalização do MSRR nas comunidades abrangidas e incorporação das lições aprendidas nos relatórios de monitoria e avaliação.
- Garantir que as mudanças nas abordagens de engajamento das partes interessadas sejam baseadas em evidências e necessidades, e garantir que todo o engajamento seja culturalmente apropriado e empático.
- Documentar as lições aprendidas para informar futuras actividades de preparação e resposta.
- Interação regular com os formuladores de políticas e influenciadores por meio de reuniões presenciais ou virtuais regulares sobre do projecto.
- Estabelecer para o público em geral, canais de mídia identificados e confiáveis, incluindo: mídia de transmissão (televisão e rádio), mídia impressa (jornais, revistas), sites de organizações confiáveis, mídia social (Facebook, Twitter, etc.), mensagens de texto para telefones celulares, apostilas e brochuras na comunidade, nos escritórios dos governos locais e das comunidades.

5.6 FASES FUTURAS DO PROJECTO

O presente PEPI fornece as directrizes gerais para a implementação de engajamentos das PIA no âmbito do Projecto. Ainda que haja alteração ao longo dos 5 anos de vida do projecto em termos de acomodação de diferentes estratégias de abordagem, de comunicação e consulta por parte da UIP e EPIP e respectivos técnicos, os princípios orientadores definidos no presente PEPI irão permanecer em vigor. As equipas dos especialistas A&S da UIP e EPIP irão continuamente monitorar a capacidade de gestão da estratégia de engajamento das PIA procedendo com recomendações e acções estratégicas apropriadas para sua capacitação através de treinamento de actualização e outras estratégias que se fizerem necessárias.

Serão realizadas reuniões de consultas públicas e de engajamento das PIA durante a divulgação do Projecto bem como na realização de Estudos de Impacto Ambiental, Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e Planos de Reassentamento, assim que os actividades do projecto estiverem claramente definidos. Esta fase será importante para enriquecer o PEPI de acordo com os resultados destas consultas.

Assim, a implementação do PEPI também será monitorada por meio de relatórios mensais, trimestrais e semestrais gerados pela UIP e EPIP, que dentre outros irá incluir o ponto de situação do MSRR em vigor no projecto e/ou subprojecto. Um relatório anual sobre o desempenho social do projecto, a implementação do PEPI e os resultados gerais e tratamento do MSRR será produzido e informação partilhada ao nível das PIA.

6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI

6.1 RECURSOS HUMANOS

No presente PEPI, o MOSAP 3 será responsável pela implementação geral das actividades do projecto, baseando-se na UIP e articulando com as EPIP do projecto, estes serão responsáveis por documentar o processo, garantindo que seja eficaz e trabalhando com a gestão do projeto para integrar as entradas das partes interessadas no projeto e fornecer feedback sobre as questões levantadas de forma contínua e transparente. O pessoal da UIP, incluirá especialista ambiental e especialista social e de género, e em monitoria e avaliação, estes especialistas darão assistência na implementação do PEPI.

A UIP será responsável pela realização de actividades de engajamento das partes interessadas, enquanto trabalha em estreita colaboração com outras entidades governamentais, bem como com as unidades governamentais locais, os meios de comunicação social, etc. As actividades de engajamento das partes interessadas serão documentadas por meio de relatórios trimestrais que serão partilhados com o Banco Mundial.

Tabela 11: Responsabilidades na Gestão do PEPI

ITEM	ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
1	Especialistas A&S da UIP	• Coordenar a implementação do plano de engajamento das partes interessadas. • Assegurar que os grupos vulneráveis são engajados e as suas opiniões e sugestões tidas em conta na tomada de decisão na execução dos actividades do projecto. • Garantir a coordenação dos especialistas ambientais e sociais de cada EPIP ou de cada subprojecto para que efetivamente coordenem e implementem as actividades que exigem interação intensiva com as PIA (como por exemplo actividades de consulta pública, actividades de carácter sensível relacionadas com o engajamento em questões como expropriação e aquisição de terras, compensações – nota de data-limite, abuso e exploração sexual na implementação de actividades do projecto, entre outras). • Coordenar a gestão do MSRR. • Desenvolver e conduzir pesquisas de linha de base e pesquisas de feedback/avaliação de beneficiários para os actividades do projecto caso seja necessário.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

ITEM	ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
		• Coordenar a avaliação do PEPI integrando várias categorias de PIA, e reformular abordagens e actividades se necessário.
2	Especialistas A&S das EPIP ou de cada subprojecto	• Implementar o PEPI a nível local e da comunidade, implementando as abordagens, metodologias e actividades propostas e outras consideradas aplicáveis, e reportar à equipe dos especialistas ambientais e sociais da UIP numa base mensal. • De forma continuada, identificar novas categorias de PIA e manter a base de dados actualizada, assim como formas de engajamento específicas. • Garantir que os protocolos estabelecidos para o engajamento das PIA sejam efetivamente compreendidos e aplicados em coordenação com consultores (em caso de EIASs, PARs). • Implementar o Mecanismo de Resolução de Reclamações do projecto a nível local, em coordenação com os consultores contratados, pontos focais institucionais e comunitários, e reportar mensalmente à UIP. • Avaliar a implementação do PEPI a nível local em articulação com diversas categorias de PIA.
3	Especialista de Monitoria e Avaliação	Monitorar a implementação do PEPI.
4	Especialista de comunicação	• Apoiar na elaboração e implementação da estratégia de comunicação do PEPI. • Produzir materiais de informação, educação e comunicação sobre o projecto e temas de implementação (MSRR, EAS/AS, reassentamento, gestão da terra, etc).

6.2 RECURSOS FINANCEIROS

O MINAGRIF será responsável pela implementação das actividades de engajamento das partes interessadas. E fornecerá todos os recursos necessários para implementação do PEPI. O orçamento estimado para a implementação do Plano de Engajamento das Partes Interessadas é de USD 320 000.00.

Tabela 12: Orçamento para implementação do PEPI

ITEM	ACTIVIDADES CHAVE	QTD	UNIT	ORÇAMENTO TOTAL (USD)
PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS				
1	Material de comunicação (Cartazes, folhetos, spots de radio, Anúncios nos jornais/rádio/TV /Outdoors)	50	Anúncios	100,000.00
2	Reuniões de consulta (eventos, impressão, coffee break, água, materiais de desgaste, logística da equipa, etc.)	30	Reuniões	75,000.00
3	Reuniões Mensais de Monitoria	25	Reuniões	25 000.00
4	Contingências (5%)	Montant e fixo		10,000.00
SUBTOTAL				210,000.00
MECANISMO DE DIÁLOGOS E RECLAMAÇÕES				
	Treinamento/Capacitação			20,000.00
	Linha Verde			40,000.00
	Plataforma de Gestão do MSRR			50,000.00
SUBTOTAL				110,000.00
TOTAL				320,000.00

7. MECANISMO DE SUGESTÕES E RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES (MSRR)

A fim de assegurar a resolução efectiva dos problemas que podem ser encontrados durante a implementação do MOSAP 3, foi desenvolvido um **Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR)** que **permitirá à Unidade de Implementação do Projecto (UIP), resolver as reclamações e preocupações das partes interessadas do Projecto, aos vários níveis, com celeridade, transparência, e envolvendo os parceiros locais.** Este MSRR cobre todos os locais de implementação do projecto e as reclamações serão canalizadas conforme indicado na estrutura de fluxo de reclamações desse documento.

O MSRR aplica-se a todos os subprojectos do MOSAP 3, sendo também aplicável às empresas envolvidas nas obras de construção e ou reabilitação de infraestruturas e em quaisquer actividades de operacionalização do Projecto.

As reclamações poderão também estar relacionadas com incumprimento das condições laborais para os trabalhadores do projecto (para os quais têm protocolos específicos, tal e como explicado nos Procedimentos de Gestão da Mão-de-Obra do projecto), conduta e ética,, e questões relacionadas com a Violência Baseada no Género (VBG), a Exploração e Abuso Sexual (EAS) ou o Assédio Sexual (AS).

7.1 OBJECTIVOS E ÂMBITO DO MSRR

O Objetivo Geral do MSRR é a identificação, avaliação, gestão, monitoramento, acompanhamento e resolução de reclamações que possam ocorrer durante a implementação das actividades do Projeto, garantindo o seu normal funcionamento. O MSRR tem os seguintes **objectivos específicos**:

- a) Assegurar uma melhor implementação dos requisitos ambientais, e sociais, incluindo os relacionados com a gestão de riscos de abuso e exploração sexual/ assédio sexual (EAS/AS), de saúde e segurança;
- b) Resolver reclamações que possam surgir nas áreas de implementação do projeto, provocados pelo pessoal do projeto, e receber sugestões para a melhoria do projecto;
- c) Construir uma relação de confiança e o respeito mútuo entre os implementadores e as partes interessadas e afectadas pelo projecto;
- d) Garantir a transparência e celeridade na resolução de qualquer conflito e/ou reclamação entre as partes interessadas e afectadas, através de um sistema de comunicação simples, acessível e adequado.

7.2 ÂMBITO DO MSRR

O escopo do MSRR limita-se à gestão, execução e actividades do projecto e dos subprojectos do MOSAP 3. Nesse sentido, o MSRR tratará das reclamações relacionadas com os efeitos negativos causados pelo projecto, entre outros:

- Conflitos sociais entre prestadores de serviços com as comunidades rurais e minorias etnolinguísticas;
- Exploração e abuso sexual/assédio sexual EAS/AS entre os colaboradores do projecto entre os trabalhadores do projeto e e parceiros e entre trabalhadores contra os beneficiários do projecto. das comunidades;
- Exposição dos trabalhadores e comunidades a substâncias perigosas derivadas do projecto;
- Contaminação do meio ambiente (solos, ar, cursos de água)
- Riscos ocupacionais e saúde e segurança;
- Discriminação e segregação de grupos ou indivíduos devido a barreiras culturais e barreiras sociais e ausência de abordagens inclusivas promovidas pelo projecto, nomeadamente o acesso das mulheres às varias actividades ou benefícios oferecidos pelo projecto.

7.3 PRINCÍPIOS-CHAVE E BENEFÍCIOS DO MSRR

O MSRR está projetado dentro dos princípios gerais de **legitimidade, acessibilidade, previsibilidade, justiça, compatibilidade de direitos, transparência, e aprendizagem contínua.**

- **Legitimidade:** o MSRR irá inspirar a confiança das pessoas e grupos a que se destinam.
- **Previsibilidade:** o MSRR terá um procedimento claro e conhecido. O projecto compromete-se a agir de acordo com o que dizem e a prestar-lhes contas das decisões e acções tomadas. A responsabilização diz respeito à relação que o projecto tem com as pessoas (homens, mulheres e crianças), baseada na dignidade e respeito pelos seus bens em relação à implementação do projecto.
- **Justiça:** o MSRR garantirá que as pessoas tenham acesso razoável a fontes de informação para iniciar um processo de reclamação em igualdade de condições, independentemente do seu sexo, etnia, classe e posição social, religião, convicção política, ou qualquer outro aspecto pessoal, com total informação e respeito.
- **Compatibilidade de direitos:** o MSRR garantirá que os resultados estejam em conformidade com os direitos humanos reconhecidos a nível nacional e internacional e garantirá a proteção da privacidade pessoal e a confidencialidade dos processos.
- **Transparência:** o MSRR garantirá que as pessoas directamente afectadas sejam mantidas informadas sobre a evolução dos processos de reclamação.
- **Uma fonte de aprendizagem contínua:** a coordenação do MSRR adoptará medidas para melhorar o mecanismo com base na avaliação de casos e experiência. Sempre que possível, a UIP consultará os directamente afectados pelo projeto que usaram o mecanismo para avaliar a sua eficácia, e a equipa de implementação do MSRR a nível local de forma a melhorar os procedimentos.
- **Feedback:** Os reclamantes irão ter sempre uma resposta ou feedback sobre o tratamento dado a sua reclamação.

- **Segurança e bem-estar:** Para assegurar que as pessoas estão protegidas e podem apresentar uma reclamação ou preocupação em segurança, os riscos potenciais para os diferentes utilizadores devem ser cuidadosamente ponderados e incorporados na concepção de um MSRR.
- **Confidencialidade:** Para criar um ambiente onde as pessoas possam mais facilmente levantar preocupações, ter confiança no mecanismo e estar confiantes de que não haverá represálias se o utilizarem, os procedimentos confidenciais devem ser garantidos. Confidencialidade é diferente de anonimato (mas as reclamações anónimas também são admitidas).
- **Acessibilidade e não discriminação:** É essencial que o mecanismo seja acessível ao maior número possível de pessoas de diferentes grupos de interessados, particularmente aqueles que são frequentemente excluídos ou que são mais marginalizados ou vulneráveis. Isto inclui a identificação e o estabelecimento de vários pontos de entrada que são sensíveis tanto ao género como ao contexto.
- **Abordagem centrada nos sobreviventes:** Qualquer resposta e acção de prevenção relativamente a casos de violência baseada no género (EAS/AS) exigirá um equilíbrio entre o respeito pela legalidade do processo e os requisitos de uma abordagem centrada na vítima, na qual as escolhas, necessidades, segurança e bem-estar da vítima permanecem no centro de todas as questões e procedimentos. Como tal, todas as acções tomadas devem ser orientadas pelo respeito pelas escolhas, necessidades, direitos e dignidade da vítima, que devem ser promovidos no processo de gestão de queixas.

7.4 TIPOLOGIA DE RECLAMAÇÕES E PRAZOS PARA O MSRR

Neste MSRR as reclamações são pré-identificadas pelas seguintes categorias:

- *Reclamações ‘válidas’* – definidas como “uma expressão de insatisfação directamente associada aos compromissos e promessas feitas e por isso dentro do controlo da organização.” As reclamações válidas incluem:
- Reclamações ‘não-sensíveis’, ou seja, as reclamações referentes a actividades ou financiamento do projecto.
- Reclamações ‘sensíveis’, aquelas que requerem um tratamento urgente, restrito e sigiloso. São exemplos desta categoria as situações de abuso ou exploração, incluindo abuso e exploração sexual e assédio sexual, comportamento incorrecto do pessoal, má utilização de fundos e fraude.
- Reclamações ‘não-válidas’ – normalmente referem-se a questões fora do controlo da organização do projecto. São “preocupações” que são definidas como perguntas, solicitações de informações ou percepções não necessariamente relacionadas com um impacto ou incidente específico causado por uma actividade do projecto. Essas preocupações não serão contempladas pelo mecanismo. Não serão registadas como reclamações, mas serão geridas por um plano de comunicações externas da UIP.

Abaixo algumas tipologias de reclamações que podem surgir no quadro das actividades implementadas pelo projecto, sendo que o Manual de Implementação do MSRR define o categorizador concreto:

- **Trabalho infantil:** Esta situação ocorre quando o reclamante manifesta insatisfação ou não cumprimento relacionado com o trabalho infantil, trabalho forçado e idade mínima de admissão por emprego relacionado com o Projecto.
- **Exploração sexual, Abuso Sexual e Assédio Sexual:** Esta situação ocorre quando o reclamante manifesta factos relacionados com a exploração sexual e abuso de mulheres ou meninas/os no âmbito da execução do Projecto.
- **Dificuldade de Acesso aos benefícios do projecto (Incentivos e Financiamentos Comparticipados):** Esta situação ocorre quando o reclamante declara factos (discriminação, falta de informação, entre outros) relacionados com o acesso aos benefícios disponibilizados pelo projecto.
- **Dificuldade de acesso das mulheres aos benefícios do Projecto:** sempre que as mulheres são prejudicadas nos procedimentos de acesso ou são impedidas de aceder a benefícios do Projecto (acções de formação, etc.), apenas por serem mulheres.
- **Violação de direitos nas comunidades:** Esta situação surge quando o reclamante expressa insatisfação ou não cumprimento de acções e omissões devido à vulnerabilidade das minorias etnolinguísticas no âmbito da execução do Projecto.
- **Acidentes de trabalho e exploração:** Esta situação surge quando o reclamante manifesta insatisfação ou não cumprimento de acções e omissões para o cumprimento das normas trabalhistas no âmbito da execução do Projecto.
- **Má gestão de resíduos sólidos:** Sempre que forem apresentadas reclamações relacionadas com a má gestão de resíduos (ausência de contentores destinados à deposição selectiva dos resíduos sólidos, resíduos depositados fora dos locais apropriados, entre outros).
- **Poluição:** Nas reclamações resultantes de derrames de químicos, óleos, entre outros.
- **Ausência de Equipamento de Protecção Individual (EPI):** Nos casos em que algum trabalhador do Projecto, de qualquer categoria referida no PGMO, desempenhe alguma actividade sem que lhe tenha sido disponibilizado o EPI adequado.
- **Falta de segurança no trabalho:** Esta reclamação pode ser acionada sempre que for identificada a ausência de sinalização nos locais onde decorrem as obras e/ou ausência de sistemas de segurança adequados à actividade em causa.
- **Resposta à Emergência:** Reclamações referentes à inexistência de kit de derrame adequado à actividade (balde/contentor com areia e pá, ou outro mais adequado à situação).

Dependendo da tipologia e complexidade do caso, as reclamações do MSRR podem ser tratadas da seguinte forma:

- **Tratamento imediato:** Este tratamento será dado às reclamações de EAS/AS, cuja comunicação deve ser feita imediatamente à equipa da UIP, à Especialista de Salvaguardas Sociais e de Género, que se coordenará imediatamente com a especialista de VBG da UIP e com a especialista de VBG do Banco Mundial, num prazo de 24 horas.
- **Tratamento geral:** Este tratamento será dado a reclamações de MSRR cuja resolução deve ser atendida no prazo de 15 dias úteis, podendo ser prorrogado por um período de 15 dias úteis adicionais quando o momento de atenção exigir um tempo adicional para o seu desenvolvimento adequado.
- **Tratamento complexo:** Este tratamento será dado as reclamações de MSRR cujos casos são complexos e requerem um tempo de 30 dias para obter a solução e/ou resposta. Pode ser prorrogado por mais 30 dias úteis, se necessário.
- **Encaminhamento para outra instituição:** Este tratamento será dado a qualquer Reclamação que deve ser encaminhada a outra instituição para tratamento e solução, pois excede as funções e actividades do projecto.

7.4.1 Canais de Recepção e Registo das Reclamações

O MSRR funciona em todos os locais de implementação do projecto e dos subprojectos, desde o nível do mutuário para os trabalhadores/consultores, até às empresas contratadas para a implementação directa de acções previstas pelo projecto (*i.e.* empresas de construção e reabilitação de infraestruturas, entre outras). Os canais disponibilizados a **nível local/municipal** são:

- Pontos Focais (através do preenchimento de um formulário de forma presencial);
- Caixa de reclamações disponível nos locais onde se desenvolvem os diferentes subprojectos;
- N° de telefone (Linha Verde, gratuita);
- Reuniões públicas ao nível comunitário (sempre que possível)
- Gabinete do MSRR nas EDA

Os canais disponibilizados a **nível nacional** são:

- - Link do MSRR no website do MINAGRIF e do projecto;
- - N° de telefone (Linha Verde, gratuita).

As empresas contratadas fazem a adaptação dos principais canais de reclamação organizados pelo MSRR geral que a população e os seus trabalhadores podem utilizar, tais como a disponibilidade de caixa e formulários de reclamação nas instalações da empresa ajudando, assim, na divulgação do MSRR junto dos seus colaboradores.

Registo e Seguimento das reclamações

Todas as reclamações registadas na base de dados são acompanhadas ao nível da UIP central. Para manter o seguimento do fluxo de reclamações pelas equipas da UIP, são criados grupos nas redes sociais (whatsapp ou FB zero) com os PF credenciados para o recebimento de reclamação.

Todas as reclamações são numeradas e codificadas para registo numa base de dados gerida a nível central da UIP, através da qual se regista o encaminhamento dado, até à resposta final. O responsável pela gestão central do mecanismo é responsável por elaborar relatórios periódicos das reclamações recebidas, por tipologias, identificando as reclamações resolvidas e pendentes e o tempo médio para o seu tratamento. A UIP forma os pontos focais de recebimento de reclamação nos procedimentos de gestão e resolução de reclamações do Projecto.

Tratamento reclamações de EAS/AS

O MSRR de EAS/AS tem múltiplos canais de recepção, que podem incluir os canais descritos acima para reclamações gerais e também outros canais mais privados, ex: um fornecedor de serviços VBG ou um ponto focal de EAS/AS numa instituição. Em todos os casos, o/a sobrevivente mantém o direito para escolher a pessoa ou a estrutura em que(m) ela/ele pode confiar e deve dar a sua aceitação clara antes de se registar uma reclamação. Os protocolos de atendimento são diferenciados, em relação aos prazos e gestão dos mesmo, como será especificado no manual do MSRR do projecto.

Para evitar a estigmatização, rejeição e represálias contra sobreviventes de EAS/AS, o projecto tem um/a especialista em VBG para coordenar e gerir estas questões. É frequente a estigmatização estimular a cultura do silêncio nos/nas sobreviventes e, portanto, inibi-los/las de enfrentar os pontos de entrada criados para as reclamações. No tratamento de tais questões, é considerado o seguinte:

- Se um caso for recebido pelos pontos de entrada identificados ou pelo MSRR, eles não devem registar nenhum detalhe pessoal do/da sobrevivente que possa comprometer o seu anonimato ou os detalhes do caso e devem encaminhar o/a sobrevivente para o provedor de serviços para atendimento adequado. O MSRR regista apenas a natureza da reclamação e até que ponto o/a sobrevivente sabe se o autor do crime está relacionado com o projecto.
- Espera-se que o/a sobrevivente tome uma decisão informada sobre a questão de ser encaminhado/a a qualquer serviço, incluindo a Unidade de Apoio no âmbito da estrutura estabelecida pelo Governo. O projecto informa as autoridades do incidente, apenas com o consentimento do/da sobrevivente, excepto se assim estabelecido pela lei angolana. A responsabilidade dos pontos de entrada é encaminhar o/a sobrevivente para o provedor de serviços apropriado e, em última instância, ao MSRR, se o/a sobrevivente concordar em fazer o registo.

No sentido de garantir os direitos das/dos sobreviventes, serão feitos acordos prévios entre a UIP e ONG ou instituições engajadas para gerir tais questões (no âmbito do Plano de Prevenção e Resposta aos riscos de EAS/AS será realizado, como uma das primeiras medidas, o mapeamento ou levantamento dos serviços de atendimento a VBG disponíveis nas áreas de implementação do projecto). As directrizes serão elaboradas e comunicadas às pessoas afectadas e interessadas, em reuniões para facilitar a compreensão. Será também

implementadas disposições adicionais para fornecer opções diferentes para sobreviventes de VBG, para além do MSRR.

Depois da verificação e resolução da reclamação, o resultado é comunicado em primeiro lugar à/ao sobrevivente, sempre considerando a confidencialidade e a segurança dela/e, antes de informar o agressor. Se quiserem, os indivíduos envolvidos têm direito a apelar da decisão do comité.

Durante a vida do projecto e da existência do MSRR, este mecanismo é sempre seguido e monitorizado pela Especialista em VBG da UIP a fim de verificar o respeito do procedimento de tratamento dos casos de EAS/AS e dos princípios orientadores relacionados com o apoio ético e confidencial à/ao sobrevivente. A/o Especialista em VBG da UIP também acompanha e segue de perto o MSRR e as actividades do comité de verificação.

7.5 FLUXOGRAMA DO MSRR

O MSRR compreende os seguintes passos desde a entrada da reclamação até à sua resolução:

- **Passo 1 – Recepção/recolha da Reclamação**
- **Passo 2 – Registo das Reclamações pelos Pontos Focais e Fornecimento da Resposta Inicial:** Todas as reclamações recebidas são registadas em formato físico (arquivados em dossier confidencial) pelos pontos focais, ou através do autopreenchimento pelo reclamante que deposita directamente na caixa de reclamações disponíveis. A cada registo atribui-se um número e informa-se à pessoa que submete a queixa, incluindo um código do canal de entrada. No prazo de sete (7) dias após a data de apresentação de uma reclamação, o supervisor municipal responsável comunica com o/a reclamante e fornece informações sobre o curso da acção e o prazo previsto para a resolução da reclamação.
- **Passo 3 – Validação da Reclamação:** nesta etapa é feita a verificação se a reclamação se enquadra no âmbito das acções desenvolvidas pelo Projecto (as que não forem são encaminhadas para instituições específicas). Do mesmo modo, também se verifica o grau de sensibilidade da reclamação para que tenha o tratamento devido.
- **Passo 4 – Investigação da reclamação:** Esta etapa envolve a recolha de informações sobre a reclamação para determinar os factos em torno da questão e verificar a validade da reclamação e depois desenvolver uma proposta de resolução.
- **Passo 5 – Resolução das Reclamações** Após a entrada da reclamação no registo do MSRR, no prazo de uma semana a UIP produz um relatório síntese por categoria de reclamações/Município e partilha-o com o comité local de resolução de reclamação para o seu conhecimento e resolução.

- **Passo 6 – Comunicação da Resposta ao Reclamante:** Esta etapa envolve informar aqueles que apresentam as reclamações (informando sobre os resultados da investigação e acções propostas para a sua resolução). Se o/a reclamante não fica satisfeito com a resolução, é informado de outras opções, que podem incluir a procura de soluções através do Banco Mundial.
- A resolução da reclamação é comunicada ao reclamante pelo supervisor municipal, após decisão do comité. A comunicação ou notificação é feita através do contacto que o reclamante partilha no acto do registo da reclamação (no caso das reclamações anónimas, serão usados outros meios que, garantindo a confidencialidade e privacidade do reclamante, ajudem a transmitir a resolução: editais, rádios locais e outros).

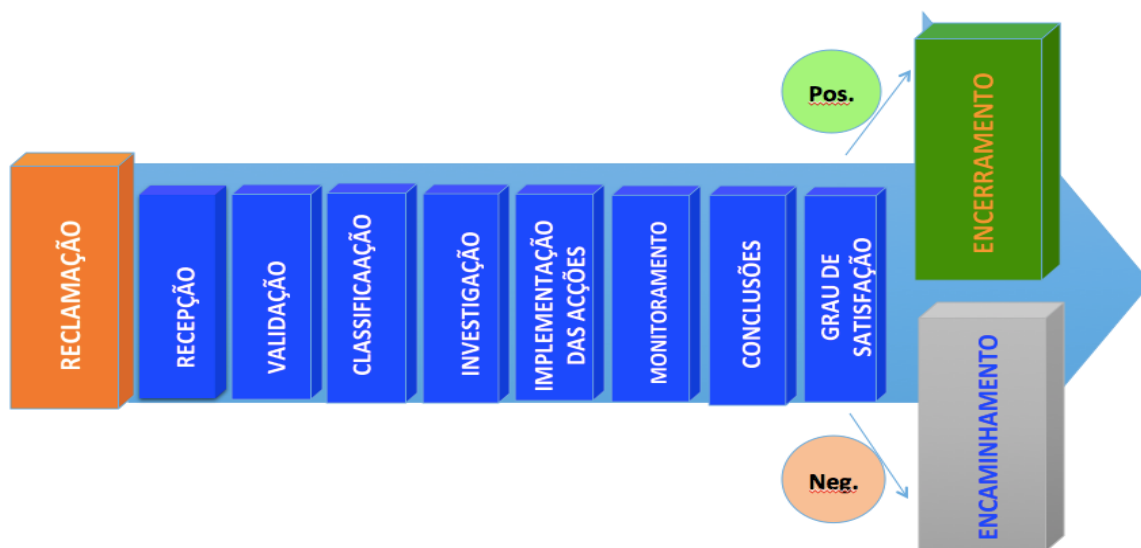
No que diz respeito às queixas EAS/AS, após verificação e resolução da reclamação o resultado é primeiro comunicado ao(s) sobrevivente(s), tendo sempre em conta a sua confidencialidade e segurança, antes de informar o perpetrador. Se o desejarem, as pessoas envolvidas têm o direito de recorrer da decisão da comissão.

- **Passo 7 – Relatório das reclamações e resoluções:** Ao longo de todo o processo, a UIP, a nível de projecto, mantém um registo detalhado de todas as deliberações, investigações, conclusões e acções, e mantém um registo sumário que acompanha todo o processo.
- **Passo 8 – Encerramento das Reclamações ou Encaminhamento:** Após a comunicação e feedback dado ao reclamante sobre a resolução da sua reclamação, caso este esteja disponível presencialmente, deve preencher um formulário de satisfação ou não satisfação com a resolução dada. Caso esteja satisfeito, é arquivado o processo e encerra-se a reclamação. Quando os reclamantes não estão disponíveis podem ser notificados por telefone, email para obter feedback sobre o seu nível de satisfação.

Se uma pessoa que apresenta uma reclamação não estiver satisfeita com a resolução no primeiro ou segundo nível (municipal), pode solicitar que a mesma seja elevada ao nível seguinte (provincial). Se não estiver satisfeita com a resolução final, pode recorrer aos tribunais ou seguir outras vias.

Dependendo da complexidade da reclamação e do canal de recepção utilizado pelo reclamante, as reclamações são recebidas a nível local pelo Ponto Focal de Reclamações que pode dar uma informação capaz de resolver a reclamação. E ao nível dos comités locais de resolução de reclamação são resolvidas e respondidas as reclamações. Para casos complexos, a reclamação é encaminhada ao Comité Provincial de Resolução. Quando, após serem utilizados todos os níveis de resolução da reclamação possíveis, o/a reclamante se mantém insatisfeito/a, a UIP elucida-o/a-o sobre o seu direito ao recurso judicial.

Figura 3: Fluxo do processo de reclamações



O recurso judicial não faz parte do MSRR, mas é uma opção disponível sobre a qual os/as reclamantes devem estar cientes desde o início do processo. Tal como acima referido, são estabelecidos procedimentos separados para assegurar a recepção, verificação e resolução ética e confidencial das reclamações de EAS/AS.

Além disso as comunidades devem conhecer bem a forma como funciona o MSRR e como podem facilmente ter acesso a ele, assim como outras formas de enviar as reclamações e como aceder ao Serviço de Reparação de Queixas (GRS) do Banco Mundial grievances@worldbank.org

7.5.1 Actores Envolvidos no MSRR

Na execução e gestão do MSRR, participam diversos actores, entre instituições públicas e privadas, instituições sem fins lucrativos, empreiteiros e subcontratados. Também podem participar (se aplicável) no âmbito da contratação de empresas e pessoal para a construção e/ou reabilitação de infraestruturas. Podem também participar funcionários empregados por tais instituições públicas e privadas, seus contratados ou subcontratados, ou outros actores individuais representantes de tais instituições.

O MSRR tem em conta o papel dos Pontos Focais (PF) existentes nas estruturas do IDA/ISV/SENSE a nível municipal em projectos homólogos, e integra-os no sistema de recebimento de reclamações do Portfólio, de acordo com as suas valências. Todos os pontos focais envolvidos na implementação do MSRR recebem treinamento para o registo e encaminhamento de reclamações, incluindo as equipas do gabinete do utente que são o garante da sustentabilidade do processo de recebimento e resolução de reclamações do projecto.

Além destes, destacamos outras partes interessadas também envolvidas na operacionalização e gestão do MSRR, nomeadamente Instituições privadas que contribuem directa e indirectamente.

7.5.1.1 Equipa de coordenação e gestão do MSRR

a) Coordenação e gestão

A Especialista de Salvaguardas Sociais e de Género da UIP, a Especialista de Salvaguardas Ambientais e os assistentes de salvaguardas sociais e VBG e ambientais, são designados como pessoal-chave para coordenar o MSRR durante a implementação do projecto.

A Especialista de Salvaguardas Sociais e de Género da UIP coordena a implementação geral do MSRR. Os Directores municipais em coordenação com os assistentes das salvaguardas sociais e de VBG e os supervisores municipais, supervisionarão todo o processo de registo de reclamações, divulgação de informações, articulando a resolução de reclamações com o Comité Local de Sugestões e Resolução de Reclamações (CLSRR).

b) Pontos Focais de registo de Reclamações

Os Pontos Focais são os responsáveis pelo registo das reclamações. Podem prestar uma informação quando necessária, porque muitas vezes uma reclamação pode ficar resolvida com uma informação. Entretanto, a reclamação ou sugestão deve ser registada no mecanismo. Sempre que as reclamações excedam as funções e actividades do projecto, o PF deverá encaminhar para outras instituições ou áreas responsáveis para o seu tratamento e solução.

O PF deve estar identificado e prestar informações aos beneficiários da sua disponibilidade em apoiar nas reclamações que possam existir. O PF tem que tratar as reclamações de maneira confidencial e explicar aos beneficiários que não haverá quaisquer repercussões negativas e que não há custos associados à apresentação das reclamações.

c) Supervisores

Os mobilizados e formados, são pessoas do Projecto identificados em cada província/município e que já cumprem a função de acompanhar a implementação de determinados projectos a nível local, sendo convidados a compilar as reclamações registadas pelos PF nos pontos de reclamação.

7.5.2 Capacitação das Equipas

Estão previstas formações específicas das equipas envolvidas no registo e seguimento das reclamações, aos diferentes níveis, nomeadamente:

- Formação sobre o MSRR e utilização dos instrumentos de registo, procedimentos e seguimento das ocorrências/ sugestões;
- Formação em Biossegurança para prevenção da Covid-19, no atendimento do reclamante;
- Formação em abordagens sensíveis a vítimas de VBG, EAS/AS e procedimentos específicos para o encaminhamento e acompanhamento dos casos registados relacionados com VBG, EAS/AS.

7.5.3 Divulgação do MSRR

O Mecanismo de Sugestões e Resolução de Reclamações (MSRR) será amplamente divulgado entre as partes interessadas. A equipa social da UIP e das Direcções Municipais do IDA, os assistentes de SSG municipais irão trabalhar na divulgação do Mecanismo. Serão elaborados panfletos para divulgação do MSRR a afixar nos serviços apoiados pelo projecto. Serão aproveitadas todas as ocasiões (formações, visitas de avaliação, etc) para divulgar informações sobre o MSRR.

Para concretização destas atividades foi elaborado um plano de implementação incluindo acções de divulgação entre todos os intervenientes no projeto, capacitação das equipas no terreno e questões ligadas a EAS/AS e VBG.

8. MONITORIA E RELATÓRIOS

Os especialistas ambientais e sociais do UIP central serão responsáveis por coordenar e monitorar a implementação do PEPI junto as partes interessadas e cuja informação será divulgada trimestralmente. Poderá ser contratada a monitoria externa do PEPI que será feita juntamente com o monitoria do Projecto numa base mínima anual. No Projecto a monitoria deve ser um processo contínuo deve estar alinhado com os objectivos do PEPI.

O objectivo geral do processo de monitoria é o de garantir que todas as actividades previstas para o engajamento das PIA no projecto sejam cumpridas e verificadas a todos os níveis e fases do ciclo de implementação do projecto. Os objectivos específicos de monitoria incluem:

- Garantir que são implementados e controlados os critérios de engajamento das PIA definidos neste PEPI.
- Fornecer orientação para o envolvimento das PIA tendo em conta os padrões previstos nas NAS do BM e na legislação angolana aplicável.
- Verificar a identificação e distinguir as categorias de PIA afectadas e que podem influenciar o projecto.
- Verificar a efetividade dos métodos e alcance dos meios usados para disseminação de informação do projecto e engajamento das PIA.
- Monitorar o envolvimento dos grupos vulneráveis na disseminação da informação do projecto e no processo de engajamentos.

Monitorar a cumprimento de conformidade dos mecanismos de engajamento com padrões culturais e sociais das PIA. O relatório de monitoria será baseado num conjunto de indicadores que devem ser relatados, de forma regular, especificamente definidos na tabela 9 que serão integrados ao sistema geral de monitoria definido para o Projecto.

Tabela 13: Indicadores de Monitoria

ACTIVIDADE	INDICADOR	GRAU DE Realização		
		ACEITÁVEL	BOM	MUITO BOM
Encontros de divulgação e mobilização realizados	Número de encontros realizados/Planificados	30-50% do planificado	51-70% do planificado	>70%
Encontros de avaliação de actividades de engajamento.	Número de encontros realizados/Planificados.	50-70% do planificado	71-90% do planificado	90%>
Encontros de EIA/EAS/PGAS das actividades do projecto.	Número de encontros realizados/Planificados.	80-95% do planificado	96-99%	100%
Encontros de Elaboração de PARs das actividades do projecto.	Número de encontros realizados/Planificados.	80-95% do planificado	96-99%	100%
Envolvimento dos grupos vulneráveis nos encontros de engajamento.	Número de encontros realizados/Planificados.	80-95% do planificado	96-99%	100%
Mecanismos de Reclamação.	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no nível 1.	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no nível 1.	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de reclamações apresentadas e resolvidas no nível 1.	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de reclamações tratadas no tribunal.	10-20% do planificado	<10%	0%

8.1 ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS EM ACTIVIDADES DE MONITORIA

Relatórios trimestrais sobre a implementação do PEPI, incluindo do MSRR, serão preparados e pela equipe dos especialistas ambientais e sociais do UIP. As reuniões semestrais serão realizadas pela UIP incluindo as unidades técnicas provinciais e distritais e os representantes das PIA para discutir, e rever os principais indicadores de envolvimento das partes interessadas com base nas experiências tidas no terreno. As PIA terão a oportunidade de indicar se estão satisfeitas ou não com o processo de engajamento no projecto e o que deve ser alterado no processo de implementação do PEPI para torná-lo mais eficaz.

A avaliação do projecto (revisão externa e interna) incluirá aspectos do plano de engajamento das partes interessadas (os principais indicadores e actividades do PEPI) e recomendará melhorias. O monitoria e a avaliação do processo de envolvimento e gestão das PIA são bastante importantes para garantir que o projecto seja capaz de responder aos problemas que possam surgir de modo a permitir que alterações aos planos do projecto, cronogramas e as actividades no âmbito do engajamento das PIA possam ser realizadas e ao mesmo tempo para torná-las mais eficazes. Um conjunto de compromissos e/ou actividades concorrem positivamente para o sucesso do engajamento, nomeadamente:

- Abordagens devidamente definidas e transparentes em relação a todas as actividades no âmbito do PEPI para promover o engajamento efectivo das PIA.
- Ter em conta a inclusão efectiva dos diferentes grupos (mulheres, idosos, vulneráveis, marginalizados, entre outros) nas interações com PIA.
- Mobilização de recursos suficientes para realizar o engajamento de todos os intervenientes directos e indirectos no Projecto incluindo as identificadas no âmbito do QPR e o QGAS.
- Retorno das PIA em relação ao PEPI deve demonstrar confiança no Projecto.

Em relação a monitoria externa, a UIP irá contratar uma entidade externa para uma revisão operacional independente de monitorias e avaliações da implementação, verificação de todos os resultados do projecto, a aderência em todos os níveis de implementação aos procedimentos estabelecidos no Manual de Operações do Projecto e, que irá concomitantemente monitorar e avaliar a implementação do PEPI. Os termos para realização da monitoria e avaliação externa serão acordados com o Banco Mundial e relatórios de monitoria serão compartilhados.

8.2 RETORNO DA COMUNICAÇÃO ÀS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

O PEPI será periodicamente revisto e atualizado conforme necessário no curso da implementação do Projecto, a fim de garantir que as informações aqui apresentadas sejam consistentes e actualizadas, e que os métodos de divulgação de informação e engajamento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projecto e fases específicas do desenvolvimento. Quaisquer mudanças importantes nas actividades relacionadas ao projecto e o respectivo cronograma serão devidamente refletidas no PEPI. A seguir estão os requisitos de retorno às PIA para este PEPI:

- **Relatórios Trimestrais** - A UIP central irá preparar breves relatórios trimestrais sobre as actividades de engajamento das partes interessadas a serem submetidos ao Banco Mundial, e a ser divulgado às partes interessadas, e isso incluirá:
 - Actividades das partes interessadas realizadas trimestralmente.
 - Actividades de divulgação pública (reuniões com as partes interessadas) realizadas no período e principais constatações ou assuntos debatidos.
 - Registo e resolução de reclamações referentes ao período e as soluções adoptadas para resolvê-las.
 - Novos grupos de partes interessadas identificados e enquadramento no PEPI.
 - Novos problemas ou desafios emergentes e como eles são / foram considerados pelo projecto.
- **Relatórios Anuais de Engajamento das Partes Interessadas**. A UIP compilara um relatório resumindo os resultados do PEPI anualmente. Este relatório fornecerá um resumo de todas as questões levantadas nos processos de engajamento com as PIA, ponto de situação de resolução de reclamações referentes ao período em relatório, conclusões relevantes das consultas públicas a nível da comunidade e outros. Esses relatórios devem ser submetidos ao Banco Mundial.
- **Reportar às Comunidades** - Será responsabilidade das UIP reportar às comunidades sobre questões relacionadas com:
 - Como seus pontos de vista são incorporados no projecto.
 - Principais conclusões do monitoria anual do PEPI.
 - Compartilhar e publicar relatórios e disponibilizá-los nos websites MINAGRIF e enviar
 - Cópia dos relatórios às partes interessadas (nacional, provincial, comitê consultivo local, etc.).
 - Resumo dos resultados publicados em locais de acesso público.
 - Disseminar os resultados de monitoria nos canais de comunicação mais usados pelas comunidades, rádios comunitárias, lideranças locais, os médias sociais pelo seu amplo alcance e dos técnicos afectos as subcomponentes do projecto e outros

meios apropriados. Além disso, actividades específicas de engajamento das PIA levadas a cabo pelos diferentes técnicos afectos nas subcomponentes do Projecto deverá ser relatado à UIP central.

O MSRR constituirá um mecanismo que irá permitir as PIA, principalmente ao nível das comunidades, fornecer o retorno sobre os impactos do projecto e dos programas de mitigação definidos. O PGAS irá estabelecer medidas de mitigação dos riscos ambientais e sociais, com respectivo plano para monitoria ambiental e social incluindo relatórios.

9. REFERÊNCIAS

African Climate & Development Initiatives, University of Cape Town. (May 2017). Climate Change and Impacts on Crop Suitability in the Planalto region of Angola.

Amnesty International (2019) “**O fim do paraíso do gado: como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos gambos, Angola**”, Peter Benenson House, 1 Easton Street, Londres WC1X 0DW, Reino Unido

Araújo, I., Dentinho, T., Haddad, E., & Perobelli, F. (2014). Uneven Integration: The Case of Angola. Research Square

Banco Nacional de Angola. Indicadores de Solidez Financeira do Sector Bancário. https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/lista_artigos_medias.aspx?idc=142&idsc=779&idl=1

CESO Development Consultants (March, 2015). Estudo de Mercado sobre Províncias de Angola 2015 - Benguela, Cabinda, Huambo, Huíla, Luanda e Namibe.

DAR (May 2019) “BITA System IV Water Supply Scheme – Resettlement Policy Framework”, Angola.

Diário da República (Julho 2017) Decreto n.º 58/07 “Regulamento Geral de Concessão de Terrenos”, Luanda, Angola

Diário da República (Abril 2020) Decreto Presidencial n.º 99/20 “Programa Nacional de Normalização Ambiental”, Luanda, Angola.

Diário da República (Abril 2020) Decreto Presidencial n.º 117/20 “Regulamento Geral de Avaliação de Impacte Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental”, Luanda, Angola.

FAO/EU et al (2016) “Delimitação Participativa da Terra: Manual para a Delimitação Participativa de Terras Comunitárias em Angola”.

Governo de Angola (Abril, 2018). Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Green Climate Fund (November 2019). Integrated programme to build climate-resilience in the Province of Cunene in Southwest Angola.

IDA/WB (2017) “Environmental and Social Framework, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433.

Instituto Nacional de Estatística (September, 2014). Resultados Preliminares Do Recenseamento Geral Da População De Angola 2014.

International Finance Corporation, The World Bank (2019). Creating Markets in Angola: Country Private Sector Diagnostic. Opportunities for Development Through the Private Sector.

Joel Almeida Filho (2017) “Os Direitos Fundiários e a Lei de Terras em Angola”.

Jornal de Angola (Maio, 2020) “Decreto Presidencial sobre o COVID-19”, Luanda, Angola.

https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/AGO

<https://www.governo.gov.ao/Default.aspx>

<https://furtherafrica.com/2020/03/31/angola-government-prepares-revised-budget-for-2020/>

[file:///C:/Users/Ana.Souto/Downloads/RELAT%C3%93RIO%20&%20CONTAS%202019%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Ana.Souto/Downloads/RELAT%C3%93RIO%20&%20CONTAS%202019%20(2).pdf)

<http://datatopics.worldbank.org/financialinclusion/country/angola> - The World Bank Financial Inclusion/Global Index

<https://data.worldbank.org/indicator?tab=all>

<https://tradingeconomics.com/angola/gdp-growth-annual>

<https://www.eia.gov/outlooks/steo/realprices/>

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-05-29/angola-renegotiating-debt-with-main-lenders-president-says>

<https://www.reuters.com/article/health-coronavirus-angola-debt/update-1-angola-seeking-q20-debt-relief-debt-talks-with-oil-importers-advanced-idUSL8N2DF2OP>

https://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=139&idsc=171&idi=16850&idl=1

Ministério de Energia e Águas (Abril 2018) “Quadro de Política de Reassentamento do Segundo Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas (Financiamento Adicional).

The World Bank, (June 2020). Angola Poverty Assessment:

United Nations Development Programme (2019). Human Development Report 2019. Beyond income, beyond averages, beyond today: Inequalities in human development in the 21st century.

UN Children's Fund (March 2020). UNICEF Angola Humanitarian Situation Report December 2019.

World Bank (March 2020) – Aide Memoire “Restructuring and Preparation of Additional Financing for the Angola Market-Oriented Smallholder Agriculture and Commercialization (P173071/154447)”.

World Bank (July 2020) “Project Paper on Proposed Additional Loan to the Republic of Angola for Smallholder Agriculture Development and Commercialization Project” (QER Version), Agriculture and Food Global Practice, East and Southern Africa Region.

ANEXOS

**ANEXO 1: MODELO DE FICHA DE REGISTO DE RECLAMAÇÕES USADO
NO ÂMBITO DO PROJECTO**



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E FLORESTAS
PROJECTO DE TRANSFORMAÇÃO AGROPECUÁRIA FAMILIAR DE ANGOLA
(MOSAP3)
Projecto N°177305

FICHA DE REGISTO DE RECLAMAÇÕES

1. Número de Referência: _____

2. (por exemplo nome da cidade, bairro, iniciais nome Ponto Focal, n.º reclamação – Dundo/Bairro Aeroporto/SM, n.º 1)

3. Data: ____ / ____ / ____

4. Bairro e Zona: _____

Identificação do Reclamante (pode optar pelo anonimato, mas deve deixar contato)

Nome: _____,

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____ . Sexo (M/F): _____

Profissão/Ocupação: _____

Morada (com referência da casa): _____

Telefone/Telemóvel: _____ E-mail (se tiver): _____

Categoria do reclamante:

() Pessoa afetada () Intermediário da pessoa afetada. () Instituição local outro
(especifique)

A pessoa afetada é funcionário/funcionária do empreiteiro () /fiscalização ().

2. Descrição de Reclamação (data e local da ocorrência, ocorrência, partes envolvidas e danos causados) (Anexar qualquer documento relacionado, se houver).

Informação sobre a Reclamação (a ser preenchido pela pessoa que recebe a reclamação, pode ser indicado mais do que 1 opção)

#	Tipo de Reclamação	X	#	Tipo de Reclamação	X
1	Perda de terra/lavra/propriedade/bens e formas de sustento.		13	Bloqueio de acesso a rua/estrada/caminho derivado das obras sem aviso prévio.	
2	Abuso de Poder (Trabalhadores ou parceiros solicitam recompensa ao morador pelo trabalho feito/a fazer).		14	Abuso e Exploração Sexual/Assédio Sexual (dos trabalhadores da obra).	
3	Dificuldade no processo de compensação por perda de terra/bens (tempo de espera longo, não satisfeito com a forma de compensação, etc.).		15	Poeira/poluição do ar constante derivado das obras	
4	Falta de informação sobre o projecto ou sobre as obras.		16	Não pagamento de salários e regalias relativas ao direito laboral.	
5	Danos à propriedade (casa, vedação, horta, negócio, etc.).		17	Ruído ou Vibração derivado das obras.	
6	Morador que impede a conduta//obras passar junto a sua casa (não concede		18	Trabalho infantil (menores de 16 anos).	

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

	autorização).				
7	Dificuldade na reposição dos danos á propriedade ou na compensação pelos danos (tempo de espera longo, não satisfeito com a forma de reposição, etc.).		19	Falta de segurança (falta de sinalização, de vedação, de passareira para peões etc.).	
8	Mau comportamento dos trabalhadores da obra (álcool, prostituição, desrespeito pela comunidade etc.).		20	Mau-trato laboral de trabalhador (abuso, violência psicológica ou física de colegas e/ou patrão).	
9	Resíduos/Lixo no local das obras.		21	Odores/cheiro derivados das obras.	
10	Falta de acompanhamento das equipas sociais no terreno.		22	Problemas na ligação domiciliária (obra não concluída ou com falhas técnicas).	
11	Cortes de água/energia derivados das obras.		23	Vandalização das infraestruturas (condutas / roubo de contadores, roubo de água, etc.).	
12	Casa não cadastrada (numa área onde as outras casas foram cadastradas).		24	Obras não concluídas (pavimento/asfalto não foi repostado, etc.).	
25	Outra (especifique)				
Há quanto tempo esta situação acontece?					
Quem é a pessoa/organização responsável pela situação/problema/dano:					

Assinatura _____ do _____ Reclamante:

Contato do Ponto Focal que recebeu a reclamação: _____

4. Nota de Receção (Não Preencher, reservado á fiscalização)

Recebi a presente reclamação no dia ____/____/____, e contatei o reclamante no dia ____/____/____, informando que recebi a reclamação, e que está sob análise e resolução, e que o prazo para informar sobre a resolução será até ____/____/____.

Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI)

Assinatura da equipa da fiscalização e data:
_____/_____/_____

5. Resultado da Resolução da Reclamação

(a ser preenchido equipa social da fiscalização quando o resultado acordado com o reclamante é conhecido).

Data de Resolução da Reclamação: ____/_____/_____

Assinatura do reclamante aceitando a solução da reclamação

Assinatura da Equipa da Fiscalização

Nível de Satisfação do Reclamante com a resolução:

() Muito Satisfeito.

() Satisfeito

() Não Satisfeito (indicar as razões)

ANEXO 2: FORMULÁRIO DA CONFIRMAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES

Parte 1 - Informações Gerais

Data do formulário de
resolução de reclamações
submetido à Equipa do
Projecto

Nome completo do reclamante

Área / comunidade

Município/Comuna

Gestor de projectos na área

Parte 2 - Detalhes da reclamação

Por favor, especifique a data
em que o problema ou
preocupação surgiu

Por favor, forneça detalhes da
reclamação / problema /
preocupação que procura
resolver

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

Parte 3 - Tentativas informais de resolução (por completar pelo reclamante)

Eu tentei resolver essa
reclamação
informalmente

Detalhes de
tentativas informais
de resolução

Eu não tentei resolver
essa reclamação
informalmente

Razões para não
tentar buscar uma
solução informal

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

Parte 4 - Solução solicitada (reclamante para completar)

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

Parte 5 - Resultado da resolução de reclamações

Etapas 1 - Conciliação

Detalhes da resolução proposta

Será que o reclamante concordou com a proposta de resolução?

Sim

Não

Etapa 2 - Investigação

Detalhes da resolução proposta

reclamante concordou com a proposta de resolução?

Sim

Não

Etapa 3 - Revisão (pelas autoridades locais / distritais e outros delegados para fazê-lo)

Detalhes da resolução proposta

Será que o reclamante concordou com a proposta de resolução?

Sim

Não

Etapa 4 - Determinação final pela entidade relevante (autoridades locais / municipais, Gestores do projecto e outros delegados a fazê-lo)

Detalhes da resolução proposta

reclamante concordou com a proposta de resolução?

Sim

Não

(Por favor, anexe mais informações a este formulário, se necessário)

Parte 6 – (por exemplo, ESAS ou outros gestores do projecto para concluir

Conservado em arquivo
confidencial por

ANEXO 3: RESUMO DA 1ª FASE DAS CONSULTAS PÚBLICAS (Jan-Fev.2022)

Neste capítulo serão apresentados os resultados da 1ª FASE das reuniões públicas realizadas nas províncias cobertas pelo projecto. As actas apresentam detalhes sobre os participantes, data e local de realização da reunião e opiniões apresentadas pelos mesmos. Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE CUNENE

● Objectivos:

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

● Informações apresentadas na Consulta:

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO	
Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.	
DETALHES DA REUNIÃO	
Data e Local da Reunião	A reunião foi realizada no Município de Cuanhama e Ombandja, no dia 18 de Janeiro de 2022 às 10:00 horas.
Participantes	A reunião contou com um total de 28 participantes (26 de sexo masculino e 2 de sexo feminino) no Município de Cuanhama e 55 (35 de sexo masculino e 20 de sexo feminino) em Ombandja. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONG, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS	

- No dia 18 de Janeiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Cunene (Município de Cuanhama e Ombandja), sob coordenação do MINAGRIF (numa primeira fase). Das consultas realizadas, foi observado o seguinte:
- Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas-vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.
- Num segundo momento, o representante do MINAGRIF fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto.
- Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.
- Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.

PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES

NOME	LOCAL	COMENTÁRIO	OBSERVAÇÃO
Aires Alberto	Cuanhama	O projecto deve aumentar a divulgação e comunicação através de distribuição de folhetos, fascículos e mais outros materiais que divulgam os mecanismos de implementação, assim como os mecanismos de reclamação para aumentar a transparência	

Cristina Ndapeulau	Cuanhama	A participação da mulher nos encontros de divulgação do projecto durante o período de implementação deve ser aumentado, pois a mulher precisa destes projectos para aumentar a sua participação	
Nicasso Calola	Cuanhama	São praticas recorrentes aqui no país sobre a falta de transparência, principalmente durante o processo de aquisição. Muitos empresários ou provedores de serviço, vejam as suas propostas rejeitadas, devido de os funcionários do projecto facilitarem seus amigos e familiares	
Ernesto Daniel	Cuanhama	Muitas vezes as associações ou cooperativas enfrentam dificuldades de se legalizarem, mesmo que se organizem. Para isso gostaria de saber qual será o papel do MOSAP-3 na legalização das associações e na aquisição de terras?	

Baptista Pedro	Cuanhama	Qual será o mecanismo que o MOSAP-3 poderá usar para evitar o uso de pesticidas sintéticos? Não será contra prudente usar os pesticidas sintéticos numa província onde as alterações climáticas são constantemente um problema?	
Felicidade Jerónimo	Ombandja	O lençol da água esta muito baixo devido da seca. O canal que esta sendo construído pelo governo está longe de Xangongo; qual será a alternativa que o projecto propõe, para nos praticarmos a agricultura?	
Paulo Yinauye	Ombandja	A população do Cunene, principalmente no Xangongo, já não acreditam nestes projectos, porque vem um grupo fala a mesma coisa. Depois o outro também vem falar a mesma coisa, depois já não sei onde está a realidade	

Emília Jamba	Ombandja	Existe escassez de semente aqui no Cunene. Também gostaríamos de saber se as sementes que o projecto vai trazer poderá ou não ser adquiridas aqui no Cunene ou na próxima vizinha Namíbia?	
--------------	----------	--	--

FOTOGRAFIAS



LISTA DE PRESENÇA ⁵
REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE NAMIBE
● Objectivos: ○ Divulgar o projecto e os instrumentos A&S. ○ Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação. ○ Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social. ○ Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

⁵ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

- Informações apresentados na Consulta:
 - Breve descrição das actividades do Projecto.
 - Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
 - Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
 - Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
 - Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
 - Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
 - Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

DETALHES DA REUNIÃO

Data e Local da Reunião	A reunião foi realizada no Município de Bibala e Moçâmedes, no dia 19 de Janeiro de 2022 às 10:00 horas.
Participantes	A reunião contou com um total de 25 participantes (17 de sexo masculino e 8 de sexo feminino) no Município de Bibala e 58 (33 de sexo masculino e 27 feminino) em Moçâmedes. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONG,

	instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS	
- No dia 19 de Janeiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Namibe (Município de Bimbala e Moçâmedes), sob coordenação do MINAGRIF. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte. - Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas-vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. - Num segundo momento, o representante do MINAGRIF fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto. - Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.	
PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES	

NOME	LOCAL	COMENTÁRIO	OBSERVAÇÃO
Conceição Elizete	Moçâmedes	A província do Namibe é rica no feno que cresce na época chuvosa. Porque não haja apoio de colheita e aproveitamento do mesmo para posteriormente acudir a escassez que se verifica?	
Celeste Costa	Moçâmedes	Qual será o papel da mulher durante o processo do financiamento deste projecto pelo Banco Mundial? Será que a mulher só pode se organizar nas associações ou cooperativas para beneficiar o projecto? Que tal aquelas mulheres que tem já projectos definidos e que não querem ser parte das associações?	
José Bonifácio	Moçâmedes	Como será preenchida a percentagem (%) da mulher no projecto? Será que as associações que não conseguirem de atingir esta quota das mulheres não serão beneficiadas?	

Esperança Laurinda	Moçâmedes	O desemprego principalmente para as jovens está cada vez mais alto. As nossas mães nos ensinaram a lavrar a terra. Mesmo assim, não há oportunidades. Agora, qual será a oportunidade que o MOSAP3 traz para os jovens que querem aderir na agricultura visto que as dificuldades são enormes?	
Domingas Luguano	Moçâmedes	As vezes tem havido muito conflito aqui no Namibe entre as tribos que dedicam o pasto e nós os agricultores. Este conflito consiste na introdução dos animais nas lavras por vontade própria dos criadores dos animais; caso este problema não for resolvido, como poderá o agricultor contribuir na associação caso ver as suas culturas dizimadas pelos pastores de gado?	

Francisco Lombe	Bibala	A falta das chuvas no Namibe preocupa os agricultores. Este problema tem como consequência o aumento da fome. Como o poderá o MOSAP3 contribuir para resolver a carência da água?	
Lino Sessa	Bibala	Bibala e bem como outras partes do Namibe não tem experiência de associativismo. Para isso achamos que este modelo de associações e ou cooperativas (família se organizar em grupos) não é viável. Qual será o outro modelo que MOSAP poderá optar para beneficiar as famílias que ainda pretendem trabalhar fora do associativismo?	

Francisco Muepe	Bibala	Temos assistido na província o recrutamento de técnicos para estes projectos de forma muito triste. Pois a modalidade da seleção dos técnicos muitas vezes deixa muito a desejar. Nos da comunidade onde o projecto funciona, podemos ter formação, mas quando o recrutamento dos técnicos chegar, aqueles que venham de longe é que ocupam as posições e nos somos deixados fora. Como MOSAP3 vai evitar estes erros?	
FOTOGRAFIAS			



LISTA DE PRESENÇA⁶

⁶ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE HUILA

- **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

- **Informações apresentados na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO	
Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.	
DETALHES DA REUNIÃO	
Data e Local da Reunião	A reunião foi realizada no Município de Cacula, no dia 21 de Janeiro de 2022 às 10:00 horas.
Participantes	A reunião contou com um total de 50 participantes (34 de sexo masculino e 16 feminino) no Município de Cacula. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONG, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS	

- No dia 21 de Janeiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Huila (Município de Cacula), sob coordenação do MINAGRIF. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte.
- Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas-vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro.
- Num segundo momento, o representante do MINAGRIF fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto.
- Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução.
- Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.

PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES

NOME	LOCAL	COMENTÁRIO	OBSERVAÇÃO
Lino João	Cacula	A produção local é milho, feijão. Qual será as outras culturas que o projecto poderá trazer para resolver o problema da fome que se vive aqui no município da Cacula e bem como outros municípios da província?	

Agostinho Matawa	Cacula	Os agricultores produzem, mas durante a venda não tem consideração de pesagem dos produtos. Será que MOSAP3 poderá equipar as comunidades com este conhecimento e com os equipamentos que precisamos para este fim?	
Laurindo Pedro	Cacula	Construção de infraestruturas veterinárias (mangas de vacinação, tanques banheiros) são importantes para o manejo da saúde animal. Entretanto, todas infraestruturas veterinárias andam totalmente destruídas. Será que poderemos ver através do MOSAP3 melhorias na recuperação das infraestruturas veterinário?	

Francisco António Filipe	Cacula	O município do Quilengues falta condições de infraestrutura, partindo da casa dos técnicos (não existe nem sequer apenas um quarto em condições de habitabilidade) e não existe escritório. Poderá o MOSAP3 trabalhar na melhoria das condições dos técnicos naquele município?	
Cláudio dos Santos	Cacula	Qual é o foco de aumento de produção e de produtividade nas zonas do MOSAP3 – produção orgânica ou não?	
FOTOGRAFIAS			



LISTA DE PRESENÇA⁷

⁷ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE BENGUELA

- **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

- **Informações apresentados na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

- **Tema Proposto/ Justificativa:**

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

DETALHES DA REUNIÃO	
Data e Local da Reunião	A reunião foi realizada no Município de Benguela, no dia 03 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
Participantes	A reunião contou com um total de 86 participantes (52 de sexo masculino e 34 de sexo feminino) no Município de Benguela Sede. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONG, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS	
- No dia 03 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Benguela (Município de Benguela Sede), sob coordenação do MINAGRIF. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte. - Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas-vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. - Num segundo momento, o representante do MINAGRIF fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto. - Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.	

PERGUNTAS E RESPOSTAS RELEVANTES			
NOME	LOCAL	COMENTÁRIO	OBSERVAÇÃO
Jamiro Baptista	Benguela	Agradecimento por MOSAP3 chegar a Benguela, pois nos fomos fornecedores asidos do MOSAP2 no Huambo e Bié, e temos de facto o testemunho do projecto e a mudança que está a operar nas comunidades. Pedimos, no entanto, que haja transparência no processo de aquisição aqui na província para trabalharmos	
Angolar Jorge	Benguela	Benguela precisa infraestruturas que facilita a contenção dos produtos dos agricultores para refrear a venda dos mesmos, principalmente no período de muita abundância no mercado. Para isso a existência de infraestrutura de armazenamento e de conservação dos diversos produtos produzidos, é muito importante em todos municípios onde MOSAP3 operar	

Carlos Dias	Benguela	Quando é que o município de Dombe Grade, poderá começar a ver este MOSAP3 a chegar, visto que já há vários anos sempre ouvimos falar do MOSAP e as oportunidades nunca nos chegam no município?	
Rosaria Nayenda	Benguela	Representante da cooperativa das mulheres. Gostaríamos que o projecto anuncie claramente os documentos que poderemos tratar para aderir no MOSAP3, pois não queremos ficar de fora destas oportunidades.	
Luísa Casseque	Benguela	Não teremos com o MOSAP3 o mesmo problema de créditos que estamos a ter com os Bancos Comerciais para aquisição de terras para cultivar?	
FOTOGRAFIAS			



LISTA DE PRESENÇA⁸

⁸ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE MALANJE

- **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

- **Informações apresentados na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

- **Tema Proposto/ Justificativa:**

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

DETALHES DA REUNIÃO	
Data e Local da Reunião	A reunião foi realizada no Município de Kangadala no dia 01 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
Participantes	A reunião contou com um total de 82 participantes (47 de sexo masculino e 25 feminino) no Município de Kangadala Sede. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONG, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS	
- No dia 01 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Malanje (Município de Kangadala), sob coordenação do MINAGRIF. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte. - Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas-vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. - Num segundo momento, o representante do MINAGRIF fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto. - Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.	
FOTOGRAFIAS	



LISTA DE PRESENÇA⁹

⁹ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE BIE

- **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

- **Informações apresentados na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

- **Tema Proposto/ Justificativa:**

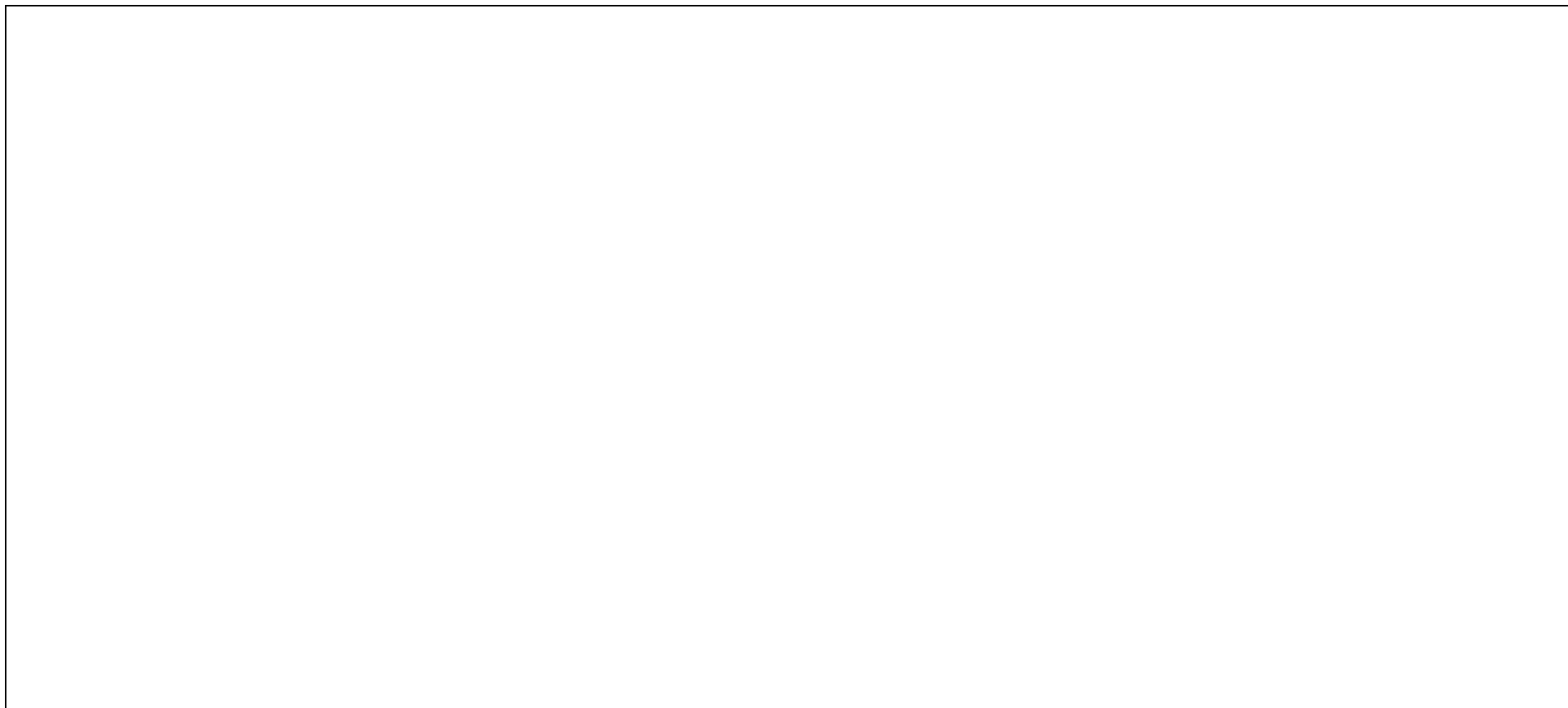
Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

DETALHES DA REUNIÃO	
Data e Local da Reunião	A reunião foi realizada no Município de Cuito, no dia 08 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
Participantes	A reunião contou com um total de 125 participantes (74 de sexo masculino e 51 feminino) no Município de Cuito. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONG, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS	
- No dia 08 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Bie (Município de Kuito), sob coordenação do MINAGRIF. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte. - Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas-vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. - Num segundo momento, o representante do MINAGRIF fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto. - Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.	
FOTOGRAFIAS	



LISTA DE PRESENÇA¹⁰

¹⁰ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying the central portion of the page. It is intended for the main content of the document, likely the PEPI plan itself.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP3 – PROVÍNCIA DE CUANZA SUL

- **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

- **Informações apresentados na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

- **Tema Proposto/ Justificativa:**

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

DETALHES DA REUNIÃO	
Data e Local da Reunião	A reunião foi realizada no Município de Uke Seles, no dia 28 de Janeiro de 2022 às 10:00 horas.
Participantes	A reunião contou com um total de 85 participantes (61 de sexo masculino e 24 de sexo feminino) no Município de Uke Seles. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONG, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS	
- No dia 28 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Bie (Município de Uke Seles), sob coordenação do MINAGRIF. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte. - Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas-vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. - Num segundo momento, o representante do MINAGRIF fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto. - Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.	
FOTOGRAFIAS	



LISTA DE PRESENÇA¹¹

¹¹ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP3 – PROVÍNCIA DE CUANZA NORTE

- **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

- **Informações apresentados na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

- **Tema Proposto/ Justificativa:**

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

DETALHES DA REUNIÃO	
Data e Local da Reunião	A reunião foi realizada no Município de Ndalatando, no dia 03 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
Participantes	A reunião contou com um total de 19 participantes (17 de sexo masculino e 2 feminino) no Município de Ndalatando. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONG, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS	
- No dia 28 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Kwanza Norte (Município de Ndalatando), sob coordenação do MINAGRIF. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte. - Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas-vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. - Num segundo momento, o representante do MINAGRIF fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto. - Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.	

FOTOGRAFIAS



LISTA DE PRESENÇA¹²

¹² Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP3 – PROVÍNCIA DE HUAMBO

- **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

- **Informações apresentados na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

- **Tema Proposto/ Justificativa:**

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

DETALHES DA REUNIÃO	
Data e Local da Reunião	A reunião foi realizada no Município de Bailundo, no dia 09 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
Participantes	A reunião contou com um total de 75 participantes (57 de sexo masculino e 18 feminino no Município de Bailundo. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONG, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS	
- No dia 09 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Huambo (Município de Bailundo), sob coordenação do MINAGRIF. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte. - Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas-vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. - Num segundo momento, o representante do MINAGRIF fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto. - Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.	

FOTOGRAFIAS



LISTA DE PRESENÇA¹³

¹³ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP3 – PROVÍNCIA DE CUANDO CUBANGO

- **Objectivos:**

- Divulgar o projecto e os instrumentos A&S.
- Divulgar o calendário sobre os preparativos das actividades, assim como a população alvo durante os encontros de auscultação.
- Preenchimento da ficha de triagem ambiental e social.
- Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos relatórios a serem submetidos ao Banco Mundial.

- **Informações apresentados na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Quadro Político e Legal Ambiental e Social de Angola.
- Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
- Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI).
- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR).
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

- **Tema Proposto/ Justificativa:**

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final do relatório a ser submetido ao Banco Mundial.

DETALHES DA REUNIÃO	
Data e Local da Reunião	A reunião foi realizada no Município de Menongue, no dia 07 de Fevereiro de 2022 às 10:00 horas.
Participantes	A reunião contou com um total de 88 participantes (63 de sexo masculino e 25 feminino) no Município de Menongue. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONG, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.
PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS	
- No dia 07 de Fevereiro de 2022 foram realizadas reunião publicas a Província de Cuando Cubango (Município de Menongue), sob coordenação do MINAGRIF. Das consultas realizadas, foi observado o seguinte. - Na sessão, o Consultor e a abertura do encontro, desejando as boas-vindas aos presentes e encorajou a todos a participar activamente no encontro. - Num segundo momento, o representante do MINAGRIF fez a apresentação do projecto, de modo a inteirar os participantes acerca das actividades previstas e potenciais impactos ambientais e sociais associados ao projecto. - Num terceiro momento, o consultor fez a apresentação da agenda da consulta pública, incluindo os objectos e não havendo comentários da agenda passou-se para a apresentação detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, o consultor apresentou os instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.	

FOTOGRAFIAS



LISTA DE PRESENÇA¹⁴

¹⁴ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

ANEXO 4: RESUMO DA 2ª FASE DAS CONSULTAS PÚBLICAS (Nov-Dez.2022)

Neste Anexo são apresentados os resultados da Segunda Fase das Consultas Públicas realizadas nas províncias que englobam os onze (11) municípios de arranque do Projecto. As Actas apresentam detalhes sobre a data e local das reuniões, número de participantes e opiniões/questões apresentadas pelos mesmos. Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

**REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3
– PROVÍNCIA DE CUANDO CUBANGO**

● **Objectivos:**

- Manter as Partes Interessadas e Afectadas do Projecto (PIA) informadas sobre os principais problemas e descobertas de cada etapa do processo.
- Reunir preocupações e interesses expressos por várias partes interessadas do Projecto.
- Apresentar os potenciais riscos e impactos identificados no Projecto.
- Obter contribuições/opiniões das partes interessadas em termos de evitar/minimizar possíveis impactos negativos e maximizando os impactos positivos do projecto.
- Apoiar o diálogo social e identificar desde o início as percepções e expectativas das partes interessadas, que possam contribuir para o planeamento de ações e comunicação efetiva de forma a minimizar os impactos do projecto.
- Apresentar e divulgar o MSRR.

● **Informações apresentadas na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Plano de Compromisso Ambiental e Social.
- Quadro de Gestão Ambiental e Social.
- Plano de Gestão da Mão de Obra.
- Quadro de Política de Reassentamento.
- Plano de Engajamento das Partes Interessadas.
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos instrumentos ambientais e sociais.

DETALHES DA REUNIÃO

Data e Local da Reunião	DATA	LOCAL	PARTICIPANTES
	22-11-2022	Menongue	103
	23-11-2022	Cuchi	485
Participantes	A reunião contou com um total de 588 participantes (258 de sexo masculino e 330 de sexo		

	feminino) nos municípios de Menongue e Cuchi. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.		
PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS			
- Nos dias 22 e 23 de Novembro de 2022 foram realizadas reuniões públicas na Província do Cuando Cubango (Municípios de Menongue e Cuchi), sob coordenação do MINAGRIF e UIP. Das consultas realizadas, foi observado a agenda detalhada acima. - No primeiro momento, fez a apresentação do detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, fez-se a apresentação dos instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.			
SUGESTÕES APRESENTADAS			
NOME DO PARTICIPANTE	LOCAL	COMENTÁRIO	OBSERVAÇÃO
Nelson da Silva	Anfiteatro de Menongue	- O financiamento será adequado à área? - Como é que os produtores terão acesso aos benefícios? - Partilha de experiência sobre benefícios da Caixa comunitária na província do Huambo	Esclarecimento sobre a seleção dos municípios e modalidade de acesso

Aldina Essuvo	Anfiteatro de Menongue	Como proceder quando a mão-de-obra local não quer trabalhar?	Esclarecimento sobre os Procedimentos de Gestão de Mão-de-Obra
Júlio Vipas	Anfiteatro de Menongue	Os 200 mil beneficiários serão a nível nacional ou local	Esclarecimento sobre os beneficiários
Henriques	Anfiteatro de Menongue	Os portadores de deficiência visual não costumam beneficiar de Projectos semelhantes	Risco de exclusão
Cristina João	Anfiteatro de Menongue	Esperavam receber dinheiro. Já ouviram apresentações de muitos projetos que nunca foram materializadas	Gestão de expectativas
Carlos Chissokela	Cuchi	Necessidade de insumos agrícolas na comuna do Liavuma	Anotado
Gabriel Luciano	Cuchi	- Falta de infra-estruturas de apoio - Necessidade de oficinas de manutenção para máquinas e equipamentos e Formação técnica aos jovens	Anotado
João Enoque	Cuchi	Dificuldade na legalização das cooperativas	Anotado
Maria de Fátima	Cuchi	Não tem havido apoios específicos para os mulheres por isso felicita a iniciativa do MOSAP3	Anotado

Severina Baptista	Cuchi	- Apoio para aquisição de Moageiras - Dificuldade no escoamento dos produtos (vias de acesso deficitárias e falta de meios de transporte)	Esclarecimento sobre os tipos de incentivos e critérios de acesso
-------------------	-------	--	---

FOTOGRAFIAS





LISTA DE PRESENÇA¹⁵

¹⁵ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DO CUNENE

- **Objectivos:**

- Manter as Partes Interessadas e Afectadas do Projecto (PIA) informadas sobre os principais problemas e descobertas de cada etapa do processo.
- Reunir preocupações e interesses expressos por várias partes interessadas do projecto.
- Apresentar os potenciais riscos e impactos identificados no Projecto.
- Obter contribuições/opiniões das partes interessadas em termos de evitar/minimizar possíveis impactos negativos e maximizando os impactos positivos do projecto.
- Apoiar o diálogo social e identificar desde o início as percepções e expectativas das partes interessadas, que possam contribuir para o planeamento de ações e comunicação efetiva de forma a minimizar os impactos do projecto.
- Apresentar e divulgar o MSRR.

● **Informações apresentadas na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Plano de Compromisso Ambiental e Social.
- Quadro de Gestão Ambiental e Social.
- Plano de Gestão da Mão de Obra.
- Quadro de Política de Reassentamento.
- Plano de Engajamento das Partes Interessadas.
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos instrumentos ambientais e sociais do Projecto

DETALHES DA REUNIÃO

Data e Local da Reunião Cunene	DATA	LOCAL	PARTICIPANTES
	25-11-2022	Namacunde	63
	26-11-2022	Cuvelai	34
Participantes	A reunião contou com um total de 97 participantes (63 de sexo masculino e 34 de sexo feminino) nos municípios de Namacunde e Cuvelai. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.		

PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS			
- Nos dias 25 e 26 de Novembro de 2022 foram realizadas reuniões de consultas publicas nas Província de Cunene (Município de Namacunde e Cuvelai), sob coordenação do MINAGRIF e UIP. Das consultas realizadas, foi observado a agenda detalhada acima. - No primeiro momento, fez a apresentação do detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, fez-se a apresentação dos instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.			
SUGESTÕES APRESENTADAS			
NOME DO PARTICIPANTE	LOCAL	COMENTÁRIO	OBSERVAÇÃO
Venâncio Moisés	Administração (Namacunde)	O projecto já fez um diagnóstico do número de produtores?	O Projecto vai fazer um registo de produtores para a implementação do RNPA
Ruth Riquelo	Administração (Namacunde)	Como o Projecto vai tratar a deficiência da água?	A Componente 2 foi desenhada para aumentar a resiliência em termos de recursos hídricos reabilitando infr-estruturas existente e financiando inicitivas comunitárias (compra de bombas, recuperação de furos, entre outros)

António Zua	Administração (Namacunde)	Quem tem a responsabilidade de gerir os contratos?	Os trabalhadores contratados pelo Projecto serão monitorizados pelas equipas de SAS das EPIP locais. Os critérios de gestão e monitorização dos contratos então definidos no PGMO do Projecto
Ataíde Tuleni	Administração (Namacunde)	- Quem fará a implementação do Projecto? - O Projecto deve ouvir o Conselho de Auscultação da Comunidade que tem um diagnóstico das necessidades por comuna.	- O agente implementador será o IDA que criou uma UIP a nível central e a nível local serão as EPIP a fazer a implementação. - O Projecto está a desenhar o PEPI que indica a necessidade de envolver todos os parceiros estratégicos e para completar o diagnóstico dos municípios alvo serão feitos também Diagnósticos Rurais Participativos (DRP)
Verónica Penelaka	Santa Clara (Cooperativa)	As mulheres trabalham mas não conhecem as técnicas de produção.	O Projecto dará formação em técnicas de produção e terá mecanismos para assegurar a participação das mulheres
Representante do Grupo Koisan no Cuvelai	Administração (Cuvelai)	O Grupo koisan no Cuvelai não tem recebido apoio. - Têm muitas dificuldades de acesso à água e no último ano (2021) perderam muitos animais por falta água. - Como é que o MOSAP3 pode apoiar esse povo?	- Risco de exclusão - Anotado - Foram feitos esclarecimentos sobre o QPME e informado que o quadro terá um PAME que vai definir uma estratégia de inclusão do grupo nomeadamente em actividades específicas que atendem as características sócio-culturais deste povo

Joaquina	Administração (Cuvelai)	O projecto vai beneficiar mulheres rurais ou também mulheres da zona urbana?	O Projecto vai beneficiar mulheres produtoras que tenham acesso a cerca de 0,25 a 2,5 ha de terra
Helena Serafim	Administração (Cuvelai)	Os projectos muitas vezes são sabotados porque as comunidades não são ouvidas?	Durante todo o ciclo de vida do Projecto serão realizadas diferentes sessões de consultas Públicas no sentido de envolver as comunidades e também esclarecer as suas dúvidas e registar preocupações
Alda Felícia	Administração (Cuvelai)	A administração tem distribuído sementes, mas em pouca quantidade. Precisam de reforço nas sementes	O projecto terá diferentes incentivos (pacotes tecnológicos) onde estão incluídos os insumos necessários para produção aos quais os produtores terão acesso por intermédio das ECA
Ângela Isaac	Administração (Cuvelai)	O Projecto tem uma Associação das Mulheres Empreendedoras (AMEC), o projecto pode apoiar com tractores para as mulheres preparem as terras?	O Projecto tem na componente 2 os financiamentos comparticipados que podem concorrer, seguindo os procedimentos, para obter o apoio necessário.
FOTOGRAFIAS			





LISTA DE PRESENÇA¹⁶

¹⁶ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DA HUÍLA

- **Objectivos:**

- Manter as Partes Interessadas e Afectadas do Projeto (PIA) informadas sobre os principais problemas e descobertas de cada etapa do processo.
- Reunir preocupações e interesses expressos por várias partes interessadas do projecto.
- Apresentar os potenciais riscos e impactos identificados no Projecto.
- Obter contribuições/opiniões das partes interessadas em termos de evitar/minimizar possíveis impactos negativos e maximizando os impactos positivos do projecto.
- Apoiar o diálogo social e identificar desde o início as percepções e expectativas das partes interessadas, que possam contribuir para o planeamento de ações e comunicação efetiva de forma a minimizar os impactos do projecto.
- Apresentar e divulgar o MSRR.

● **Informações apresentadas na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Plano de Compromisso Ambiental e Social.
- Quadro de Gestão Ambiental e Social.
- Plano de Gestão da Mão de Obra.
- Quadro de Política de Reassentamento.
- Plano de Engajamento das Partes Interessadas.
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos instrumentos ambientais e sociais do Projecto.

DETALHES DA REUNIÃO

Data e Local da Reunião	DATA	LOCAL	PARTICIPANTES
	28-11-2022	Gambos	205
	29-11-2022	Chibia	82
Participantes	A reunião contou com um total de 287 participantes (179 de sexo masculino e 108 de sexo feminino) nos municípios de Gambos e Chibia. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.		

PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS			
- Nos dias 28 e 29 de Novembro de 2022 foram realizadas reuniões públicas na Província de Huíla (Município de Gambos e Chibia), sob coordenação do MINAGRIF e UIP. Das consultas realizadas, foi observado a agenda detalhada acima. - No primeiro momento, fez a apresentação do detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, fez-se a apresentação dos instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.			
SUGESTÕES APRESENTADAS			
NOME DO PARTICIPANTE	LOCAL	COMENTÁRIO	OBSERVAÇÃO
Lucrécia Tyazola	Clube recreativo do Chiange (Gambos)	Agradeceu a escolha do município e apresentou dificuldades para ter acesso a insumos agrícolas	Viúva
Tuymone Mbuale	Clube recreativo do Chiange (Gambos)	As vias de acesso precisam ser melhoradas e há muitas dificuldades para ter acesso a água	Viúva

Sofia Tulilile	Clube recreativo do Chiange (Gambos)	As mulheres cultivam principalmente massango. A parte reservada para consumo é misturada com areia para dificultar a limpeza e assim não ser utilizado rápido	Viúva
Elsa Tyatalene	Clube recreativo do Chiange (Gambos)	As mulheres estão ansiosas para aprender nas ECA. Preocupação com a falta de água, pois pontos de água são partilhados com os animais.	Viúva - Risco de contaminação da água e transmissão de doenças de veiculação hídrica
Kassessa	Clube recreativo do Chiange (Gambos)	Ressaltou a importância do MSRR e diz que não têm beneficiado de treinamento e capacitação. Necessidade de meios adaptados	Risco de exclusão
Lizander Camuele	Administração da Quihita	Agradeceu a selecção do município. Preocupação com a carência em recursos hídricos. Necessidade de recuperação de infra-estruturas (açudes)	Alguns apoios para mitigar serão implementados pelas componentes 1 e 2.
Júlio Chitata	Administração da Quihita	Necessidade de formação em práticas de cultivo, reabilitação de infra-estruturas de apoio a pecuária e insumos pecuária	
António Calei	Administração da Quihita	O município tem carência de água. Precisam de reabilitar infra-estruturas de apoio a irrigação	

Ana Daniel	Administração da Quihita	Dificuldade no escoamento dos produtos. Pede maior divulgação do MSRR	Anotado
Rafael Calapato	ECA - São Miguel	Pede a reabilitação do Açude da Missão (estrutura colonial), cursos para mulheres e formação de mais OTC	
Hilária Maria	ECA - São Miguel	As mulheres têm sido excluídas nos projectos agro-pecuário. A água que consomem tem coloração turva Os homens separam as lavras e o lucro do lado da mulher o companheiro usa para comprar bois que são pertença exclusiva dele. Em caso de morte os bois reverterem para a sua família	Risco de exclusão Água sem qualidade para consumo Importância do MSRR
FOTOGRAFIAS			





LISTA DE PRESENÇA¹⁷

¹⁷ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

**REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3
– PROVÍNCIA DO NAMIBE**

● **Objectivos:**

- Manter as Partes Interessadas e Afectadas do Projecto (PIA) informadas sobre os principais problemas e descobertas de cada etapa do processo.
- Reunir preocupações e interesses expressos por várias partes interessadas do projecto.
- Apresentar os potenciais riscos e impactos identificados no Projecto.
- Obter contribuições/opiniões das partes interessadas em termos de evitar/minimizar possíveis impactos negativos e maximizando os impactos positivos do projecto.
- Apoiar o diálogo social e identificar desde o início as percepções e expectativas das partes interessadas, que possam contribuir para o planeamento de ações e comunicação efetiva de forma a minimizar os impactos do projecto.
- Apresentar e divulgar o MSRR.

● **Informações apresentadas na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Plano de Compromisso Ambiental e Social.
- Quadro de Gestão Ambiental e Social.
- Plano de Gestão da Mão de Obra.
- Quadro de Política de Reassentamento.
- Plano de Engajamento das Partes Interessadas.
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos instrumentos ambientais e sociais do Projecto.

DETALHES DA REUNIÃO

Data e Local da Reunião	DATA	LOCAL	PARTICIPANTES
	30-11-2022	Bibala	163
	01-12-2022	Virei	86
Participantes	A reunião contou com um total de 249 participantes (134 de sexo masculino e 115 de sexo feminino) nos municípios de Bibala e Virei. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.		

PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS			
- Nos dias 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2022 foram realizadas reuniões de consultas públicas na Província de Namibe (Municípios de Bibala e Virei), sob coordenação do MINAGRIF e UIP. Das consultas realizadas, foi observado a agenda detalhada acima. - No primeiro momento, fez a apresentação do detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, fez-se a apresentação dos instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.			
SUGESTÕES APRESENTADAS			
NOME DO PARTICIPANTE	LOCAL	COMENTÁRIO	OBSERVAÇÃO
Eduardo Bamba	Centro Infantil – Okuyola Kwomona	Em alguns municípios na época seca os camponeses alugam os campo. Os arrendatário fazem furos para prática de agricultura intensiva (Abril –Outubro)	Risco de degração da qualidade do solo
Carlos Kanica	Centro Infantil – Okuyola Kwomona	Preocupação com a deposição inadequada dos resíduos de obras junto das mulolas	Risco de degração da qualidade da água e do solo

João Samba	Centro Infantil – Okuyola Kwomona	Quando são distribuídos meios, os mesmos não são adaptados às pessoas com deficiência	Risco de Exclusão
Guilhermina	Centro Infantil – Okuyola Kwomona	As mulheres trabalham as lavras e os lucros da produção é gerido pelo parceiro	Tópico a incluir nas campanhas de sensibilização
Bacunhaco Mutchinda	Administração (Virei)	Preocupação com a falta de materiais (moto bombas e mangueiras) e com os períodos prolongados de ausência de combustível	Sobre os materiais todos os pequenos produtores a partir das ECA podem ter acesso aos incentivos. Sobre o combustível poderá ser um constrangimento na fase de implementação
André Pereira	Administração (Virei)	- O município tem muita carência de água - O município tem apenas uma manga de vacinação que precisa ser reabilitada	Algumas acções para minimizar essa carência serão desenvolvidas (Componente 1 e 2)
Wilson Kassanga	Administração (Virei)	Pouco pontos de água face ao número de criadores que acedem aos pontos para dar de beber os animais	Risco de conflito de uso de água
Alberto Tchiloia	Administração (Virei)	Agradece o Projecto por ter seleccionado o Virei e pede que sejam cumpridos os objectivos preconizados	Gestão de expectativas

Olívio Santos	Administração (Virei)	Agradece o Projecto porque são auscultados pela primeira vez e mostra preocupação com a falta de responsabilidade social das empresas que exploram as pedreiras na região	- Anotada a preocupação - Possíveis impactos resultantes das pedreiras na região - Importância do MSRR
Joana Sacapumo	Administração (Virei)	Agradece o Projecto por beneficiar as mulheres e mostra preocupação na dificuldade de acesso à água potável pois os poucos furos que existem para abastecer a população não fazem face á demanda	Anotado
FOTOGRAFIAS			





LISTA DE PRESENÇA¹⁸

¹⁸ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO MOSAP 3 – PROVÍNCIA DE BENGUELA

● **Objectivos:**

- Manter as Partes Interessadas e Afectadas do Projecto (PIA) informadas sobre os principais problemas e descobertas de cada etapa do processo.
- Reunir preocupações e interesses expressos por várias partes interessadas do projecto.
- Apresentar os potenciais riscos e impactos identificados no Projecto.
- Obter contribuições/opiniões das partes interessadas em termos de evitar/minimizar possíveis impactos negativos e maximizando os impactos positivos do projecto.
- Apoiar o diálogo social e identificar desde o início as percepções e expectativas das partes interessadas, que possam contribuir para o planeamento de ações e comunicação efetiva de forma a minimizar os impactos do projecto.
- Apresentar e divulgar o MSRR.

● **Informações apresentadas na Consulta:**

- Breve descrição das actividades do Projecto.
- Plano de Compromisso Ambiental e Social.
- Quadro de Gestão Ambiental e Social.
- Plano de Gestão da Mão de Obra.
- Quadro de Política de Reassentamento.
- Plano de Engajamento das Partes Interessadas.
- Conclusão

SOBRE O CONTEÚDO

Recolher contribuições, sugestões e questionamentos para incorporação na versão final dos instrumentos ambientais e sociais do Projecto.

DETALHES DA REUNIÃO

Data e Local da Reunião	DATA	LOCAL	PARTICIPANTES
	05-12-2022	Cubal	158
	06-12-2022	Chongoroi	88
Participantes	A reunião contou com um total de 246 participantes (70 de sexo masculino e 176 de sexo feminino) nos municípios de Cubal e Chongoroi. As reuniões contaram com representantes do sector privado e ONGs, instituições do governo, estrutura comunitária local e público em geral.		

PRINCIPAIS TÓPICOS DISCUTIDOS			
- Nos dias 05 e 06 de Dezembro de 2022 foram realizadas reuniões públicas na Província de Huíla (Municípios de Cubal e Chongoroi), sob coordenação do MINAGRIF e UIP. Das consultas realizadas, foi observado a agenda detalhada acima. - No primeiro momento, fez a apresentação do detalhada do Projecto e seus componentes, bem como e o valor que será desembolsado a implementação de cada componente. Ainda no âmbito das apresentações, fez-se a apresentação dos instrumentos ambientais e sociais vinculados ao projecto, explicando a razão da sua elaboração e vários aspectos que contempla, desde os impactos positivos e negativos do projecto, medidas para a sua mitigação, vários instrumentos de gestão ambiental e social a serem implantados no projecto, arranjos institucionais e o orçamento de execução. - Por fim foi aberta a sessão de perguntas e respostas para esclarecimento das matérias apresentadas.			
SUGESTÕES APRESENTADAS			
NOME DO PARTICIPANTE	LOCAL	COMENTÁRIO	OBSERVAÇÃO
Júlio Marinheiro	Administração do Cubal (Sala de Reuniões)	Conhece o MOSAP2 e é testemunha dos bons resultados da iniciativa MOSAP	Anotado
Angolar Jorge	Administração do Cubal (Sala de Reuniões)	É importante garantir boas condições aos técnicos para que eles não façam dos bens do Projecto sua propriedade	Risco de apropriação indevida de bens
José Chipupa	Administração do Cubal (Sala de Reuniões)	Elogiou a estrutura do Projecto e acha que se o Projecto fornecer tracção animal será mais benéfico e poderá apoiar maior número de famílias	Anotado

Adriana Jamba	Administração do Cubal (Sala de Reuniões)	Acha que o Projecto em condições de superar a meta de 30% de mulheres porque no município existem muitas associações e cooperativas de mulheres criadas	Anotado
Bibiana Joaquim	CASI - Chongoroi	As parcelas agrícolas na Taka são ribeirinhas e o acesso a água não é um constrangimento mas precisam de meios e aprender técnicas de plantio	Anotado
Feliciano Kaita	CASI - Chongoroi	Preocupação com a falta de insumos porque reiteradas vezes as mulheres recebem a enxada do soba e não tem onde reclamar	Importância do MSRR e campanhas de divulgação
Gabriel Katengue	CASI - Chongoroi	Esperava receber dinheiro à semelhança de outros Projectos	Gestão de expectativa
Daniel Siveli	CASI - Chongoroi	As mulheres solteiras e as viúvas são as mais vulneráveis entre as mulheres	Risco de exclusão
Silva Januário Kakueia	CASI - Chongoroi	O Kui tem um canal de irrigação que precisa de reabilitação (estrutura colonial)	Anotado
José Tchipepi	CASI - Chongoroi	- Dificuldades de acesso aos insumos agrícolas - Alguns solos precisam ser corrigidos porque observa-se que a produção tem baixado	Monitorização da qualidade do solo
FOTOGRAFIAS			





LISTA DE PRESENÇA¹⁹

¹⁹ Por questões de protecção dos dados pessoais contidos nas Listas de Presença, as mesmas estão custodiadas nos arquivos da UIP.

